

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

Diário de um bebê:
governo da subjetividade infantil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aluna

Luciane Uberti

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Sandra Mara Corazza

Local e data

Porto Alegre, fevereiro de 2002

Capa

Imagem do programa *Diário de um bebê*
Produção de Rodrigo Turcati

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO da UFRGS, Porto Alegre. BR-RS

U14d Uberti, Luciane
Diário de um bebê : governo da subjetividade infantil / Luciane
Uberti. - Porto Alegre : UFRGS, 2002.
f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande
do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2002.

1. Subjetividade - Infância. 2. Diário de um bebê - Programa -
Televisão - Análise do discurso. 3. Mídia - Infância. I. Título.

CDU - 659.3-053.2

Bibliotecária: Jacira Gil Bernardes – CRB-10/463

Dedico

**Ao meu pai, Idair,
(in memoriam)
pela presença na ausência.**

Agradeço

A todos aqueles e todas aquelas que, sob duras penas, contribuem para a manutenção de uma Universidade Federal de qualidade, sem a qual, entre outras coisas, tal empreendimento pessoal e de pesquisa seria impossibilitado.

À Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS – professores e professoras, funcionários e funcionárias – pelo trabalho comprometido que realizam.

À equipe de produção do programa “Diário de um bebê”, pela cedência do trabalho às “manobras” e pela disponibilidade.

A minha orientadora, Sandra Corazza, pelo rigor e idoneidade no esmero da orientação e pelo investimento e confiança a mim despendidos nesta produção.

Ao grupo de orientação – Carla, Nilton, Simone, Luis Fernando, Ada, Ana, Lisete, Suzana – pelas atentas e criteriosas leituras e pelos inestimáveis momentos de convívio.

Às companheiras e aos companheiros de trajetória, e às que a ela se agregaram, que “ocupam, resistem e produzem” na Educação – Piti, Rosana, Eni, Carlinha, Márcia, Rafael, Adelina, Alberto, Tati, Cláudia, Rejane – pelas aprendizagens, reflexões e críticas, de fundamental importância na edificação de minha formação.

A minha maravilhosa mãe, Loni, pelo amor, pela dedicação incondicional, pelo esforço ao longo da vida para educar-me burlando os desatinos de uma sociedade perversa.

Ao meu irmão, Márcio, pelo amparo, pela alegria partilhada nas conquistas, e pela parceria nos projetos de vida.

Aos que a mim são próximos – Tia Alice, Paulo, Luis, Gládis, Alcir, Rodrigo, Elenir, Chico – pelo apoio direto ou indireto que este convívio familiar possibilita.

Ao Pietro, à Letícia, e ao Christian (minhas “vidinhas”!), pela beleza do mundo infantil que reinventam, fazendo-o permanecer vivo.

Aos que encontrei no percurso, felizmente, desorientado da vida – Cris, pelo exercício de fazer e refazer o pensar e o viver; Daniel, pela possibilidade de experimentar o afeto e a alegria; “Dafeanos” e seus “agregados”, “conviventes”, “capivaras”, “co-irmãos de linha de pesquisa”, pelos devaneios teóricos e momentos de descontração que partilhamos.

A todos e a todas que se sabem aqui lembrados, com quem experimentei diálogos por vezes imaginários, e que no território do pensamento ou da ação contribuíram para a realização deste trabalho.

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”

Michel Foucault

História da sexualidade II

Sumário

| | |
|---|-----|
| <i>Investimento</i> | 9 |
| <i>O problema infantil</i> | 12 |
| <i>Contingência histórica</i> | 13 |
| <i>Discurso especializado</i> | 19 |
| <i>Empreendimento analítico</i> | 25 |
| <i>Mecanismo ortopédico</i> | 36 |
| <i>Anatomia administrativa</i> | 37 |
| <i>Desenvolvimento sistemático</i> | 48 |
| <i>Prevenção, controle e correção</i> | 59 |
| <i>Condução em cadeia</i> | 68 |
| <i>Vigias familiares</i> | 69 |
| <i>Mestres da verdade</i> | 82 |
| <i>Economistas do bem</i> | 93 |
| <i>Implosão das subjetividades</i> | 106 |
| <i>Referências bibliográficas</i> | 114 |

Resumo

Nesta Dissertação, problematizo a política de subjetividade da infância na atualidade, a partir da análise do discurso especializado ratificado no programa *Diário de um bebê* – veiculado pela Rede Brasil Sul de Telecomunicações, entre janeiro de 1999 e janeiro de 2000. Para tal empreendimento, fiz uso de ferramentas analíticas da produção de Michel Foucault, as quais possibilitaram que eu procedesse à analítica do discurso especializado como prática que produz, corporifica, significa, objetiva e subjetiva os sujeitos de que fala. Descrevi a maneira pela qual a materialidade discursiva do programa monta um determinado tipo de subjetividade infantil através de objetivações específicas e normalizadoras. Tais objetivações procedem ao governo da infância, mas não apontam para uma subjetividade infantil reprimida, verdadeira, natural ou definitiva. Demonstrei como os mais diversos sujeitos adultos são instados a garantirem a sobrevivência, a conservação e a evolução dos infantis por meio de atividades cotidianas, num convívio pontual e condutor. Essas prescrições conduzem as ações adultas na relação com os infantis, embora em meio a formas de saber e forças de poder instáveis e não ditatoriais. Indiquei, assim, um campo de possibilidades que o mecanismo de governo *Diário de um bebê* articula na constituição da subjetividade infantil no tempo presente. Os procedimentos analíticos possibilitaram-me finalizar este investimento de forma a apontar que o governo da infância está imerso em relações de liberdade e resistência. Tais relações instigam possibilidades de deslocamento das formas de ser sujeito infantil, abrindo perspectivas para a incitação de novas formas de subjetividade.

Resumen

En esta Dissertación problematizo la política de subjetividad de la infancia en la actualidad, a partir del análisis del discurso especializado ratificado en el programa *Diário de um bebê* — transmitido por la *Rede Brasil Sul de Telecomunições*, entre enero de 1999 y enero de 2000. Para emprender esta tarea, usé herramientas analíticas de la producción de Michel Foucault, que me posibilitaron proceder a la analítica del discurso especializado como una práctica que produce, corporifica, significa, objetiva e subjetiva los sujetos de los que habla. Describí el modo en que la materialidad discursiva del programa arma un determinado tipo de subjetividad infantil a través de objetivaciones específicas y normalizadoras. Tales objetivaciones proceden al gobierno de la infancia pero no apuntan hacia una subjetividad infantil reprimida, verdadera, natural o definitiva. Demostré como los más diversos sujetos adultos son instados a garantizar la supervivencia, la conservación y la evolución de los infantiles a través de actividades cotidianas, en una convivencia puntual y conductora. Esas prescripciones conducen las acciones adultas en la relación con los infantiles, aunque en función de formas de saber y fuerzas de poder inestables y no dictatoriales. Señalé, de este modo, un campo de posibilidades que el mecanismo de gobierno *Diário de um bebê* articula en la constitución de la subjetividad infantil en el tiempo presente. Estos procedimientos analíticos permitieron que finalizara esta tarea señalando que el gobierno de la infancia está inmerso en relaciones de libertad y resistencia. Estas relaciones instigan posibilidades de desplazamiento de las formas de ser sujeto infantil, abriendo perspectivas para la incitación de nuevas formas de subjetividad.

Investimento

O discurso problematizado neste trabalho integra um conjunto de relações de poder-saber que constituem a produção do infantil e da infância na atualidade. Compõe um conjunto de mecanismos que constitui o infantil como experiência, como podendo e devendo ser pensado. Sua materialidade discursiva delinea um campo de possibilidades para a elaboração ética do infantil. Como um objeto histórico, os exercícios de objetivação e investimento são fundamentais para a experiência de infância, tal como a concebemos no tempo presente.

Pode-se observar a existência de diversas formas de investimento sobre os infantis e a infância na cultura ocidental moderna. Escolas especializadas, estudos específicos, difusão de saberes, invenção de brinquedos, filmes, produções da indústria têxtil e eletrônica indicam como eles vêm fazendo parte, cada vez mais, das preocupações da atualidade. Essas formas de investimento apontam não só para uma multiplicidade de espaços que conformam a experiência de infância, mas para uma necessidade de acompanhamento educativo, que assegure o seu melhor desenvolvimento em termos individuais e sociais.

É como um destes espaços de investimento nos infantis e na infância que significo o programa *Diário de um bebê* (1999). Produzido na articulação entre um aparato de mídia televisiva e os saberes das Ciências Humanas – que desenvolvem todo um saber em torno do que é “ser” sujeito e “ser” infantil –, este programa estabelece mecanismos, através dos quais determinadas verdades acerca do infantil e da infância montam essa subjetividade. Tais verdades são sancionadas pelos mais diversos profissionais e especialistas. Através do discurso especializado, diferentes mecanismos asseguram modos de os infantis serem conduzidos e conduzirem-se. É essa dimensão positiva e produtiva da verdade da infância que problematizo no referido programa.

A produção discursiva do *Diário de um bebê* constituiu-se em definições do modo como o infantil deve ser educado, cuidado e disciplinado, para que se constitua em um sujeito normal e moralmente reconhecido. As positivações surgidas de tal materialidade discursiva provocam o meu questionamento a respeito da maneira pela qual instituem-se certas formas – e formas certas – de agir com os infantis e de “ser” um infantil. Os saberes da infância investem e inscrevem os infantis de nosso tempo, constituindo uma das formas do discurso especializado prescrever o agir “sobre” e “do” corpo infantil, importante de ser problematizada.

A tentativa consiste em abordar a infância de forma diferenciada, fugir da concepção naturalizada de infantil e de infância que nos é tão estimada. Uma infância dócil, educável, dependente, com um núcleo essencial de subjetividade a ser manipulado, naturalmente. Este empreendimento tem a pretensão de tornar possível – talvez não mais que necessário – a suspensão da certeza de que podemos e devemos moldar os infantis por meio da educação, para fins de liberdade, autonomia, felicidade. Importa apontar e descrever – sem supor descobrir uma totalidade de efeitos incertos e imprevisíveis – a eficácia das relações entre as forças de poder e as formas de saber de um exercício específico de governo da subjetividade infantil na atualidade.

A força de verdade do *Diário de um bebê* provoca os mais diversos efeitos. Efeitos articulados e acionados por técnicas de governo da subjetividade infantil. Neste sentido, importa perguntar sobre o regime de poder-saber que regula o discurso da infantilidade e que se configura no programa. Não se trata de saber o que deve ser dito da infantilidade ou qual a melhor forma de fazê-lo, mas considerar o fato de que se fala sobre ela, de que se é incitado a colocá-la em discurso. Porque se fala de infantilidade e o que se diz no programa? Quais relações são induzidas pelo que se diz? Quais são as articulações entre esses discursos que a investem? Que estratégias de poder e de saber são acionadas? Que tipo de sujeitos compõem esta relação? Descrever a forma pela qual o discurso prático do programa *Diário de um bebê* governa a subjetividade infantil é o que proponho neste trabalho de pesquisa.

Inicialmente, no capítulo que intitulo *O problema infantil*, procedo a uma introdução mais detalhada desta Dissertação, em que objetivo o seu campo de análise, constituo o seu problema de pesquisa, e justifico o seu empreendimento analítico. Em *Contingência histórica*, desenvolvo algumas questões acerca do histórico investimento na produção da infância, embora de forma breve e concisa; em *Discurso especializado*, trato das especificidades do objeto aqui analisado, qual seja, a materialidade discursiva do programa *Diário de um bebê*, entendida como resultado deste investimento histórico; e, em *Empreendimento analítico*, tematizo acerca do aporte teórico utilizado neste empreendimento, composto pelas ferramentas analíticas de Michel Foucault, as quais delineiam os objetivos e a metodologia de análise aqui empregadas.

O segundo capítulo, intitulado *Mecanismo ortopédico*, é dividido em três subseções. Trata-se de apontar algumas formas de o programa submeter tal subjetividade a uma descrição normalizadora de sua conduta. Em *Anatomia administrativa*, aponto que a positividade do discurso de verdade produz um esquadrihamento especializado, a partir do detalhamento de uma multiplicidade de características organizadas da subjetividade infantil. Na subseção *Desenvolvimento sistemático*, descrevo a programação de evoluções contínuas que administram tal subjetividade, apontando para uma forma de sujeição constante. Posteriormente, finalizando o capítulo, descrevo a dinâmica de *Prevenção, controle e correção* a que o infantil é submetido pela descrição ortopédica de sua conduta na materialidade discursiva do *Diário de um bebê*.

Em *Condução em cadeia*, o terceiro capítulo, descrevo a forma como os mais diversos sujeitos são incitados ao governo da subjetividade infantil, sendo governados pela prescrição da sua própria conduta na relação com os infantis. Na primeira subseção, que intitulo *Vigias familiares*, descrevo o tipo de estatuto social das relações de parentesco que o discurso especializado materializa. Em *Mestres da verdade*, aponto para a transitória posição de poder e o temporário lugar de sujeito da verdade que os profissionais e especialistas ocupam no programa. Na finalização deste capítulo, em *Economistas do bem*, descrevo uma forma de economia política de controle dos infantis, possibilitada por um tipo de parceria entre os mais diversos sujeitos, no propósito de governo da infância.

O capítulo final desta Dissertação aponta que as formas de condução da conduta infantil estão implicadas em relações de liberdade e resistência. *Implosão das subjetividades* constitui o questionamento da verdade como liberdade, e a afirmação do poder da resistência na promoção de novas e inesperadas formas de subjetividade. É desta forma que problematizo a produtividade do saber na ordem do poder, acionada no

mecanismo de governo da subjetividade infantil. A partir de determinadas condições de visibilidade e de enunciação, isto foi o que pude ver e dizer da materialidade discursiva do programa *Diário de um bebê*. Eis aqui, portanto, as proposições gerais do domínio percorrido nesta trajetória de pesquisa.

O problema infantil

A cada semana uma nova descoberta, é assim a vida de um bebê. No Diário de um bebê de hoje, o tema é desenvolvimento (Apresentadora do programa Jornal do Almoço).

Olha só a nova aventura do Bruno. Ele já vira o corpo sozinho! Parece pouco? Não é. Para ele, é um enorme movimento e um sinal de que está se desenvolvendo normalmente. Aliás, segundo os médicos, o desenvolvimento é isto mesmo, a capacidade de fazer coisas novas. E os pais podem observar o que é típico desta fase para saber se está tudo normal (Narradora do programa Diário de um bebê).

Os pais observam que a criança fica um pouco mais tranqüila do que ela era usualmente. A criança fica explorando o seu próprio corpo. Inicialmente, as crianças ficam explorando mais as mãozinhas, de repente as mãozinhas tocam o seu tórax. Depois, as mãozinhas conseguem alcançar as pernas. Alcançam o joelho. Em torno do sexto mês, as mãozinhas conseguem alcançar os pés. É quando o bebê consegue colocar o pé na boca ou próximo da boca. Seis meses também é quando o bebê consegue rolar. É quando a gente também orienta os pais que levantem a guarda dos berços, pois o bebê é capaz de rolar, cair e se machucar. Aos seis meses já é bem firme a cabeça da criança. Ela já é capaz de firmar a cabeça, acompanhar os pais com os olhos, ficar sentada, inicialmente usando as mãos e depois sem apoio (Neurologista infantil).

O Bruno vai muito bem obrigado. Rindo faceiro das suas novas possibilidades. E para garantir esta alegria, ele e todos os bebês devem passar por uma revisão com um neurologista infantil a cada três meses. Mas para crescer e aprender direitinho, o bebê precisa de uma boa orientação e de uma nutrição especial (Narradora do Programa Diário de um bebê).

A criança precisa de nutrição de carinho, nutrição de atenção e estimulação. Principalmente em relação à sua auto estima. Cada vez que a criança consegue fazer uma coisa nova, do ponto de vista neurológico, os pais devem melhorar a sua auto estima. Como a gente diz, fazer festa pra criança, pra que ela solidifique aquele ganho novo que ela teve (Neurologista infantil).

Diário de um bebê – Episódio exibido em junho de 1999.

Assim delinea-se o sujeito infantil no programa *Diário de um bebê*. Tal episódio configura uma dentre tantas possibilidades de positivação do infantil do nosso tempo. É por investir e inscrever os infantis do presente que tal discurso é eficaz, embora as formas de existência de tal subjetividade possam ser múltiplas e variadas, conforme épocas e contextos distintos.

Contingência histórica

A colocação da infância em discurso sofreu um processo de incitação a partir do século XVI. Movimentada pela vontade de saber e por mecanismos de uma sociedade disciplinar, múltiplas formas de poder-saber foram desenvolvidas pela civilização ocidental ao longo dos séculos para dizer a verdade infantil. Tornamos a infância uma matéria de grande importância, especialmente a partir do século XVIII. Foi a partir de então que a disseminação de práticas de investimento na vida infantil constituiu toda uma gama de saberes e poderes cada vez mais específicos (cf. Foucault, 1988, 1999b).

A criança torna-se um objeto de investigação, investimento e preservação, entre outros fatores, em função da preocupação crescente com o fator populacional, especialmente, com a sua procriação e sexualidade. A legitimidade dos nascimentos, a fecundidade ou a esterilidade das relações sexuais precisavam ser conhecidas para tornarem-se úteis para propósitos específicos. É preciso lidar com uma grande quantidade de variáveis econômicas e políticas que são próprias da população: habitação, natalidade, incidência de doenças, mortalidade, capacidade de trabalho, crescimento, alimentação (id., 1997a, 1997b, 1999a).

Uma tecnologia da população surge com o crescimento demográfico. Ela possibilita objetivar um campo de intervenção. A idéia de população entra no pensamento político com um papel organizacional eficaz. Para governá-la, é preciso, antes de tudo, conhecê-la. Estatísticas, métodos, cálculos, estimativas surgem como meio de conhecê-la e controlá-la. Torna-se preciso que se assegure não apenas a sujeição dos indivíduos, mas “o aumento constante de sua utilidade”, pois a população é uma peça importante para o Estado, inclusive, em termos mercantis (id., 1999a, 1999b, p.198). A família, a delinquência, os comportamentos situam-se como problemas no interior da racionalidade governamental e passam a fazer parte de seus investimentos (cf. Burchell, 1996).

Este Estado disciplinar deve assegurar a ordem, a tranquilidade, pois objetiva a preservação da vida das pessoas. É a gestão do corpo social, em que a lógica é fazer viver. A organização de uma política de saúde mostra que as doenças tornaram-se um problema político e econômico. A saúde da população tornou-se um dos objetivos do poder político. O “imperativo da saúde” torna-se “dever de cada um e objetivo geral” (Foucault, 1999b, p.197). Isto se deve a algumas mudanças como, por exemplo, determinadas modificações na teoria do Direito, a ênfase no poder disciplinar e a ascensão do capitalismo, em que uma racionalização e uma economia do poder procura aumentar a força útil para o trabalho (cf. Foucault, 1992a).

A necessidade de assegurar a preservação e a utilidade dos indivíduos torna necessária a preocupação com a saúde da população em geral e dos infantis em específico. Objetiva-se controlar a proliferação desenfreada de homens e mulheres, e torná-la adequada aos princípios de uma regulação útil. Políticas de saúde surgem com o intuito de prevenção de doenças e intervenção nas condições de vida. Esta preocupação com a saúde deve-se à necessidade de manutenção de uma força de trabalho, mas também ao “efeito econômico-político da acumulação dos homens” (id., 1999b, p.198).

É frente a esse investimento na vida que a infância torna-se um problema. Além da necessidade de manter a sobrevivência das crianças, é necessário que este período torne-se útil. É preciso “produzir um melhor número de crianças” mas, também, “gerir convenientemente esta época da vida” (ib., p.198). O infantil passa a ser visualizado e enunciado como um problema. Isso implica numa necessária intervenção na reprodução dos indivíduos, nos nascimentos e, conseqüentemente, na condução destes que vieram ao mundo, brotaram, manifestaram-se. A infância torna-se objeto de análise e intervenção. Proliferam-se infinitos meios para controlá-la, numa rede de discursos que a investiram.

Muitos médicos, pedagogos e professores dirigem conselhos e recomendações à família, escola, autoridades. Eles permanecem vigilantes prescrevendo a conduta infantil, à medida que uma má conduta é combatida ferozmente. Uma grande literatura de preceitos e advertências ganha amplitude. Isso deu condições para vários discursos serem elaborados, inclusive, multiplicarem-se, entrecruzarem-se, hierarquizarem-se numa gama de relações de poder. O poder de verdade desses discursos faz com que a criança passe a ser “vigiada, cercada em seu berço, leito ou quarto por toda uma ronda de parentes, babás, serviçais, pedagogos e médicos”. Tal investimento faz do infantil um “‘foco local’ de poder-saber”. Um foco de relações, que “veiculam formas de sujeição e esquemas de conhecimentos, numa espécie de vaivém incessante” (id., 1988, p.94).

Lançamos uma demanda de verdade sobre a infantilidade. Manuais de aperfeiçoamento da espécie humana, conservação dos infantis, educação moral surgem junto a políticas de intervenção e, mais tarde, multiplicam-se. Essa literatura aparece no entrecruzamento dos saberes das disciplinas – Medicina, Pedagogia, Higiene Pública, Direito, entre outras –, as quais submetem o corpo e a alma a normas e determinam o sujeito normal. Uma ciência da humanidade é elaborada e subordina, à sua verdade, todos aqueles objetos que viria a dominar.

Campanhas, asilos, sistemas de acolhimento, amas de leite, passam a surgir como estratégias de política de saúde no século XIX. É neste momento que as ciências médicas expõem saberes, e que um mercado médico passa a ocupar importante papel econômico e social. Gradualmente, a medicina passa a ganhar mais importância e os hospitais tornam-se fundamentais para o exercício desta tecnologia, pois servem de “estrutura de apoio ao enquadramento permanente da população” pelos conhecimentos médicos (cf. Foucault, 1999b, p.206). Estes saberes difundem regras, bem precisas, que a aliança familiar deve seguir para buscar um espaço de *evolução* do infantil, desde os primeiros meses de seu nascimento.

A lei do cuidado, desde o século XVIII, é uma das principais leis morais no âmbito familiar. A família torna-se o lugar onde inscrevem-se determinadas formas de transmissão de valores, pois deve favorecer o período da infância. As relações entre pai, mãe e filhos são codificadas, organizadas. As relações dão-se em forma de obrigações como, por exemplo, “amamentação das crianças pelas mães, preocupação com um vestuário sadio, exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo”, ou seja, é necessário um “corpo a corpo permanente e coercitivo entre os adultos e as crianças”. A

saúde, principalmente a das crianças, deve constituir um dos objetivos mais importantes na convivência em família (ib., p.199).

Uma abundante literatura sobre a educação das crianças é elaborada em função dos questionamentos provocados pelos valores morais da época. Inicialmente, essa produção é feita por médicos; posteriormente, por administradores; e, depois, até por militares. Os costumes educativos do século XVIII importavam-se, especialmente, com três principais temas. Estes temas referiam-se à “prática dos hospícios de menores abandonados, (...) [à] criação dos filhos por amas de leite, (...) [e à] educação ‘artificial’ das crianças ricas” (Donzelot, 1980, p.15).

A preocupação com a questão dos menores abandonados fez referência, entre outras coisas, especialmente ao fato de estes infantis morrerem antes de poderem ser úteis ao Estado. A amamentação das crianças por amas-de-leite tornou-se uma importante forma de rendimento, o que provocou abandonos suspeitos e manobras disfarçadas, tanto da parte dos pais quanto da parte das nutrizas. A crítica à educação das crianças ricas deteve-se, prioritariamente, ao fato de elas perderem a sua virtuosidade e honestidade em função de não terem sido amamentadas pela própria mãe. Entendia-se que, através da amamentação, elas adquiriam maus hábitos, “um fundo de baixa e maldade” de sua nutriz (Donzelot, 1980, p.17).

Passa a haver um crescente investimento no boicote a tais situações consideradas desagradáveis. Este circuito maléfico deve ser combatido com a criação das crianças pela família. Acreditava-se que, sob tal responsabilidade, muitos problemas da infância seriam eliminados. Entre outros fatores, o infantil estaria livre dos malefícios das nutrizas, teria novas condições de educação, o que tenderia a eliminar a entrega dos infantis ao Estado ou às próprias amas-de-leite, reduzindo assim o índice de mortalidade. A família constituiu-se, desta forma, como o apoio através do qual se edificam reivindicações de defesa e melhoria de vida do infantil.

A infância e a família constituem-se na elaboração de uma doutrina moral educativa, motivo pelo qual a família torna-se sujeito e objeto de governo (cf. Donzelot, 1980). As relações familiares tornam-se um grande lugar de medicalização devido à obrigação do cuidado com a saúde. A responsabilidade pela preservação das crianças passa a ser compartilhada na família. Como um “aparelho estrito e localizado de formação”, ela serve para fabricar e proliferar “um ser humano elevado ao estado de maturidade” (Foucault, 1999b, p.199).

A constituição da infância e o próprio conceito de infância e de infantil ficam ligados a uma delimitação espaço-temporal entendida como natural. Desde que se atribui diferentes qualidades à infância, esta torna-se um objeto de especificidades. É em função da determinação de especificidades que surgem colégios e instituições das mais variadas espécies para a sua educação e recolhimento. A constituição de um sentimento de infância e de um sentimento de família tem, posteriormente, a escola obrigatória como instrumento constitutivo e propagador. Inclusive, depois desta propagação, “a escola substitui a aprendizagem [na família] como meio de educação”. A escola constitui-se como um dispositivo institucional de emergência, como outros espaços de encerramento, como as prisões e os hospitais (Ariès, 1981, p. 26).

Essa problematização das tarefas educativas e de conservação dos infantis aponta para uma específica elaboração discursiva de infância. A infância configura-se como um domínio a ser manipulado, controlado. O infantil é sujeito de um governo específico, o que deu lugar à emergência dos dispositivos institucionais, como a escola e a família. Os infantis não possuem qualquer tipo de autonomia nem tampouco algum juízo. Eles são dependentes do bom juízo dos sujeitos adultos. A infância caracteriza-se como fonte de preocupações e campo de projeções, pois comporta um conjunto de carências. Ela é a condição da produção, da elaboração de investimentos, pois a justifica (cf. Alvarez-Uria e Varela, 1991).

O conceito de infância entre os séculos XVII e XIX constituiu-se atrelado às idéias de necessidade, carência, compromisso, zelo, cuidado. É importante ressaltar a relação existente entre o campo semântico que designa a infância e a dependência por ele produzida. As expressões e locuções expressam proteção e piedade, assumindo um caráter de inferioridade (cf. Corazza, 2000). Os primeiros historiadores da infância apontam como suas características a “maleabilidade”, “debilidade”, “estupidez”, “fraqueza de juízo”, “natureza inclinada para o mal”, as quais deveriam ser disciplinadas para fins mais convenientes. Essas designações fazem mais que descrever a infância, elas a definem e manifestam a sua dependência (Alvarez-Uria e Varela, 1991, p. 19).

A Modernidade dota a infância de necessidade de proteção. A sensibilidade aos interesses dos infantis, assim como a preocupação com a sua proteção indicavam o crescente entendimento da infância como uma época determinante para o desenvolvimento humano. Os infantis são considerados “débeis, ingênuos, manipuláveis, em formação”. A infância constituiu-se, assim, como um campo de intervenções, um objeto de investimento (Narodowsky, 1994, p.109). Tornava-se preciso, então, cuidá-la, para que dela se produzissem bons resultados – morais, políticos, econômicos – para o presente e para o futuro. A infância é, pois, uma invenção recente, um produto moderno (cf. Àries, 1981; Alvarez-Uria e Varela, 1991; Narodowsky, 1994; Corazza, 1998a, 2000).

Neste sentido, o infantil é um objeto histórico que nem sempre existiu. Nem tampouco existe agora, em si mesmo. É produto de subjetivação, objeto de investimento. Historicamente, a infância foi objetivada como um problema, passando a existir a partir de tal objetivação. Um problema tornado material: o infantil. A figura social do infantil passou a ser pensada, problematizada e, portanto, produzida enquanto tal. Mas ainda estávamos longe de uma definição de infância tal como a percebemos hoje, como uma etapa cronologicamente precisa, dotada de específicas necessidades (cf. Corazza, 1998a, 2000).

A invenção da infância funda um conhecimento verdadeiro que possibilita que o infantil seja objetivado e subjetivado, tornando-o visível e enunciável. Tornando-o governável. A infância passa a ser agenciada, calculada e investida pelo campo do saber e do poder. A subjetividade infantil é, então, experimentada. Tal experimentação não se dá com homogeneidade, mas de forma heterogênea e dispersa. Uma economia de poder-saber-verdade passa a designar a infância de diferentes formas, acionando o dispositivo de infantilidade, que ativa múltiplas formas de subjetividade infantil nas mais diferentes épocas e culturas (cf. Corazza, 1998a).

Esses movimentos e fatos históricos são importantes para apontar a dimensão da invenção do infantil e da infância como objetos históricos de investimentos discursivos. Como um objeto específico de

investimento na produção da infância na atualidade, configura-se o programa *Diário de um bebê*. Tal investimento constitui-se num mecanismo que assume diferentes nuances do discurso regulativo e normalizador, produzido nas relações de poder-saber históricas, que instituem formas de ser sujeito infantil e de viver neste tempo presente.

Discurso especializado

O *Diário de um bebê* constituiu-se num programa de televisão, transmitido pela Rede Brasil Sul de telecomunicações, entre janeiro de 1999 e janeiro de 2000. Tal programa compôs um quadro do “Jornal do Almoço”, um noticiário jornalístico transmitido todos os dias da semana, das 12h às 12h50min. O objetivo principal de seus produtores foi divulgar “informações sobre a educação infantil”. Para tanto, acompanharam o primeiro ano de vida de um recém nascido. Elaborado numa série de cinquenta e um episódios, o *Diário de um bebê* foi transmitido todas as quintas-feiras, com uma duração média de dois minutos. Neste espaço, diversos profissionais especializados expõem saberes acerca do infantil e da infância. Saberes considerados de extrema importância, pois possibilitam aos pais observarem *o que é típico desta fase para saber se está tudo normal*.

E hoje você vai conhecer o novo participante do Jornal do Almoço anuncia a jornalista. Ele *vai estar com a gente toda semana*. Assim foi apresentado o novo quadro, no primeiro episódio da série, por uma das apresentadoras do noticiário televisivo. *Eu só posso dizer que ele é pequenininho, nasceu forte e saudável, e se chama Bruno*, disse ela. Informou que iríamos *acompanhar o crescimento deste menino que nasceu aqui em Porto Alegre, no Hospital Fêmina*, durante todo o ano de 1999. Ela apresenta o infantil anunciando: *Com vocês, o Bruno*.

Algumas imagens do infantil ilustram a primeira questão elaborada acerca do seu futuro, ao mesmo tempo em que a narradora pontua que *Bruno terá um ano no ano 2000. Será um menino do século passado, de frente para o século XXI*. A questão mais importante, e de maior preocupação, configura-se quando a profissional indaga: *O que ele vai ser quando crescer?* Ela responde a essa pergunta indicando uma série de possibilidades: *médico, analista de sistemas, artista, astronauta*. E afirma que, *para ele, a vida apenas está começando, numa época de mudanças e transformações*.

Apesar de Bruno ter nascido apenas há uma semana, *símbolos e significados já fazem parte da sua vida*. A profissional indica que *luminoso e brilhante é como o nome Bruno pode ser traduzido*. Além de significar *moreno, escuro, pessoa calma e diplomática*. Ela faz uma descrição das características de seu signo a partir do horóscopo chinês e do zodíaco. A partir de uma análise astrológica da data de nascimento do infantil, ela aponta como ele é *perseverante, sensível, emotivo, concentrado*. A profissional termina tal narrativa afirmando que *o sucesso é a marca registrada de quem nasce nesse signo*. Esse episódio de abertura é finalizado com o desejo de boas-vindas ao infantil. Emocionada, a narradora conclui: *Bem vindo Bruno! Seus pais, Ane e Rodrigo, e todos nós esperamos que você seja feliz e ajude a construir um novo tempo*.

A cada semana, um assunto do *mundo dos bebês* é teorizado e discutido por diferentes especialistas. Os assuntos consistem em recomendações e prescrições a respeito da forma de conduzir o infantil para um fim considerado mais adequado. Ao longo dos episódios, são explorados diferentes temas relacionados ao modo de agir com os infantis, suas necessidades, dificuldades, conquistas. Cada episódio é dotado de um tema específico: *vacina tríplice, o batizado, Bruno no zoológico, papel dos avós, meios de*

transporte, estímulo, primeiro outono. Cada tema é desenvolvido por um ou mais profissionais especializados no campo de saber relativo ao tema.

A narradora anuncia um dos episódios, que teve a participação de um médico imunologista, sobre probabilidades de as crianças nascerem com alergias, afirmando: *O Bruno está curtindo o seu primeiro outono, época de ficar de olho e conferir possíveis sintomas de alergias. É o 'Diário de um bebê' de hoje*. Os episódios do programa caracterizam-se por emitir prescrições acerca da condução da infância e da infantilidade no tempo presente. Os especialistas da subjetividade infantil propagam uma diversidade de saberes técnicos e científicos que regulam a subjetividade infantil a partir das regras de conduta individual e coletiva que estabelecem.

O programa constitui um tipo de investimento na produção da infância que não autoriza a todos, ou a qualquer indivíduo, a compor as enunciações que configuram a sua materialidade discursiva. Para enunciar saberes em tal programa, não é possível que um indivíduo qualquer fale o que bem entender, a qualquer momento, sobre o assunto que desejar. Os saberes autorizados à inclusão no programa articulam-se, especialmente, a conhecimentos referentes à infância e ao desenvolvimento infantil. E apenas especialistas e profissionais reconhecidos podem julgar a educação das crianças. O reconhecimento destes profissionais é feito por meio de uma identificação com o meio científico. O saber de tais profissionais adquire valor de verdade, pois “fundamenta a sua autoridade na reivindicação de verdade para a ciência” (Rose, 1997, p.224). Em sua maioria, são autorizados a falar aqueles que têm formação universitária, sobretudo doutores e especialistas em áreas relacionadas a cada temática.

Nem mesmo o especialista contatado previamente pela equipe do programa ou autorizado, por fazer parte do meio científico, pode falar no episódio que quiser. Cada especialista fala no episódio programado para o assunto que lhe cabe. Há um ritual circunstancial. Uma psicóloga tem a palavra de verdade no episódio que se refere à dimensão da psique; e uma nutricionista, no episódio que dá *dicas* a respeito da *alimentação nos primeiros meses*. A organização do múltiplo, a imposição da ordem é característica do discurso prático do programa. No episódio em que a temática refere-se à *higiene*, uma enfermeira pediátrica faz recomendações preventivas. Quando a problemática abrange *problemas de visão*, os avisos de proteção aos olhos são feitos por um oftalmologista. Tais profissionais são instados a falar apenas pelas suas áreas específicas de formação, devidamente reconhecidas pelo meio científico.

De um total de cinquenta e um episódios, quarenta deles tiveram a participação de um ou mais especialistas, que expuseram compreensões acerca dos infantes aos telespectadores. Fazendo uma divisão por área profissional, dos que participaram do programa, observa-se um maior número de especialistas da subjetividade infantil da área da saúde, mais especificamente, da área médica. Dezoito deles têm formação em Medicina, nas mais diversas especialidades do ramo da Pediatria. Entre eles, encontravam-se neurologistas

infantis, pneumologistas, gastroenterologistas, otorrinolaringologistas, dermatologistas, imunologistas, oftalmologistas, ortopedistas, psiquiatras, odontopediatras.

Especialmente a voz da razão científica ocupa lugar de verdade na trama de saberes que compõe o discurso da educação infantil, ratificado no programa *Diário de um bebê*. Os saberes de uma “curandeira” e de um “pai-de-santo” parecem ficar aquém dos saberes que são dotados de valor de verdade. O pai e a mãe do bebê raramente têm a palavra de verdade em algum episódio. Ao não serem enunciados no programa, esses saberes sofrem uma interdição propositiva. Uma interdição que os produz como saberes insuficientemente elaborados, não qualificados, “saberes sujeitados”. Tais saberes são considerados “hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (Foucault, 1999e, p.12).

Entretanto, há uma abertura para o discurso religioso, no episódio do batizado do bebê. A apresentadora explica que o batizado do infantil é a sua introdução na Igreja Católica e o distanciamento de uma vida pagã. Este é um dos sacramentos da religião cristã, através do qual afasta-se o pecado original – o sexo que resulta na procriação. Embora tal discurso não se aproxime do discurso cientificamente reconhecido, no programa, ele é colocado em pé de igualdade com os saberes das ciências que narram o infantil. A apresentadora diz que os rituais devem ser vistos *como parte da nossa vida*. E afirma que, para o infantil, *vestido à caráter para a ocasião*, tal cerimônia *foi um acontecimento diferente*. Investida de razão, a voz cristã tem lugar de verdade neste mecanismo de subjetivação que envolve múltiplas formas de constituição do infantil.

Dentre os saberes enunciados no programa, é inegável a validação dos discursos pela sua ligação com o que é cientificamente reconhecível. Para poder existir como um programa de televisão, o qual constitui-se de telespectadores, de índices de audiência, é preciso dar garantias do discurso ali autenticado. Quando a apresentadora pergunta ao médico pneumologista: *Mas afinal, qual é a diferença entre resfriado e gripe?*, espera dele uma fala explicativa e confiável. O médico ocupa o lugar de sujeito enunciativo da verdade. A palavra médica comporta um estatuto de competência e de saber. As atribuições que prescreve ao infantil e à infância são validadas pelo seu pertencimento a um complexo arranjo que lhes confere garantias. Trata-se de uma necessidade de fiabilidade.

Determinados saberes tornam-se mais confiáveis, não só pelo valor de verdade que adquirem, mas pelas diferenciadas relações de poder estabelecidas historicamente. Ao dissertar sobre o que o infantil precisa ingerir no verão, e o que não deve ingerir, a especialista é identificada por uma referência escrita, na parte inferior da tela, que indicava a sua procedência: *Nome – Gastroenterologista Pediátrica – HCPA/Hospital de Clínicas de Porto Alegre*. Esta forma de identificação é utilizada em alguns episódios, para os especialistas que participam das gravações. Tal identificação funciona como uma espécie de garantia, não apenas da proveniência institucional do profissional, mas da veracidade daquilo que ele diz.

Inúmeros grupos de profissionais afirmam a sua virtuosidade em relação às subjetividades infantis na composição do *Diário de um bebê*. Tais profissionais requerem uma legitimidade por entenderem a subjetividade infantil moderna. Advindos da área da saúde, observa-se mais nove profissionais, dentre eles, enfermeiros, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos. Identificados como professores e pesquisadores da área da Educação, encontram-se seis profissionais. Participam ainda do programa, um consultor de modas, o

chefe de uma companhia aérea, o presidente da Associação Brasileira da Cor e uma vendedora de carrinhos para bebês.

O discurso verdadeiro do programa está relacionado às práticas discursivas das ciências médicas e psicológicas, mais especificamente, à maneira pela qual elas avaliam e confinam os indivíduos a tornarem-se um tipo de sujeito, o sujeito infantil. Apesar dos saberes das ciências médicas serem dotados de um relevante poder de verdade no mecanismo de governo da subjetividade infantil – em função dos saberes sancionados no programa serem, em sua maioria, desta área –, as relações de força estabelecidas com as ciências psicológicas é bastante visível. Muitos dos saberes que enunciam o infantil, mesmo que não assentados em pressupostos teóricos da literatura *psi*, utilizam-se de sua linguagem ao referirem-se ao Bruno. Não apenas os especialistas da área, mas os jornalistas, a enfermeira, o consultor de moda, a dentista, avaliam-no por meio de uma linguagem psicológica.

As ciências *psi* são participantes ativas no processo de constituição das subjetividades (cf. Rose, 1998). A materialidade discursiva do *Diário de um bebê* objetiva os infantis, entre outras coisas, como sujeitos psicológicos. Para o seu adequado desenvolvimento, Bruno precisa de muito *estímulo* dos familiares, de *uma série de exames* preventivos, do *pai presente*, da *interação* com outras crianças e com os mais diversos brinquedos. Ao configurar-se tais possibilidades, assim como tantas outras, um universo psicológico é desenhado, montado, de tal forma que seja medido e avaliado a partir do que dele é dito. A estimulação faz-se necessária e, talvez, presente, assim como, a necessidade de exames, a presença do pai e de determinadas interações.

Alguns episódios do programa não têm a fala de um profissional especializado em desenvolvimento infantil, ficando a cargo da narradora e da apresentadora a tarefa de sancionar e ratificar verdades da infância. Mas estes episódios são elaborados, antecipadamente, com as orientações dos especialistas. Para responder sobre como os pais devem agir em determinadas situações, as narradoras indicam uma atitude adequada *segundo os psicólogos, conforme os médicos, segundo os especialistas*. Elas reivindicam a verdade para tais especialistas da subjetividade, numa forma de reverência recíproca. Trata-se de um encadeamento das forças de poder que se apoiam em cada uma das suas formas de saber e, em troca, procuram fixá-las.

Tal multiplicidade de especialistas é parte estratégica de um mecanismo, que assegura um determinado tipo de governo das subjetividades infantis na atualidade. Governo entendido não como “uma maneira de forçar as pessoas a fazer o que o governador quer”, mas como uma forma de condução, de direção, podendo ser das crianças, de uma casa, das famílias, das almas, dos doentes, de forma que um fim específico seja alcançado (Foucault, 1993, p. 207; 1999a). No programa *Diário de um bebê*, esse governo é acionado por relações de força do discurso que sanciona. Uma força que provoca efeitos de verdade.

Mas, afinal de contas, qual é o problema com a produção das verdades sobre o infantil? O que é criticável na elaboração dos conhecimentos sobre o infantil? Já é sabido que há produção da verdade, e que as verdades são históricas, contingentes, datadas, não universais ou transcendentais. Temos claro que em outros momentos históricos outros domínios de práticas discursivas e não-discursivas produziram diferentes verdades acerca da infância e da infantilidade (cf. Corazza, 2000). Também já destituímos a verdade de seu poder divino, místico e ideológico. Questionamos a verdade em sua perpetuação e imortalidade. Então, onde está o problema?

O problema está, justamente, naquilo que ela faz. Ela produz, deixa de produzir, exclui, inclui, delimita, orienta, nega, classifica, esconde, cria, valoriza, subjuga, evoca, sucumbe, mostra, etc. Não se trata de uma posição contrária a isso. Trata-se de uma posição que pergunta a respeito do “como” isso é, foi e pode ser possível. De uma posição que não toma as verdades sobre a infância como naturais, não as qualifica em termos morais, ou as julga como um bem ou um mal para os telespectadores do *Diário de um bebê*. Não me interessa se o infantil é, realmente, *perseverante, sensível, emotivo, concentrado* ou, se alimentado de vegetais e legumes, suas *necessidades nutricionais* são preenchidas. Não se trata, tampouco, de “uma recusa cética ou relativista de toda verdade verificada” (Foucault, 1995a, p.235). Trata-se do questionamento de um regime de saber da infância e da infantilidade do tempo presente.

Empreendimento analítico

Para delimitar e constituir o campo que priorizei para a análise, fiz uso de ferramentas operatórias de Michel Foucault, especialmente às relativas a governo e subjetivação. Embora situando-me nos três domínios de um projeto genealógico – o campo do saber, do poder e da ética – (cf. Foucault, 1995b), não tenho a pretensão de analisar a multiplicidade de domínios que estes campos circunscrevem, dispersam e impelem. Neste sentido, para configurar esta Dissertação de Mestrado, concebo a produção foucaultiana como um “óculos”, do qual posso dispor para olhar os mecanismos que engendram e governam a subjetividade infantil, de forma diferenciada.

Tal perspectiva teórica tornou possível objetivar o meu campo de análise – a produção da infância na atualidade, a partir do discurso ratificado no programa *Diário de um bebê* – em três dimensões referentes a esta tríade genealógica foucaultiana. A primeira refere-se às formas de saber, à dimensão da verdade. Descrevo aquilo que me foi possível ver e dizer acerca da política de verdade da infância que tal objeto sustenta ou transforma. Não tenho a pretensão de fazer, neste trabalho, uma análise arqueológica, ou descrever a maneira pela qual as formas de saber articularam-se historicamente para compor o discurso do programa. Tampouco tenho a intenção de analisar a dispersão dos discursos que regem a sua ordem. A segunda dimensão diz respeito às forças de poder. Procedo a uma analítica do poder no sentido relacional, apontando para procedimentos específicos de governo que o programa aciona. Analiso algumas formas de relações de poder, atentando para os sistemas que regulam e controlam nossas práticas enquanto sujeitos infantis. A terceira dimensão refere-se ao campo da ética, à forma pela qual nos constituímos como sujeitos de um determinado tipo, de uma determinada infantilidade. Descrevo, a partir de determinadas condições de visibilidade e de enunciação, maneiras pelas quais os indivíduos podem e devem reconhecer-se como sujeitos de infantilidade na materialidade discursiva do *Diário de um bebê*.

Na operação analítica que proponho, enfatizo a produção foucaultiana de forma interessada. Tenho claro que os interesses de pesquisa do filósofo, objetos de análise, métodos, produção, diferenciam-se dos destinos que lhes reservo neste trabalho. E não poderia ser diferente. É evidente que estou compondo outra operação analítica. Problematizo um objeto que é dotado de especificidades, referindo-me a outro tempo, outro contexto, outra época. Assim, descrevo algumas estratégias de poder que, articuladas às formas de saber, posicionam os mais diversos sujeitos em tal mecanismo de governo da subjetividade infantil.

Adoto a concepção de que a produção de Foucault possa ser vista como uma caixa de ferramentas, como o próprio autor aponta (cf. Foucault, 1999d; Ewald, 1993). Experimento um trabalho de pesquisa na tentativa de não ter a produção do filósofo como uma referência veraz e definitiva, mas como uma perspectiva. Opero a partir de uma determinada forma de ver e dizer o tempo presente. Mais uma forma de ver e dizer a infância e a infantilidade, entre tantas outras. A relatividade, a definição provisória do ponto de vista é um princípio contrário à busca de referências verdadeiras e últimas.

Inspirada na forma como Foucault analisou a conduta sexual, procuro, na problematização da experiência da infância, “tomar distanciamento em relação a ela, contornar sua evidência familiar” (Foucault,

1994a, p.9), e analisar o contexto prático que a ela se associa. Importa apontar algumas relações de poder-saber entre adultos e infantis, que nos fazem ver e dizer a verdade sobre a infantilidade. Esta empresa descreve o modo como os comportamentos infantis são problematizados no programa, e não se importa em problematizar tais comportamentos. Analiso o programa como um conjunto de normas que leva os sujeitos, adultos, infantis, especialistas, familiares a dar direções a suas condutas, sentido aos seus prazeres, valores a suas sensações.

Para analisar as possibilidades enunciativas do programa *Diário de um bebê*, opero um “distanciamento parcial” do discurso que sanciona. Isto porque é impossível tomarmos um distanciamento completo daquilo de que nos propomos a analisar, pois estamos imersos, incluídos nas suas verdades (cf. Dreyfus e Rabinow, 1995a). Tento afastar-me para compor outros ditos. O que me leva a adotar essa posição é o fato das questões desta pesquisa estarem articuladas a uma pergunta mais geral a respeito de como os seus ditos tornaram-se possíveis; é a pergunta a respeito de como instituiu-se verdadeiro, pelas mais diversas relações de poder-saber, que o infantil deveria ser educado, cuidado, disciplinado para um fim economicamente útil.

Perguntar a respeito dessas formas de investimento histórico é questionar a maneira pela qual determinadas objetivações éticas transformam os humanos em sujeitos, e sujeitos de determinado tipo. Comporta descrever como as relações de poder-saber-verdade produzem o nosso entendimento acerca do infantil e da infância, produzindo-os. Numa dimensão mais geral, tal questionamento indaga sobre o tipo de trabalho ético que realizamos sobre nós mesmos para sermos sujeitos, a partir de discursos e práticas. É através deste trabalho ético que inventamos os nossos modos de existência. Inventamos de tal forma, que o modo de existência do indivíduo moderno tem como uma das mais importantes obrigações morais uma incessante busca da verdade de si mesmo. Tal obrigação deve-se ao fato do conhecimento de si ter tornado-se fundamental para os empreendimentos e as transformações históricas acerca da subjetividade (cf. Foucault, 1991b, 1993, 1994b, 1996b, 1997c, 1997d, 1997e).

Neste sentido, a materialidade discursiva do *Diário de um bebê* não é nada mais que um mecanismo de invenção do nosso eu infantil, incitada pela busca incansável da verdade do sujeito. O discurso de verdade da Modernidade inventa a subjetividade infantil e adulta como forma de invenção do próprio sujeito, como fonte de verdade do próprio sujeito. Estas designações compõem o sujeito moderno. O discurso verdadeiro não inventa “o” infantil ou “o” adulto em si mesmo, ele especifica, sanciona e ratifica tais formas de subjetividade. Este é o motivo pelo qual este trabalho trata de relações entre as formas de subjetividade infantil e adulta como resultados de uma vontade de verdade do sujeito.

Mas não reside na especificação e descrição de ambas formas de subjetivação o objetivo deste trabalho, apesar de demonstrar como se articulam determinadas relações entre essas formas de subjetividade enunciadas na discursividade do programa. Não se trata de analisar as formas de subjetividade adulta ou a subjetivação de tais indivíduos especificados pela sua idade cronológica. Procedo a uma problematização da condução da conduta adulta, especialmente no que se refere a sua relação com os infantis. É a análise da conduta adulta nesta relação, e somente nesta. O recorte que faço refere-se à problematização da condução de tal conduta na própria condução do infantil, ou seja, a condução de uma conduta implicada na condução do

infantil. Isso significa que o propósito desta pesquisa limita-se em analisar as posições de sujeito nas relações de poder-saber que compõem o governo do infantil na atualidade.

Várias posições de sujeito são enunciadas e tornadas possíveis na materialidade discursiva do programa. Tais posições de sujeito, como a de mãe, de pai, de especialista, de tia, de adulto, de avó, articulam dispositivos específicos de saber e de poder referentes à infantilidade. Este posicionamento tem grande eficácia na ordem do poder articulada a uma vasta produtividade na ordem do saber. Neste posicionamento há a condução destas condutas, mas elas têm como seu correlato um objeto privilegiado de saber, seu alvo de empreendimento, o infantil moderno. As vinculações e articulações das relações de poder entre os mais diversos sujeitos posicionados no discurso aqui analisado, apontam para uma maior intensificação e valorização do corpo infantil como objeto de saber e, também, como importante elemento nas relações de poder. Este é o motivo pelo qual esta pesquisa centra-se na análise do governo da subjetividade infantil que o programa aciona.

Tendo isso em vista, procedo a descrição da política de verdade do programa e as relações de poder que lhe são correspondentes no exercício de governo da subjetividade infantil. Importa perguntar sobre os caminhos que permitem ao poder chegar às tênues individualidades, às condutas infantis, ao viver cotidiano. Mas isso não significa que seja necessário perguntar sobre quais destes efeitos produzem a verdade da infância, ou as mentiras que a escondem. Significa, antes, questionar a respeito da maneira pela qual uma vontade de saber é ativada para colocar a infância em discurso.

Muitos outros artigos da produção midiática, como focos de poder-saber, poderiam ser analisados, citados e/ou problematizados aqui, pois muitos são os que hoje investem e inscrevem a política de subjetividade da infância. Escolho um artigo específico, não por considerá-lo dotado de um poder incomparável, de alcance e força massificante ou de uma capacidade quase ideológica. A escolha do programa *Diário de um bebê* deve-se ao fato de tal empreendimento estar o suficientemente investido de forças de poder e formas de saber que se articulam no exercício do governo produtivo das subjetividades infantis no tempo presente.

Escolho apenas um artigo da produção atual, igualmente porque não se trata da análise de um conjunto de objetos que, por sua quantidade, provocariam maiores ou melhores efeitos de governo. Não objetivo analisar uma totalidade. Não farei tal trabalho para provar como, realmente, o infantil de hoje é governado. Não se trata disso. Para descrever a maneira pela qual os sujeitos são capturados pela sua própria história – seja para constituírem-se em sujeitos infantis, mulheres ou homens – é preciso analisar processos “mais remotos” (Foucault, 1995a, p.234). Resguardadas as devidas proporções e reconhecidos os limites deste modesto empreendimento analítico, é para a problematização de relações microfísicas que Foucault nos aponta, ao analisar racionalidades em processos de campos diversos, como a experiência da sexualidade, da loucura, das prisões (cf. Foucault, 1972, 1985, 1988, 1994a, 1995d).

É por estar inserido no questionamento do campo de verdade no qual se insere tal investimento televisivo – o programa *Diário de um bebê* –, que este trabalho difere de uma análise total. Não se trata de analisar os episódios, o programa, ou mesmo a mídia, como uma entidade ou instituição. Mas o campo de saber nela articulado ao poder, que aciona o governo da subjetividade infantil na materialidade discursiva do

Diário de um bebê. Sua constituição está provida de um jogo de poder-saber-verdade que delinea múltiplas possibilidades de infantil na sociedade moderna – e, quem sabe, pós-moderna –, de forma satisfatória para a análise que me proponho e para a perspectiva teórica na qual se insere este trabalho.

Tal empreendimento não se importa em mostrar as especificidades de um programa de mídia no que se refere às suas particularidades, ao seu texto televisivo. A trilha sonora, o roteiro, a montagem e a seleção das imagens, a própria escolha dos especialistas, o público alvo, o horário, enfim, as articulações para a produção do programa não são analisadas em específico. Isso não significa que seja desconhecida a importância da análise de tais especificidades de um produto televisivo, pelo contrário. O campo das diversas linguagens da mídia é bastante rico, denso e múltiplo. Considero a atenção para determinadas especificidades deste “objeto” de pesquisa – senão outro campo de pesquisa – o resultado de uma política de verdade da infância do tempo presente, claramente articulado ao discurso corroborado no programa.

O objeto de análise desta pesquisa é o discurso especializado sancionado e ratificado no programa *Diário de um bebê*. Neste sentido, não faço uma separação entre os aspectos discursivos e não-discursivos, pois a dimensão propriamente discursiva engloba estes dois aspectos. O valor de verdade dos enunciados é dependente, entre outras coisas, da articulação destas duas dimensões. Apesar destas duas dimensões existirem, a preocupação com a necessidade de uma separação seria improfícua, como sugere Foucault (cf. Dreyfus e Rabinow, 1995d). Os aspectos não-discursivos também são responsáveis pela emergência de um discurso enquanto verdade, ou não. Motivo, pelo qual, não há como isolá-los, uni-los em sua dispersão. Tais fatores não estão na exterioridade do discurso de verdade sancionado no programa, lhe são imanentes. Implicam na sustentação do estatuto de verdade que o discurso especializado configura no *Diário de um bebê*.

As relações de poder produzidas neste mecanismo de governo da subjetividade infantil é o resultado da articulação entre os saberes das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde e os saberes da tecnologia midiática. Esta articulação, entre saberes considerados científicos e técnicos, sustenta tal investimento. Os saberes sancionados na mídia televisiva não fazem parte apenas do seu discurso, de um saber que lhe é próprio. O discurso ratificado na mídia é dependente de uma série de outros saberes, fundamentando-se nas mais diversas disciplinas. O “discurso da mídia”, propriamente dito, é a articulação de outros discursos. Assim, o poder de verdade de tal arranjo discursivo é dependente de “discursos especializados externos” (cf. Fischer, 1995, p.27; 1996).

Neste sentido, a articulação de poder-saber no mecanismo de governo não é possibilitada única e exclusivamente pela mídia televisiva, pois o investimento na produção da infância depende das relações de poder-saber-verdade configuradas historicamente. Tal produto é resultado deste investimento histórico. É por este motivo que me interessa apontar para a produtividade das estratégias do discurso que sanciona. Neste trabalho, não me interessa discutir se a mídia é dotada de um poder avassalador ou não. O discurso ativado no programa não governa só por estar na mídia. Ele governa pela ratificação de verdades historicamente sancionadas. Verdades que, na atualidade, são transmitidas pela televisão. Ainda que possam possibilitar rupturas nas formas de governo da subjetividade, antes de analisar as formas como são transmitidas as verdades, o que me importa são as verdades propriamente ditas, e o tipo de subjetividade que elas propõem, incitam, negam.

Este é o motivo pelo qual não me interessou criticar quem elaborou ou veiculou o programa *Diário de um bebê*, nem tampouco um governo centrado no Estado, ou o potente aparato midiático, ainda que reconheça o mérito de críticas como estas. É como resultado de uma prática cultural de nosso tempo que a materialidade discursiva do programa é produzida, assim como os seus efeitos sobre cada sujeito e a população infantil. Não existem culpados, responsáveis, estrategistas, heróis, vítimas, autores. Não procuro a causa ou a origem do discurso. Considero que o aparato de possibilidades que concede, ou não, valor de verdade a campos discursivos variados “pertence a um domínio já definido, cujas leis de possibilidade já foram articuladas e cujos caracteres são anteriores à enunciação que o coloca” (Foucault, 1995c, p. 108-109).

Ainda que o programa possa ser visualizado como uma “grande máquina de poder”, ou que possa ser enunciado como um potente “aparato ideológico”, o que se forma na base das grandes máquinas de poder, não são apenas ideologias. São processos de acumulação de saber sobre a infância, os quais inscrevem procedimentos e técnicas nos corpos e atos dos mais diversos sujeitos. É “muito menos e muito mais” que ideologia. Para o poder exercer-se nesses processos, “é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas” (id., 1999c, p.184-186). Isto justifica a opção pela análise dos mecanismos de poder do programa a partir de seus investimentos.

Não analiso o exercício de poder no campo das intenções da equipe produtora do *Diário de um bebê*. Não se trata de criticar um sentido, ou os próprios efeitos da discursividade do programa. Pergunto sobre aquilo que a materialidade discursiva do mecanismo produz, sobre como essa produção tornou-se possível. Não critico o otorrinolaringologista que mandou colocar remédio no ouvido de Bruno quando este sentiu dores. Isto porque são os artifícios de sua racionalidade política que articulam o poder de verdade do

seu discurso. Este é o motivo pelo qual torna-se preciso questionar a racionalidade existente, a qual está envolvida no ato de sancionar e ratificar verdades que, embora apresentem continuidades e rupturas históricas, constituem determinados tipos de subjetividade. Assim, descrevo as práticas, a partir das quais a produção do infantil pôde ser investida, produzindo efeitos de poder específicos. Analiso o tipo de poder relacional do programa “em sua face externa, onde ele se relaciona direta ou indiretamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto” (id., 1995c, p.183).

Ao perguntar sobre o “como” do poder, não estou eliminando a questão do “quê” e do “porquê”. A questão do “como” é uma questão, não a respeito da manifestação do poder, mas de seu exercício. Como se fez e se faz possível que uma das narradoras possa dizer que Bruno, depois de um grande passeio, *agora está bem, e dorme tranqüilo?* Tal investigação pergunta sobre como se instituiu possível este jogo de poder-saber. Não se resume a descrever os efeitos das prescrições, prevenções ou remediações indicadas pelos profissionais e especialistas. Partir do questionamento do “como”, é colocar em questão a própria existência do poder. Antes de perguntar o que é o poder no programa *Diário de um bebê*, a pergunta situa-se na dimensão de como ele acontece em sua materialidade discursiva. Isso não supõe uma denúncia, mas uma investigação crítica.

Este trabalho analítico partilha da concepção de que os sujeitos infantis são constituídos e constituem-se a partir de um investimento discursivo. Não existe um objeto natural chamado infantil, adulto, educação ou escola. Estes objetos são materializados pela gramática que os enuncia (cf. Corazza, 1999, 2001). Independentemente dos índices de audiência do programa, o seu discurso institui subjetividades à medida que as diz. Diz que (m) e como é (o) ser infantil. Institui tal subjetividade por estar autorizado a dizê-la, pelo lugar de verdade historicamente concedido ao discurso científico que ratifica. O que existem são seus ditos. Não há um sentido oculto, misterioso ou obscuro, à espera de ser clareado. Não há nada por trás do discurso que sanciona, como algo a ser descoberto. Os efeitos de poder que provoca não estão ocultos ou invisíveis. Por esse motivo, busco descrever algo que pode não ter sido ainda descrito, mas que, nem por isso, esteja escondido. Examino o que o discurso especializado constrói, concentrando-me menos no que ele significa e mais em que pensar e agir ele conecta.

Na composição de um vocabulário e de uma linguagem explicativa específica, o discurso sancionado no programa designa os atos dos sujeitos, os quais passam a existirem e a se explicarem a partir de tal discurso. Mas a subjetivação dos indivíduos enunciados como infantis e adultos nunca é um processo simplesmente gramatical. Apesar das propriedades subjetivantes da linguagem, “a subjetivação nunca pode ser uma operação puramente lingüística” (Rose, 2001, p.149). Os processos que dão uma condição subjetivante à linguagem estão presos a uma organização de saberes e um agenciamento de poderes. Tratam-se de condições enunciativas específicas, relativas a espaços de tempo e épocas históricas particulares.

As formas de subjetivação estão ligadas ao discurso, pois ele manifesta “um campo de regularidade para as diversas posições de subjetividade” (Foucault, 1995c, p.61). As enunciações que o mecanismo ativa exercem a função de unificar um sujeito, unificar uma dispersão ao posicioná-lo. Os conhecimentos sobre a infância e as linguagens que a define são indispensáveis para que os sujeitos implicados nesta relação tornem-se objetos e sujeitos deste discurso. É através das possibilidades que o discurso oferece que o repertório moral

encarna os indivíduos, pelas formas de poder-saber que lhes designa como sujeito. É dessa forma que as estratégias de poder constituem as ações humanas, nas mais diversas formas de subjetividade, compondo o governo da infância.

É neste sentido que o discurso enunciado no programa é um discurso material, é um discurso que torna material, faz do infantil uma matéria. Trata-se de uma materialidade discursiva, justamente, por compor o infantil do tempo presente. Mas a materialidade de que falo, não é a do infantil em si, de um corpo biológico natural ou essencial. Nem tampouco a dimensão corpórea do infantil é subtraída, separada, colocada em contraponto a uma dimensão mental, espiritual ou psicológica. Sequer é esta dimensão corpórea que fornece uma forma essencial ou estável à subjetividade. Tal subjetivação foi elidida através de diferentes estratégias de poder em torno de saberes acerca da infantilidade, fazendo do infantil seu produto.

Não se pode negar a existência desta dimensão corpórea, através da qual a cultura define, diferencia e especifica as subjetividades. O fato é que esta própria matéria bruta é um “fenômeno histórico”. A topografia que temos deste corpo vital – seus fluxos e órgãos, suas propriedades de comer, defecar, andar – não é resultado de uma comprovação natural, mas de conquistas culturais, científicas e técnicas. Os recentes artificios tecnológicos delineiam a manipulação desta vitalidade, desde o engenho de remédios até transplantes cirúrgicos, próteses, código genético (Rose, 2001, p.168-169; cf. Tucheram, 1999; Haraway, 2000; Silva, 2000). A coerência desta unidade orgânica é uma recente definição, pertencente a uma determinada cultura, e circunscrita a uma zona limitada de tempo-espaço (cf. Foucault, 1994c).

As verdades que o mecanismo discursivo do diário infantil estabelece, as relações de poder que aciona, efetivam o governo do infantil, pois criam as suas condições de existência e aquilo que a ela está atrelado. É precisamente nos espaços discursivos que nos tornamos sujeitos. A subjetivação do infantil se estabelece numa dimensão discursiva a partir de técnicas que se processam mantendo, modificando, fixando e moldando saberes e poderes. Ao enunciar o infantil no programa, introduzimos a ele, e a nós mesmos, numa instância discursiva, tendo objetivos específicos para um determinado fim: a produção do infantil educado, saudável, normalizado.

Estes espaços discursivos em que somos introduzidos como indivíduos e tornados sujeitos são sempre múltiplos e diversificados. Este é motivo pelo qual nos reconstituímos a cada enunciação. Este lugar de enunciação precisa, portanto, estar vazio para ser constantemente reocupado. É a linguagem, então, que faz um agenciamento destas práticas discursivas. Um agenciamento que localiza os sujeitos em procedimentos particulares, pois capacita alguns para poder falar e outros para ser falado, uns para enunciar a verdade, outros para submeter-se a ela (cf. Rose, 2001).

É desenhado, delimitado, esboçado um lugar de sujeito para o recém nascido ocupar no discurso ratificado no *Diário de um bebê*. Embora seja um lugar habitado temporariamente, parcialmente, de forma faccionária. Por ser um aparato de possibilidades discursivas articulado, importa como e onde o infantil é posicionado em tal discurso, e não quem originalmente o posiciona ou enuncia. Este empreendimento que problematiza estas possibilidades discursivas “não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (Foucault, 1995c, p.109). É por esses motivos que problematizo relações de

poder-saber-verdade que investem os infantis por um de seus mecanismos estratégicos, qual seja, o discurso sobre a infância na atualidade que se configura no programa *Diário de um bebê*.

Questionar a idéia de sujeito fundador do discurso significa perguntar a respeito de como funciona a instauração, fundação e manutenção da discursividade da infância no programa, antes de culpabilizar algum sujeito por isto. Liga-se à perspectiva que coloca em questão o fato do sujeito ser a origem do discurso, pois pergunta sobre um determinado tipo de “funcionamento”. Tal funcionamento aponta que o discurso especializado pode estabelecer continuidades e rupturas. Apesar da análise destas continuidades e rupturas não ser objetivo deste trabalho, constitui uma questão instigante à medida que a dimensão da produção discursiva compõe um jogo cujo conteúdo é sempre transgredido e invertido mesmo em sua regularidade.

Nessa operação, não procuro descobrir uma subjetividade ou uma identidade infantil reprimida, verdadeira, natural, ou definitiva. Na sua produção, entendo o infantil como resultado de subjetivação, em sua dimensão constitutiva, positiva, em sua instabilidade, em suas infinitas possibilidades de existência históricas, em meio às mais diversas relações de poder e saber. Não pretendo tampouco fazer uma história das diferentes subjetividades infantis e de suas indefinidas possibilidades. Objetivo problematizar um modo particular de governar e, portanto, de construir o infantil na atualidade. É por compor uma forma específica de governo da subjetividade, que me interessa descrever como a materialidade discursiva do programa objetiva e produz aquilo de que fala. Procedo, a partir daqui, a uma análise do discurso prático que os especialistas sancionam no *Diário de um bebê*, da sua materialidade discursiva e daquilo que ela positiva.

Mecanismo ortopédico

Uma ampla rede discursiva dissemina discursos que regulam e organizam formas possíveis de ser um infantil no programa *Diário de um bebê*. O controle de tal conduta é incitado e sustentado por uma rede de saberes e poderes articulados. O mecanismo engendra uma rede de poder-saber que faz o infantil sujeito às suas verdades. A forma como é descrito detalhadamente e objetivado pelos conhecimentos sobre a infância, e a maneira como é sujeito de averiguações destes detalhes, pelas posições de poder que outros sujeitos ocupam, fazem do infantil objeto e sujeito de um governo específico.

Os ditos especializados procedem a um enquadramento da subjetividade infantil que molda, avalia e julga o infantil ao descrevê-lo. A melhor forma de constituir o infantil está sendo enunciada. Uma das narradoras descreve a nova fase do infantil, emocionada, dizendo que ele *engatinha, pega objetos, balbucia e, claro, adora brincar*. Ao objetivá-lo desta forma, ela o faz possível de um determinado modo. Estes exercícios de objetivação acionam o governo da subjetividade infantil pelo mecanismo *Diário de um bebê*.

O infantil é um privilegiado campo de ação do mecanismo. Nas relações de poder, acionadas por tal discursividade, a infantilidade é um elemento dotado de instrumentalidade. É o objeto sobre o qual, tanto o chefe da companhia aérea quanto a vendedora de carrinhos de uma loja do *shopping center*, em múltiplas e diversificadas relações, investem saberes e poderes. É o utensílio com o qual e sobre o qual se configura e efetiva o exercício do governo. O *Diário de um bebê* funciona como um mecanismo de subjetivação, que aciona e faz funcionar uma série de tecnologias de governo dos infantes.

O enquadramento da subjetividade infantil, a partir dos conhecimentos e dos saberes especializados, permite categorizar, organizar o espaço para a análise, produzindo efeitos de poder específicos. Trata-se, neste capítulo, de descrever uma *Anatomia administrativa* da qual o infantil é sujeito, por meio de uma descrição detalhada de suas atitudes; o *Desenvolvimento sistemático* imposto como evolução gradual na constituição de tal subjetividade; e a dinâmica de *Prevenção, controle e correção* que o administra ortopedicamente.

Anatomia administrativa

O campo discursivo do programa *Diário de um bebê* é dividido em áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Medicina, a Pedagogia. A diferenciação entre as áreas refere-se ao aspecto do sujeito infantil ao qual elas se dedicam. Elas procedem a subdivisões do sujeito, em relação ao seu aspecto físico, psicológico, cognitivo, lingüístico, motor, emocional. Tais subdivisões apresentam características específicas e regras delimitadas. Mas os especialistas apontam que estes aspectos do desenvolvimento estão relacionados. Suas unidades específicas cruzam-se, confundem-se e misturam-se, ficando, às vezes, sob a responsabilidade de mais de um campo profissional ou área de conhecimento. O fato de diferentes formas de saber do infantil convergirem para a descrição dos mesmos aspectos da sua conduta não quer dizer que essas formas não possam divergir ou discordar sobre tais pontos.

Cada uma dessas áreas do conhecimento elabora uma classificação de atitudes e experimentações da infância. Elas descrevem a subjetividade infantil, separando-a em unidades individuais. Tais áreas realizam um esquadramento especializado dessa subjetividade. Detalhamentos exaustivos e minuciosos esquadram e definem o sujeito infantil por meio de uma multiplicidade de características organizadas. Ao pautarem determinados fatores da experiência infantil – necessidade de amamentação, desenvolvimento motor, carência de atenção, exercícios lingüísticos –, os diversos saberes confirmados autenticamente no programa tornam-se peças estratégicas do governo de tal subjetividade. Governo possibilitado, à medida que se torna pensável, calculável e praticável o seu objeto de investimento.

Afirmar que, aproximadamente na segunda semana de vida, ocorre a queda do cordão umbilical do bebê é tarefa de uma pediatra. Cabe a um outro pediatra afirmar que os infantis choram muito quando bebês, pois não conhecem outra forma de fazer os seus pedidos. Os conhecimentos acerca da queda do cordão umbilical ou do choro do bebê são particularidades do discurso pediátrico, que é uma especificidade do discurso médico. Discurso este que se especializa em saberes da infância. A produtividade de tais saberes específicos não possibilita a ação sobre os atos infantis por elaborá-los como uma massa indissociável. Pelo contrário, o fato de afirmar que, logo ao nascer, o bebê ainda não faz a definição de cor e forma, ser responsabilidade de um oftalmologista, aponta que a produtividade de tais saberes está em elaborar e tratar a subjetividade infantil como portadora de uma mecânica detalhada.

O neurologista, a fonoaudióloga, a dermatologista, a otorrinolaringologista, o consultor de moda, o professor de natação, a gastroenterologista pediátrica, a vendedora de carrinhos, a psicóloga, entre muitos outros sujeitos, nomeiam os atos de Bruno e os constrói ao interpretá-los. Esse conjunto de especialistas da infância avalia o seu aspecto cognitivo, afetivo, social, moral, pretendendo entendê-los e explicá-los. Desta forma, produzem tais aspectos, determinando particularidades, enunciando desvios e propondo regras à

conduta infantil. O que é “ser um infantil” vai sendo elaborado. Os conhecimentos especializados situam, localizam, dizem quem é e como deve ser um infantil para que seja normal e moralmente reconhecido.

Ao ser narrada, configurada, situada, a subjetividade infantil é, assim, enquadrada num rol classificatório de possibilidades. Há conhecimentos especialmente referentes à música na vida do bebê. O programa que trata de música na infância descreve atos específicos do infantil, através dos conhecimentos de uma Doutora em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela diz que *a partir da metade da gravidez, os bebês já escutam e, depois, nos primeiros meses de vida, devem ter um contato mais direto e freqüente com a música*. Mas isso não é dito e defendido sem um argumento mais aprofundado. Tal investimento na subjetividade infantil é justificado pela especificação de particularidades de uma dimensão cognitiva. O fato importante é que a música *vai ser um estímulo para o cérebro do bebê*. Assujeitada a este discurso, não resta outra possibilidade senão a narradora posicionar o infantil no discurso, ratificando: *eles adoram músicas. O Bruno, então, parece até que quer dançar!*

Tais verdades da infância levam Bruno a participar de aulas de música, *num curso especial para bebês*, promovido pela mesma universidade. Em tais aulas, que foram filmadas em uma sala, várias outras crianças, acompanhadas de suas mães, participam. A professora explica a importância dos sons para os movimentos da criança, relacionando-os a aprendizagens particulares, de ordem lingüística, emocional, cognitiva e motora: *A música ajuda no desenvolvimento da fala e fortalece os laços com os pais*. A especialista também sugere que os pais contem histórias para os seus filhos, explorando não apenas os sons, mas também os movimentos.

A Doutora em Música prescreve a necessidade de os infantis terem *contato com brinquedos sonoros* como, por exemplo, o *chocalho*. Indica que este instrumento pode ser feito em casa, *com caixinha de margarina, colocando alguma coisa dentro*. Mas tais saberes especializados não se resumem a essas prescrições. Os saberes a respeito da música na infância, que junto de outros saberes montam a experiência subjetivante infantil, aprofundam-se e especificam-se ainda mais. Se os adultos observarem as músicas infantis, diz a professora, podem notar que *os sons, em geral, para os bebês, são agudos*. E, prontamente, enuncia que *isso não é por acaso, pois a sensibilidade deles é maior para o agudo*.

Quando o assunto refere-se à vestimenta do bebê, a apresentadora logo passa a palavra para *quem entende do assunto*. Isto porque é necessária muita *atenção para os detalhes*. O consultor de moda avisa que se deve ter um *cuidado fundamental com relação aos botões* das roupas. É preciso comprar roupas nas quais o acabamento seja feito com botões pequenos, para evitar um possível arranhão no bebê. Também é importante prestar atenção no tipo de tecido. Afinal, *you não sabe se o seu bebê tem um tipo de alergia*. O especialista

indica que o melhor é usar produtos de algodão, que evitam, entre outras coisas, que a pele fique *vermelhinha*. O aspecto da saúde é motivo de reincidentes enunciações, cruza-se em diferentes campos de saber, ocupando assim, um específico lugar de verdade na ordem do discurso infantil.

A narradora do programa diz que o infantil *adorou o mundo novo e colorido dos livros*, fazendo com que seu dito adquira valor de verdade. Sustenta que Bruno vai à Feira do Livro *cheio de curiosidade e ânimo*. Não apenas torna-se virtuoso o fato de os infantis “gostarem” de livros nos primeiros meses de vida, como também uma dimensão intelectual, cognitiva, lingüística é esboçada e criada como possibilidade para o sujeito infantil. As articulações discursivas especializadas indicam formas para que os outros, e o próprio infantil, o expliquem e o narrem. Sua materialidade discursiva configura formas de os infantis serem constituídos e constituírem-se a si próprios. Esses jogos de significação fazem mais do que explicar a subjetividade, eles montam-na e controlam-na (cf. Rose, 1997; Larrosa, 1994, 1998).

A existência de conhecimentos sobre a infância, sua elaboração e especificação, é justificada por rupturas e continuidades históricas na concepção de infantil. Embora a descrição destes acontecimentos históricos sejam dignos de um empreendimento analítico maior, pode-se dizer que a constituição do infantil como um sujeito dependente, carente de investimentos, torna possíveis os investimentos despendidos a tal subjetividade. O infantil constitui-se como um campo de especificidades, à medida que sobre ele se despende saberes e poderes. A infância constituída como um recorte específico da experiência humana de sujeito “justifica um sem-número de premissas e afirmações igualmente específicas” (Narodowsky, 1994, p.24).

Uma pediatra e psiquiatra diz que os pais, não só podem, como devem contar *uma pequena história para o filho*. Ressaltam a importância da repetição de histórias para as crianças, tendo em vista que as histórias favorecem uma série de questões relativas ao desenvolvimento cognitivo do infantil. Tal ratificação é reincidente quando a fonoaudióloga afirma, num outro episódio, que *as crianças compreendem muito melhor do que os adultos pensam* que elas compreendem. O contato com histórias torna-se possível e necessário, pois além de o infantil *entender o sentido* delas, *é através da voz do adulto (...) que o bebê vai reconhecendo o mundo e descobrindo o significado das coisas*. O fato de contar histórias torna-se, assim, um hábito positivo. Por este motivo, a apresentadora alerta: *O clima de leitura da Feira do Livro em Porto Alegre é lugar para crianças também*.

Quando o assunto refere-se ao aspecto da linguagem, Bruno já dá sinais de que *está descobrindo a própria voz*. Faz *sons estranhos*, mas importantes, pois *marcam o aprendizado do diálogo*. Cabe a uma fonoaudióloga afirmar que *é importante conversar com o bebê, porque a gente está estimulando a audição dele e a vontade de falar, o que é fundamental para que ele um dia venha a falar a nossa língua*. A materialidade discursiva do programa delimita as possibilidades desta experimentação, ao dizer que isso *vai dar-se com muito prazer, com muita alegria entre os pais e a criança*. Justifica esta forma de investimento especializado quando argumenta que este *é um momento de lazer também* entre pai, mãe e filho. Certamente, constitui-se como verdadeiro o fato de os familiares investirem na fala da criança. Os especialistas finalizam este episódio produzindo a necessidade de o pai e a mãe conversarem com o infantil, objetivando que este sujeito, *lá por um ano, um ano e meio de idade, esteja falando tudo e trocando altos papos*.

A especificação dos saberes sobre a infância define a melhor maneira de constituir e manter a subjetividade infantil, a partir da designação de elementos que a compõem. Isso não ocorre apenas quando a narradora aponta a existência de características pessoais do infantil. Mas também quando determina a existência de ações e reações às particularidades infantis, produzindo-as: a aprendizagem dos sons, o choro, a relação que pode e deve estabelecer com o seu pai e com a sua mãe, as dores de barriga. Certamente, a produtividade que o investimento na especificação de saberes possibilita consiste na manutenção de um “controle detalhado e de uma intervenção pontual” (Foucault, 1995d, p.145).

A brincadeira também constitui-se como uma experimentação da infância. Uma narradora afirma, em determinado episódio que, *claro, [o Bruno] adora brincar*. Ela trata esse fato não só como algo bom, mas como uma obviedade. Como pode ser dito na atualidade, de forma pretensamente tão natural, que o infantil *adora brincar*? O fato é que, ao objetivá-lo desta forma, a narradora faz o infantil possível de um determinado modo. Os seus ditos possibilitam a vinculação da infância a brincadeiras. Vinculações como esta avaliam e julgam o infantil ao descrevê-lo. Entender a brincadeira como uma necessidade da infância torna-se um exercício de objetivação, que aciona o governo da subjetividade infantil no tempo presente.

O discurso especializado afirma que o exercício de *brincar é fundamental para o desenvolvimento da criança*. Elabora as experimentações da subjetividade infantil, enunciando que é através dos brinquedos que o infantil vai desenvolver o necessário conhecimento de muitas coisas. Neste sentido, afirma a especialista, os brinquedos *são também um assunto sério*, pois *é brincando que elas [as crianças] vão fazendo descobertas*. Justifica-se assim, entre outras coisas, o fato de não se poder dar *qualquer brinquedo para os bebês*. Os infantis precisam de brinquedos adequados, especialmente, daqueles que possibilitam que eles exerçam *diferentes ações* sobre eles. Os melhores brinquedos são aqueles que eles *possam puxar (...), empurrar, sacudir, balançar*.

A materialidade discursiva do programa narra as atitudes infantis de modo que as determine. A narradora diz que *lá vem ele (...) pronto para desvendar, ou melhor, se encantar* com algo que os adultos podem proporcionar. Tal forma de enunciação produz as atitudes e as próprias compreensões das atitudes infantis, constituindo uma subordinação dos infantis ao discurso verdadeiro. O infantil é instado a reconhecer esta verdade quando se afirma que ele *não deixou essa oportunidade passar*, como se ele soubesse o significado de uma oportunidade, além, é claro, de considerá-la encantadora.

A forma de se organizar e de se comportar, as atitudes e os sentimentos do infantil são tornados verdadeiros, ao serem especificados, explicados, avaliados e guiados, conforme as normas estabelecidas pela força de verdade dos saberes especializados. A vontade de governo de tais saberes faz do programa um mecanismo útil de controle que, a partir do esquadramento especializado de sua conduta, fixa normalidades, tornando o infantil, por elas descrito e prescrito, um ser administrável. Por meio de uma

anatomia administrativa de seu comportamento, o infantil constitui-se como objeto e efeito do discurso ratificado no *Diário de um bebê*.

Uma apresentadora anuncia um dos episódios impondo algumas necessidades emocionais ao infantil, ao mesmo tempo em que lança uma pergunta: *Amizade e carinho, todos precisam, mas desde quando faz diferença de onde vêm esses sentimentos?* Um psicólogo profere um discurso sobre as formas de interação entre bebês. Particularidades são especificadas. Independentemente do discurso proferido ou da resposta dada a esta questão, um esquadramento do infantil é configurado na sua enunciação. O discurso profissional, seja de um psicólogo ou de uma apresentadora, governa a subjetividade infantil à medida que enuncia os acontecimentos da experiência de infância na especificação de particularidades.

Um especialista afirma que a mãe e o pai do bebê precisam estimular o seu filho para uma série de aprendizagens no *aspecto social*. Embora esta seja uma prescrição visível, a sua produtividade não é integral e nem os efeitos que pode provocar são os mesmos. A afirmação de tal necessidade não indica que os familiares, pai e mãe, tenham uma presença constante no cotidiano de seus filhos, estimulando a sua socialização. Tal afirmação provoca que a condução da infância e do desenvolvimento infantil sejam feitas nestes termos. Isso significa que se uma criança tem problemas no convívio com outras crianças, entende-se que foi desprovida de experimentações de sociabilidade, motivo pelo qual ela deve ser encaminhada para um psicólogo ou algum outro especialista. O que importa é a constituição desta conduta – a da criança anti-social – como uma conduta a ser extirpada, banida. É desta forma, enunciando a subjetividade infantil a partir do que é ratificado pelo discurso sancionado no programa, que governamos a subjetividade infantil e somos governados por um discurso de verdade da infância.

Formas possíveis de constituir o infantil estão sendo enunciadas no *Diário de um bebê*. Sua materialidade discursiva produz, corporifica, significa, objetiva e subjetiva os sujeitos de que fala, ainda que estes não se assujeitem a todos os discursos. A positividade da verdade enunciada incita possibilidades no episódio em que *Bruno conhece o mar*. Horários apropriados, apetrechos, protetores, atenção, são algumas recomendações para quando os bebês são levados a conhecer o mar. A médica ressalta que, para encarar o verão com saúde, precisa-se de cuidados especiais.

A produtividade do seu discurso modulador – objetivação, subjetivação, governo – é variável. O fato de um episódio ser dedicado aos cuidados com a proteção dos bebês na praia, não significa que todos os infantis passem a usar protetor solar antes de serem expostos ao sol no verão. Mas, uma dimensão dermatológica passa a constituir parte desta conduta. E, com esta dimensão, múltiplas particularizações pormenorizadas e peculiaridades são narradas com minúcias. Possivelmente, torne-se um fator considerável, mesmo que não imprescindível, o fato de preocupar-se com a exposição do infantil ao sol.

O esquadramento especializado do infantil, elaborado no *Diário de um bebê*, aciona a produção dos sujeitos infantis em meio a esse conflito. Conhecimentos da área da saúde consideram que o infantil precisa de *muito FPS 30*, e que *praia e bebês só combinam com outros ingredientes: guarda-sol e horário adequado*. Mas isso não garante que eles fiquem expostos ao sol *só até as 10 horas da manhã, e depois das 5 horas da tarde*. Os infantis são assujeitados por alguns discursos, e não por outros. São sujeitos ora de uns, ora de outros. Sua sujeição não é definitiva, coerente, orientada, constante ou transcendente. A produtividade

do discurso manifesta-se favorecendo ou negando interesses, impedindo ou permitindo determinadas realizações.

Importa o fato da infância, além de ser objeto de um programa, ser objeto de investimento e interdição de outros sujeitos. Isso incita a veracidade do fato de que *mesmo pequenos, os bebês já correm o risco de acidentes*. Provoca a sustentação de um aparato de extração de sua verdade, ao ratificar que *alguns cuidados são sempre importantes*. Neste sentido, torna-se pertinente questionar o fato da infância ser regida em termos de positividade e negatividade, coisa inacabada, dependente. Importa o fato dela ser construída como um objeto de cuidados específicos, pois tais cuidados autorizam o esquadramento e a administração da subjetividade infantil.

O empreendimento de dizer a verdade da infância, apesar de singular – um programa específico na mídia televisiva –, funciona de forma articulada com tal vontade de verdade. O programa abriga uma grande quantidade de discursos sobre a infância, embora nem sempre esses discursos comportem continuidades históricas, mas apontem para rupturas nas formas de tratamento despendido ao infantil. Mas não está na análise de tais continuidades e descontinuidades o esforço despendido aqui. O que importa é ressaltar que esses discursos entrelaçam-se em meio às relações de poder, abrigando-se em mecanismos diversos, de fazer falar, observar, ouvir, registrar – como a escola, a educação e a pedagogia –, de forma que o peculiar da vida infantil torne-se motivo de juízos.

A multiplicidade de discursos acerca da infância não pode ser vista apenas de forma quantitativa ou como uma simples proliferação. Aumentam as recomendações familiares, fases são estabelecidas, desvios são caracterizados, perversidades são definidas, controles pedagógicos e procedimentos médicos trazem a abominação de certas práticas. Configura-se uma repulsa a práticas como a da colocação dos infantis na roda dos expostos, a sua amamentação por amas de leite, a sua criação como um fardo (cf. Corazza, 1998b, 2000). O infantil torna-se um objeto digno de atenção, preocupação, carinho, afeto. Investe-se no infantil, conforme a apresentadora do programa, para que ele *seja feliz e ajude a construir um novo tempo*. Tal horizonte de espera aponta, justamente, para a produtividade do saber, a positividade do discurso que sanciona, os efeitos de verdade que produz.

Um médico imunologista é o especialista chamado para falar sobre as diferentes vacinas que o infantil deve fazer. Ele descreve suas funções preventivas, as doenças que combatem, as doses e as idades certas para realizá-las. Tais peculiaridades e aprimoramentos possibilitam uma multiplicidade de processos de inscrição. Faz-se necessário atentar para a vacinação da *BCG e contra a Hepatite- B*. Também é preciso *fazer a vacina tríplice, que combate o tétano, difteria e coqueluche, e a Sabin, para evitar a paralisia infantil*.

Certamente, a essa multiplicação dos discursos sucede uma dispersão de saberes e poderes, e outras experimentações da infância e da infantilidade. Deve-se fornecer ao infantil, entre outras coisas, uma aplicação cuidadosa, amor, ternura, consideração. Através

de suas estratégias de governo, o programa institui como inconcebível a desatenção de um pai ou de uma mãe para com seu filho: *Um dos pais deve estar sempre junto para consolar o bebê*. Tal enunciação aponta que é algo bom, a ser cultivado, adequado às normas amar a prole. Uma das provas deste amor, desta adequação, é cuidar da sobrevivência do infantil, alimentando-o, zelando por sua saúde, sobretudo, levando-o para fazer as vacinas.

A gastroenterologista pediátrica indica que o bebê precisa ingerir muito líquido nessa época. Mas, tendo em vista que ele *gosta de suco*, isso não constitui um problema. O tratamento despendido ao infantil, no que se refere ao que é significado como a dimensão nutricional, é delineado. Atribui-se um gosto – ou uma falta deste – ao sujeito infantil, por algo que passa a fazer parte da sua existência enquanto sujeito de experiência, o que torna-se relativo àquilo de que ele passa a necessitar. É neste sentido que tais investimentos compõem aquilo que visualizamos e enunciamos por infância hoje. Isso faz da infância um objeto em constante produção, e muitos são os caracteres para os quais devemos despende esforços.

O investimento na produção da infância, característico do programa *Diário de um bebê*, é fruto de múltiplas articulações históricas entre relações de poder e efeitos de verdade que fazem com que hoje, por exemplo, nos choquemos com determinadas condições sub-humanas de crianças de rua, sua má alimentação e sobrevivência precária. Tais condições de vida infantil são consideradas inaceitáveis, apesar de existentes. As condições históricas, políticas e econômicas possibilitam, não só que tais crianças existam, mas, para além disso, que elas sejam vistas e enunciadas de tal forma aterrorizadora.

Resultante de tais efeitos de verdade, são os ditos de uma doutora em Educação que afirma que *a vida dos nossos bebês melhorou muito*. Ela estava referindo-se à vida dos bebês em 1900, que viviam enfaixados. Em tal momento histórico, considerava-se necessário que se mantivesse o bebê assim. Isto porque acreditava-se, entre outras coisas, que o bebê deveria mexer-se menos, causando menos incômodo àqueles que o cuidam e mantendo os membros do corpo favorecidos para um crescimento mais rígido. Isso desenvolve-se de tal forma no programa que essa atitude constitui-se como algo ridículo, extravagante e inimaginável nos dias atuais.

Ao falar em termos de melhorias para a infância, a doutora institui a melhor forma de ser um infantil: o infantil de hoje. Chega a ser absurda a possibilidade de envolver o bebê com tais faixas. É desta forma que os especialistas apontam o que é necessário para os infantis se constituírem como sujeitos com melhores condições de vida. O infantil de hoje não deve ser tolhido de movimentos, nem privado de experimentações com os membros do corpo. Experimentações estas, agora, intituladas motoras. São tais inscrições discursivas, resultantes de um investimento num esquadramento do infantil, que possibilitam a estes sujeitos serem anatomicamente administrados pelo discurso especializado.

A manutenção da subjetividade infantil é possibilitada por tal especificação dos saberes, que os garante múltiplos, embora articulados. Essa articulação efetiva-se na própria constituição da subjetividade infantil. Subjetividade que é constituída a partir de múltiplas e variadas objetivações de particularidades, como a de emoções, vontades, linguagem, gostos, tristezas, corpo físico, afetos, desafetos, preferências alimentares, psique, dificuldades, saberes, capacidades, inteligência, dentre muitas outras. Trata-se de um esquadramento especializado que possibilita uma anatomia administrativa do corpo infantil. Uma anatomia que elabora os elementos do “desenvolvimento” infantil e os decompõem em partículas que dizem respeito ao que objetivam as diferentes áreas do conhecimento.

As relações de poder-saber acionadas pela materialidade discursiva do programa tornam-se o ponto crucial que torna visível e enunciável o presente infantil, ao traçar algumas linhas da infantilidade. Linhas que emergiram historicamente por meio de mudanças, fortalecimento, e redistribuições nas formas de poder-saber. Compõe-se, assim, “esta idéia, este imaginário, esta ficção, se se quiser; de todo modo, esta instância de poder-saber-verdade”: a infância (cf. Corazza, 2000, p. 207). Nesta instância, configura-se, pois, tudo aquilo que a ela está relacionado. A materialidade discursiva do programa *Diário de um bebê* aciona o governo e a própria subjetividade infantil, compondo um ritual meticuloso da experiência de infância.

Com isso, não se está descaracterizando o corpo infantil de seu caráter funcional e biológico. O que este trabalho aponta é que os dispositivos, as tecnologias, as estratégias de governo articulam-se diretamente no corpo infantil, em suas sensações, em seus prazeres. Bruno *adora* os avós e precisa conviver com eles para, com o tempo, *aprender a lidar com os mais velhos*. Entre outras coisas, ele também gosta de animais. Tais classificações e nomeações dos atos infantis constituem, assim, possibilidades de experimentação infantil. O corpo infantil não é apagado, mas aparece numa análise em que o aspecto biológico e o histórico fazem parte do mesmo mecanismo de governo, não configurando uma evolução em complexidade crescente.

Isso não significa tampouco uma negação da infância, ou uma apologia ao seu descaso. Não afirmo que a existência das necessidades do bebê Bruno é uma ilusão; a ilusão está em fazer dessas necessidades, dos investimentos na infância um elemento natural, fundamental, constituinte e eterno. Não sustentamos o infantil na atualidade em função de uma natureza bondosa, ou de uma evolução histórica das obrigações humanas primeiras e essenciais. Todos os elementos que circunscrevem a infância e a infantilidade são agrupamentos de um mecanismo que têm uma função tática numa rede discursiva, envolvidos por técnicas de poder que, de forma alguma, reduzem-se apenas a fundamentos ou origens. Não se trata de apontar para a maneira como o sujeito infantil do programa é percebido ou recebe sentido e valor, mas para a forma como se investe sobre ele, e sobre o que nele, devido a este investimento, há de mais natural, de mais vivo.

Desenvolvimento sistemático

As atitudes, as características do crescimento, os pequenos atos, os movimentos do infantil são descritos no mecanismo *Diário de um bebê*. O discurso sancionado pelos especialistas estabelece “fases” em que o infantil deve fazer tal coisa, e não outra. Indica meses aproximados nos quais ele deve apresentar determinadas características, e meses em que deve superá-las. Através da especificação de saberes, o infantil é enquadrado numa dinâmica de um desenvolvimento sistemático. Mas essa diversidade de saberes, que prescreve e explica o infantil, apresenta características comuns. A diversidade de conhecimentos que enuncia a infância “pauta normalidades e patologias; progressos e regressões; benefícios e prejuízos” (Narodowsky, 1994, p.25).

O discurso sancionado no programa enuncia um bebê *pequeninho*, mas *forte e saudável*, aos sete dias de vida. O seu primeiro mês é marcado pela importante ida ao Posto de Saúde, com o propósito de *fazer a primeira dose da vacina tríplice*. Aos quatro meses, vai ao dentista, *para começar a garantir um futuro de sorriso perfeito*. No quinto mês, ele já pode experimentar alimentos como a sopa, que *jamais deve ser dada na mamadeira!* Lá pelo oitavo mês, ele está numa *fase muito importante*, pois *engatinha, pega objetos, [e] balbucia*. Às vésperas de seu aniversário, com onze meses de vida, ele *se encanta* com a história do Papai Noel, sentado no *colo do bom velhinho*.

A infância é considerada, por excelência, o momento de desenvolvimento progressivo das capacidades humanas. Os especialistas que narram o infantil no programa afirmam que a *vida de um bebê tem a cada semana uma nova descoberta*. O infantil é incitado a uma forma de desenvolvimento gradual. Esse tempo organizado de forma evolutiva, no programa *Diário de um bebê*, aponta para técnicas administrativas em termos de progresso. Uma tal visão progressiva do sujeito moderno, em termos de “gênese”, surge como uma forma de organização do tempo que objetiva torná-lo útil e profícuo (cf. Foucault, 1995d).

Determinados aspectos da conduta infantil são narrados situando o que caracteriza o seu desenvolvimento em espaços de tempo específicos. Um episódio é dedicado à alimentação dos bebês, especialmente depois do quinto mês de vida. São necessários conhecimentos específicos para proceder à alimentação de um recém nascido. A nutricionista, inclusive, fornece uma receita e faz uma *papinha*, como indicação de alimentação para crianças desta idade. Mas recomenda ser muito bom acostumar Bruno com outros alimentos. Tudo deve ser feito *lenta e gradualmente, respeitando a tolerância do bebê*.

Em que consiste o que a nutricionista manifesta por *tolerância do bebê*? Passa a consistir naquilo que é definido por meio dos conhecimentos médicos, alimentares, nutricionais, pedagógicos, que constituem e amparam a materialidade discursiva do programa. É de tal forma que inventamos a autenticidade, a exatidão, a “realidade”, o “caráter das coisas” que dizem respeito à infância. Passa a existir uma tolerância a ser

respeitada. Tal definição age sobre o infantil, compondo o emaranhado de relações de poder-saber que caracterizam a constituição e a condução dessa subjetividade.

Se a tolerância do bebê for respeitada, afirma a profissional, quando ele completar um ano, um ano e meio, já poderá sentar-se à mesa com os adultos para fazer as refeições. Isto significa que, do contrário, tal atitude pode ser retardada. O infantil pode permanecer mamando no seio da mãe, o que não deve ocorrer por muito tempo. A atitude adequada do infantil é, gradativamente, largar o seio da mãe e participar das refeições na mesa, junto aos adultos. Essa atitude do infantil, quando mais velho, é atrelada a atos específicos, como seus efeitos. Tal vinculação reverencia os elementos do discurso, então considerados verdadeiros.

Esse domínio de saberes acerca do infantil e da infância configura uma ordem de comportamentos conectados no mecanismo. Conforme a nutricionista, *o nenê que mama no seio, não teria necessidade de nenhum alimento antes dos seis meses*. Porém, *do ponto de vista prático de adaptação do nenê*, é preciso começar a dar outro tipo de alimento *mais cedo*. Estes outros alimentos irão suprir as necessidades nutricionais que o leite industrializado, no lugar do leite materno, não suprirá. Há uma gradação valorativa das diferenças. Na ordem perfeita, inicialmente o bebê mama no seio da mãe, depois adapta-se ao uso da mamadeira para, posteriormente, fazer as refeições utilizando talheres.

A utilidade deste tempo é medida em termos de novos atos, descobertas e experimentações do infantil. Isso caracteriza o que os especialistas da subjetividade, do programa *Diário de um bebê*, chamam de desenvolvimento. Para os médicos, desenvolvimento infantil é a *capacidade de fazer coisas novas*, afirma uma das apresentadoras. No decorrer do primeiro ano de vida, muitas descobertas devem ser feitas, e muitas experimentações devem ser possibilitadas aos bebês. O infantil que não experimenta constantemente coisas novas e diferentes não está se desenvolvendo normalmente.

O fato do bebê Bruno conseguir, numa cadeia evolutiva de acontecimentos, movimentar-se sozinho na cama, balbuciar alguns sons, atentar aos movimentos em torno de si, assim como, usar outras estratégias de comunicação que não apenas o choro, compõe a normalidade infantil. A evolução infantil é um imperativo de constância ininterrupta na materialidade discursiva do *Diário de um bebê*. Os saberes da infância que sanciona, elaboram e configuram aprendizagens contínuas, seqüenciais e crescentes, através das quais o infantil deverá constituir-se.

Depois de bem estabelecidas e fixadas as atitudes descritas anteriormente, os atos e o próprio infantil devem permanecer num estado de progressão. Um estado de progressão caracterizado por avanços programados. Ele precisa, além de movimentar-se sozinho na

cama, sentar-se com equilíbrio. Depois de balbuciar sons, ele deve articulá-los para, posteriormente, dar-lhes sentidos lógicos. Sob tal imperativo de desenvolvimento sistemático, o infantil também não pode permanecer apenas visualizando os movimentos em torno de si mesmo, deve, gradualmente, entendê-los e discerni-los.

Os ditos do programa, como discursos práticos, objetivam aquilo de que falam. No programa em que a temática é o *desenvolvimento* infantil, um neurologista descreve, detalhadamente, como as articulações do corpo infantil desenvolvem-se nos primeiros meses de vida. Após uma longa fala do neurologista, uma das narradoras aponta o que deve ser feito para o bebê *crescer e aprender direitinho*. Essa garantia deve ser buscada através de orientação médica: *Todos os bebês devem passar por uma revisão com um neurologista infantil a cada três meses*. Três meses é considerado um espaço de tempo adequado para que os especialistas possam ver e dizer as evoluções, os atrasos, as progressões e os problemas do infantil.

Em determinado episódio, há um questionamento do uso das cores rosa, para meninas, e azul, para meninos. Este dia tem como temática *a cor*. O profissional fez uma crítica à relação cor-gênero e explicou como o infantil desenvolve a visão das cores. É uma *evolução natural*, disse o presidente da Associação Brasileira da Cor. Progressivamente, depois dos seis anos, o infantil *se envolve* e passa a *gostar mais das cores*. O profissional alerta que, em geral, as crianças sentem-se atraídas por *cores vibrantes*. Em tal ordenação de formas de ser, diferentes gradientes de reconhecimento dos infantis são especificados. Tornam-se visíveis e enunciáveis aqueles infantis que gostam de cores claras, aqueles que gostam do amarelo, outros que gostam somente do amarelo, alguns que não gostam do amarelo, até aqueles que preferem o preto ao vermelho ou que não se interessam por qualquer outra cor.

Um modo de pensar sobre o desenvolvimento das capacidades de raciocínio infantil é especificada numa forma de progressão gradativa (cf. Cardoso, 2001). A especialista torna evidente a produtividade do investimento em um determinado aspecto da conduta infantil, ao afirmar que as crianças precisam *desenvolver corretamente a sua visão*, pois a *visão é o sentido que responde pela maior parte dos estímulos enviados ao cérebro*. A oftalmologista pediátrica impõe a necessidade do infantil desenvolver este sentido, pois atrela o não investimento neste aspecto à possibilidade do infantil não desenvolver corretamente as suas capacidades de raciocínio, respondendo incorretamente aos estímulos enviados para o cérebro.

Constitui-se um aparato de verdades que não diz respeito apenas aos atos infantis, mas a eles próprios, à sua normalidade, à sua moralidade. A importância das interações entre as crianças é ressaltada por um psicólogo e por uma narradora. As crianças precisam conviver junto de outras crianças, seja na creche, seja com parentes ou amigos. A narradora afirma que *conviver com outras crianças é importante, porque assim ele [Bruno] vai desenvolver a capacidade de interagir*. *As crianças que conseguem fazer isso, conseguem cooperar umas com as outras*, sustenta o psicólogo. Isso torna-se imprescindível para o

desenvolvimento infantil, pois possibilita que a criança também desenvolva a capacidade de *se colocar no ponto de vista do outro*.

Bruno apresenta características de desenvolvimento progressivo, pois *cada vez mais ele começa a perceber que a realidade não é somente ele*. Quando o infantil *começa a notar a intenção dos outros*, é sinal de que *está crescendo*. A importância do convívio com outras crianças é ratificada pelo especialista na dimensão da psique, quando diz que *a relação entre um adulto e uma criança é uma relação vertical, onde não há uma reciprocidade*. Isso significa que *as crianças, quando interagem, ficam interagindo entre iguais, entre pessoas que têm as mesmas necessidades, as mesmas capacidades*. Conforme os especialistas da subjetividade, tal característica de sociabilidade deve ser cultivada na infância. Isto porque, se o infantil começar a perceber o espaço do outro, na vida adulta, o *fará de uma maneira mais saudável e mais profícua do ponto de vista social*.

As normas e os padrões de desenvolvimento impõem ao infantil uma forma de evolução, configurada como necessária para o seu futuro. Através das técnicas de formulação de verdades, impõe-se aos infantis subjetivados que determinadas formas de ser infantil são as mais adequadas e necessárias para a organização da vida coletiva. Mas esta posição, que devem ocupar no futuro, necessárias à uma postura saudável e educada, pressupõe um longo processo de aprendizagem até que eles sejam capazes de atuar segundo seus próprios juízos (cf. Uberti, 2000).

No episódio referente a interação dos bebês, a evolução progressiva necessária configura-se na probabilidade de serem *adultos que também conseguirão cooperar, conseguirão interagir com outros adultos*. Investir propositadamente naquilo que o sujeito infantil carece, nos momentos adequados, e da forma indicada pelos profissionais provoca atos bons do sujeito infantil no futuro. No programa *Diário de um bebê*, as atitudes e os comportamentos infantis são classificados, partindo dos mais simples e distantes do comportamento adequado, aos mais complexos. São estes últimos que estão em conformidade com a comportamentalidade prescrita.

A materialidade discursiva do programa dota o infantil de uma capacidade de aperfeiçoamento constante e progressivo. Ele é instado a melhorar, avançar, progredir a cada momento, nos mais diversos aspectos de sua conduta. O infantil é sujeito aos outros por ser objetivado como um indivíduo que carece de algo e que, por conseguinte, está na busca do que lhe falta. Mas ele deve superar essa heteronomia, pois o seu desenvolvimento possibilitará que caminhe sozinho, coma sozinho, durma sozinho. Ele é sujeito de uma carência e de um dote. Ele é submetido a uma dependência e a um aperfeiçoamento. São essas sujeições que configuram tal subjetividade na materialidade discursiva do *Diário de um bebê*.

O infantil demora os quatro primeiros meses para desenvolver uma memória visual, leva seis meses para conquistar um maior domínio do corpo, e está apto a relacionar-se com outros bebês aos dez meses. Essa regularidade, previamente estabelecida, dita uma zona limitada de tempo-espaço para cada evolução infantil. Isso de tal forma, que funciona como uma referência para a avaliação e o julgamento destes sujeitos. Esse

limite temporal dos atos infantis torna-se um fator importante na determinação do normal e do patológico. A consideração das idades torna quantificável e observável as condutas infantis corretas e incorretas, especificadas no tempo (cf. Narodowsky, 1994).

Conforme uma psiquiatra, o manejo inicial, o contato com os livros é muito importante para a apropriação da linguagem escrita. Há o momento ideal do infantil ter contato com livros. Inclusive, isso deve ocorrer desde muito cedo, nos primeiros meses de nascimento. Mas, no início, ele vai apenas manejá-los, explorá-los, para depois de alguns anos, poder lê-los. É dessa forma que os estágios do desenvolvimento infantil relacionam os seus atos a espaços de tempo determinados. As normas a serem seguidas e as regras a serem respeitadas dizem respeito à duração de um aprendizado, à aptidão para determinados gestos e atitudes.

Tais normas estabelecem uma ordem, uma média, e são estabelecidos níveis diferentes de conformidade a essa média, a essa norma. Ainda que a norma seja o fato de o infantil gostar de livros, o fato de desinteressar-se por eles têm, na mesma medida, efeitos traduzidos, explicados, nomeados, numa rede de sentidos e equivalências. Níveis diferentes de conformidade às regras e à experimentação das aprendizagens são enunciados e classificados. São, exatamente, esses níveis diferentes de conformidade às regras que garantem o imperativo de eficácia do poder das normas (cf. Foucault, 1995d).

Os efeitos de verdade de tal especificação de saberes não se resumem ao fato de Bruno gostar, devido a uma série de investimentos, dos livrinhos de história infantil. Se Bruno não se mostrar interessado por tais objetos, mesmo depois de todo um trabalho de incitação feito pelos adultos, encontrar-se-á descrições dos motivos pelos quais isto pode suceder. Isso aponta que tanto o infantil normal, educado, saudável, quanto o anormal sejam produzidos e determinados pela norma. É a norma que diz quem está fora e quem está dentro da normalidade (id., 1988; 1992a; 1995d). O infantil anormal, com “retardo no desenvolvimento”, não nasce fora da norma, mas é por ela enunciado.

Aos infantis negadores da ordem, contrários a determinadas imposições, insistentes, resta a denominação de anormal, e conseqüente encaminhamento a um especialista da infância. Mas uma tal denominação constitui um investimento discursivo nas formas irregulares de subjetividade infantil. Os mais diversos saberes incluem estrategicamente o infantil numa rede de conhecimentos específicos narradores do que passam a chamar de “seu problema”. Eles inscrevem uma conduta infantil a ser corrigida e normalizada, e o investem por uma economia que irá geri-los, útil e produtivamente (cf. Merlo, 1999). Neste sentido, mesmo que os infantis ou os adultos não sejam sujeitos a

todos os discursos, o que constitui a sua normalidade está sendo estabelecido, em meio a continuidades e rupturas, no discurso do *Diário de um bebê*.

A multiplicidade de processos de inscrição, possibilitados pelo programa, compõe um mecanismo de poder-saber da subjetividade infantil. Suas verdades são ativadas por investimentos detalhados, minuciosos, na dimensão microfísica do poder. O momento em que o infantil começa a acompanhar o movimento dos objetos com os olhos é descrito e caracterizado de forma detalhada. O processo de nascimento dos dentes é identificado, assim como, as reações infantis frente a ele, além das atitudes a serem tomadas pelos outros, adultos, familiares. Essa astúcia, aparentemente sutil, constitui as estratégias do mecanismo de poder-saber-verdade da subjetividade infantil.

A apresentadora anuncia um episódio afirmando que *O Bruno está numa fase cheia de descobertas que são importantes no desenvolvimento do bebê. Por isso, nessa fase, a palavra de ordem é estímulo*. Uma psicóloga afirma que *o estímulo do ambiente é fundamental para o desenvolvimento da criança*. Ela explica que *é através deste estímulo que a criança vai adquirir uma nova etapa, muito própria para o desenvolvimento*. Tal especialista sanciona e ratifica que *se a criança não é estimulada, por exemplo, a engatinhar, a se segurar, a balbuciar, começar a ser reforçadas algumas sílabas das verbalizações, ela vai ter um retardo no desenvolvimento posterior, tanto motor, quanto social, quanto da linguagem*.

Por serem objetivados como desprovidos de determinadas virtudes, atitudes próprias, critérios, valores morais, é preciso impô-los aos infantis. Eles são instados a desenvolver determinadas aprendizagens: devem gostar de brinquedos, engatinhar por volta do sétimo mês de vida, dormir tranquilos, ter curiosidade e ânimo para, futuramente, “entender” a forma adequada e necessária de organização da vida coletiva. Os infantis são subordinados a essas verdades. Entre essas prescrições, atitudes, valores morais, os especialistas estabelecem relações e hierarquias, as quais norteiam as ações dos infantis, pois instauram parâmetros que possibilitam que sejam controlados na família, na escola, na sociedade.

São as descrições minuciosas dos atos infantis que permitem aos adultos medir os desvios, determinar níveis e, assim, fixar especificidades da normalidade de tais sujeitos (cf. Popkewitz, 2001). O discurso especializado validado no programa *Diário de um bebê*, ao determinar uma atitude típica de cada “fase” do processo de falar infantil, configura, assim, a atitude atípica, anormal, desregrada, atrasada ou adiantada. Algumas formas de diferenciações são especificadas, como o fato de o infantil *começar a se comunicar com os pais (...) aos quatro meses* de vida. A fonoaudióloga narra, detalhadamente, as inclinações e afastamentos dos infantis às normas. Isso ocorre devido ao fato de ele não ter *a pista inicial para depois entender a fala, (...) as palavras, (...) as frases*.

Não se pode promover ou favorecer a permanência do infantil no berço, deitado ou sentado. Há combates aos atos dignos de abolição no programa. Isto pode provocar um retardo no seu *desenvolvimento motor*. Ele pode começar a caminhar muito mais tarde do que o tempo previsto. Tais combates propiciam uma nova especificação dos indivíduos infantis. Torna-se um infantil atrasado em relação àqueles que, antes do primeiro ano de vida, já o faziam. As formas de subjetividade que se caracterizam pela distância a tais médias de desenvolvimento são transferidas da categoria de normalidade.

No programa *Diário de um bebê*, o discurso especializado incita uma vigilância dos movimentos do corpo de Bruno para determinar a fase em que se encontra. As articulações do corpo infantil possibilitam que ele coloque o pé na boca apenas aos seis meses. Antes disto, as mãos do infantil alcançam o tórax, o joelho e as pernas. Como um movimento específico, essa atitude é objetivada e descrita por um neurologista. Exige-se uma retórica corporal do infantil, os movimentos das pernas, mãos e boca. Assim, os especialistas indicam o que deve ocorrer, em cada fase, para que se possa enunciar, não apenas em que fase o infantil está, mas para que se possa afirmar se ele encontra-se, ou não, crescendo com problemas em tal aspecto.

Os níveis de conformidade às normas são fenômenos de conduta descritos, minuciosamente, por saberes específicos. Os especialistas da subjetividade afirmam que o infantil usa, *nos primeiros dias [de vida], meias*. Pouco tempo depois, já está usando *sapatinho de tecido ou tricô*. A apresentadora anuncia o tema deste episódio, que versou sobre a escolha dos sapatos mais adequados para o momento em que o infantil começar a caminhar, dizendo que *mal nascemos e já estamos calçados*. Quando ela ressalta que *desde cedo alguns cuidados são necessários*, principalmente *se o bebê está se preparando para os primeiros passos*, características e problemas da infância tornam-se estatisticamente inventados e organizados.

A observação detalhada do infantil encarrega-se de validar: *O Bruno já está querendo engatinhar*. Uma particularidade é narrada pelo ortopedista pediátrico, ao ratificar que o bebê pode *não ficar de pé ainda sozinho* entre o sétimo e o nono mês de vida. O olhar especializado constrói e controla a subjetividade infantil ao enunciar uma postura típica de cada fase de um processo de caminhar. O retardo no caminhar infantil é devido ao fato de ele não ter *entre outras coisas, um desenvolvimento adequado da musculatura nos*

membros inferiores. A narradora diz que isso é uma etapa que vai acabar com os primeiros passos. São determinados e significados os atos diários do corpo infantil, quando ela afirma que isso ocorre entre o nono e o décimo sexto mês de vida, variando em cada criança.

Estas categorizações, fases da experimentação do caminhar infantil, dizem o que é, e como deve ser esse infantil. As diferentes formas do infantil movimentar-se, e o tempo de duração de cada uma dessas formas, são materializadas discursivamente, em detalhe, por um ortopedista pediátrico. É por volta do primeiro ano de vida que o infantil deve dar os primeiros passos sozinho. Caso isto não aconteça, é um sinal de alerta. O especialista diz que o bebê Bruno, primeiramente, *anda com as pernas bem abertas*, além de alertar: *isso não tem nenhuma relação com o uso de fraldas*. Também afirma que esta é uma postura típica dessa fase de desenvolvimento do bebê, a qual deve perdurar até seus dois anos, *quando os passos passam a ser mais firmes*. Tal descrição anatômica do comportamento infantil estabelece estágios de um processo cronológico, numa dimensão evolutiva.

Uma forma de objetivação evolutiva configura-se quando uma das apresentadoras diz que, *desde o começo do ano, temos visto o Bruno fazendo descobertas e conquistas*. Ela prossegue: *e a que o Bruno fez esta semana tem um significado todo especial*. Um espaço de possibilidades para a experiência infantil é narrado pela apresentadora, que acrescenta e justifica: *afinal, não é todo dia que a gente consegue se equilibrar nas próprias pernas!* Um outro especialista afirma que, *no início, a criança não tem domínio do caminhar em linha reta*. Atitudes infantis são previamente determinadas quando o ortopedista diz que esse caminhar *absolutamente reto (...), em cima de um meio fio ou de um cordão que se coloca no piso, é só lá pelos três anos e meio, quatro anos*. Ao fazer tal afirmação, o especialista da área médica prescreve, sobretudo, uma preocupação ao pai e à mãe do bebê, justamente quando diz que, por este motivo, eles *não precisam se preocupar em querer ensinar a criança a retificar o seu caminhar*.

Em tal episódio, sanciona-se e ratifica-se que os primeiros passos do infantil *são passinhos pequenos, cambaleantes, mas são, também, cheios de entusiasmo e coragem*. Investe-se numa forma de subjetividade infantil, um infantil que caminha, e que faz isso com muita vontade e pouco medo, pois *não é qualquer coisa que assusta quem tem tanto chão para pisar*. Um espaço de necessidades infantis é configurado e, com tais necessidades, determinadas formas de infantil: aquele que pode empenhar-se ou incapacitar-se para uma determinada tarefa, neste caso, a tarefa obrigatória do caminhar.

O ortopedista enuncia a atitude adulta ao afirmar que *o pai, a mãe e os avós não precisam ter aquela preocupação*, não precisam dizer para o bebê: *Olha, caminha assim, caminha assado, não vai para um lado ou para outro, tem que ser bem direitinho, assim, pra mim*. É completamente dispensável tal atitude, tendo em vista que isso vai ser *um ganho absolutamente natural* da criança. O problema está no fato de que *muitos pais decidem dar uma mãozinha para a natureza, ou melhor, rodinhas: colocam os seus filhos em*

andadores. Tal atitude também deve ser negada pelo sujeito adulto, pois pode configurar um problema sério para as crianças.

As verdades sancionadas pelos especialistas, a respeito do desenvolvimento do infantil, indicam transformações hierárquicas em relação aos mais diversos aspectos de tal subjetividade que elaboram e esquadriham. O discurso especializado aponta para uma concepção seqüencial do desenvolvimento infantil, organizado de forma crescente. O infantil está em constante desenvolvimento, o que justifica a necessidade de investimento ininterrupto. Numa *época de mudanças e transformações*, que caracteriza o desenvolvimento normal do infantil, ele precisa de uma *nutrição especial*. É fundamental, do ponto de vista neurológico, uma *nutrição de carinho, nutrição de atenção e estimulação*, em cada momento em particular e em todos os momentos da vida infantil.

Essa dinâmica de evoluções caracteriza uma forma de sujeição constante, combinada com as formas de funcionamento do poder disciplinar, pois o infantil nunca cessa de ser investido. O discurso prático do programa *Diário de um bebê* manifesta e torna material os atos infantis na necessidade de um progressivo desenvolvimento da tal subjetividade. Configura uma forma de desenvolvimento sistemática, cuja complexidade dos comportamentos parte da sucessão de elementos simples. Essa visão evolutiva de elementos específicos da infância representa uma forma de sujeição baseada numa dinâmica de evoluções contínuas. Dinâmica que garante o exercício de uma adequada utilização do tempo para a produção de uma sujeição sempre incompleta (cf. Foucault, 1995d).

Prevenção, controle e correção

O infantil é um alvo de observação das técnicas de poder-saber acionadas pelo mecanismo *Diário de um bebê*. Está sujeito ao olhar minucioso e detalhista dos especialistas, mas também ao olhar coletivo e atento dos telespectadores – crianças, adultos, familiares, entre outros. Tal observação detalhada possibilita a elaboração e a definição dos atos, dos movimentos, e a determinação e delimitação de atitudes. O olhar múltiplo e atento sobre os infantis funciona como um aparelho de descrição construtiva e um meio de averiguações controladoras.

Tais olhares construtivos e controladores submetem o infantil a uma descrição ortopédica de seus movimentos, gestos e atitudes. O poder de verdade dos mais diversos saberes montam um infantil que caminha, movimenta os olhos, tem gripe, engatinha, faz natação, acidenta-se, chora. A ortopedia imposta na materialidade discursiva do programa caracteriza-se pela repulsa às deformidades que objetivam e configuram o comportamento infantil. Tal repulsa faz com que os problemas do infantil, já objetivados, primeiramente sejam evitados e prevenidos. Para isso, os infantis precisam ser devidamente vigiados e controlados para apresentarem o exercício de uma retórica corporal. Posteriormente, então, se for necessário, suas atitudes são corrigidas e remodeladas.

O programa *Diário de um bebê* enuncia os desvios e apresenta formas de reduzi-los no comportamento e nas atitudes do infantil. A fala emocionada da narradora precede as recomendações do médico pneumologista quando Bruno fica doente: *Pois é, aconteceu: o Bruno está com a respiração pesada, nariz escorrendo e até um pouco de febre*. O médico diz ser necessária muita atenção dos pais para evitar doenças nas crianças. Afinal, é preferível prevenir a remediar. Em função disso, boa parte do episódio foi utilizada para a diferenciação de dois problemas de *origem viral*: a *gripe* e o *resfriado*.

A gripe faz com que o bebê tenha febre, conforme o médico pneumologista. Ela *joga a pessoa na cama*, deixando-a *sem condições de continuar seu trabalho, seu estudo*. As formas de redução de tal desvio da saúde física infantil são apresentadas e exercidas através de exercícios específicos. Os especialistas alertam para que os infantis fiquem *longe das correntes de ar frio ou mudanças bruscas de temperatura (...) para evitar o desconforto da gripe*. Tal acontecimento pode ser remediado, caso não possa ser controlado inicialmente. A narradora ressalta que o *importante é que, para ter uma rápida recuperação, o Bruno, assim como todo bebê, precisa de uma ótima alimentação, agasalhos, evitar correntes de ar e, se o doutor mandar, algum medicamento*.

Ações detalhadas para a condução do infantil são descritas na forma de cortar as unhas do bebê. As unhas precisam ser bem cortadas para evitar que o bebê arranhe a si próprio. O diário infantil indica que se deve *usar uma tesourinha adequada, sem ponta, específica para cortes de unha de bebê*. E mais: *A criança tem que estar tranqüila, calma, porque ela começa a se movimentar, chora, se agita, e a gente pode machucar a pele dela*. É preciso *pedir para alguém auxiliar, segurando, firmando um pouco a mãozinha do bebê*. Essa modalidade de poder, que possibilita o enquadramento das ações sobre o corpo infantil em gestos e atitudes específicas, permite um controle minucioso de sua conduta. Trata-se de mais uma forma de poder que

busca uma “eficácia das atitudes, a organização dos gestos, uma economia” para alcançar fins específicos (Foucault, 1995d, p.126).

O controle da subjetividade infantil é sustentado por procedimentos preventivos diversos, desde a existência de uma ordem de vacinas a serem feitas no primeiro ano de vida do infantil, até a elaboração de um cartão de vacinas para controlá-las. Os exercícios de poder que governam o infantil são dispersos e múltiplos, embora existam determinadas responsabilizações pela condução de tal conduta. *Para garantir um futuro mais saudável, toda criança deve fazer uma série de vacinas, já nos primeiros dias de vida*, diz uma enfermeira. A materialidade discursiva do programa *Diário de um bebê* submete o infantil a uma diversidade de regras de modelação de sua conduta. Essas regras compõem a multiplicidade de mecanismos comprometidos com o governo do infantil.

Nessas relações, o discurso especializado instaura condições de possibilidade e de distinção das posições de sujeito que os infantis podem ocupar. Tais condições de possibilidade governam, à medida que determinam o que deve ser cultivado e o que deve ser abolido, o que é certo e o que é errado. Durante a missa do batizado de Bruno, *ele aproveitou o colo dos pais, [e] dos futuros padrinhos*. A apresentadora continua: *E depois da missa, hora do ritual tão esperado. No colo do padrinho, ele recebe no peito o óleo ungido pelo padre*. Ritual *tão esperado*, por quem? As circunstâncias e condições de poder-saber determinam quem pode dizer o que, de quem e a quem no programa *Diário de um bebê*. Prevenindo o ateísmo, tais objetivações constituem modos de agir sobre as atitudes infantis, que podem provocar efeitos atuais ou eventuais, presentes ou futuros.

O infantil é sujeito a um olhar que o incita a aprender a sustentar a própria cabeça, manter-se de pé, dar os primeiros passos. A materialidade discursiva do programa indica que qualquer atitude diferenciada das prescritas nesta seqüência deve ser examinada, vigiada e, se for o caso, corrigida. Trata-se de um governo que, através de uma objetivação ortopédica, submete o infantil a um exercício de prevenção, controle e correção de sua conduta. Uma objetivação do infantil, na ocupação de um lugar no discurso que o torna um efeito deste, provoca a sua ação fabricada.

Dentro do carro, no trânsito, *o banco da frente é proibido para o bebê. O lugar dele é no banco de trás, de costas para o motorista, e em cadeiras especiais*. No mesmo episódio, referente ao cuidado com acidentes, sanciona-se que *remédios, sem receita médica, definitivamente não combina com criança; e, mesmo com receita, [é necessária] toda atenção para dar a dose certa e evitar intoxicações*. Além disso, *objetos pequenos são os com maior risco de provocar asfixia, por isso, nunca deixe por perto coisas que os bebês possam engolir e cuide para que outras crianças não se aproximem com esses objetos*. O programa cria outros domínios, multiplicando discursos e especificando-os, o que configura uma mecânica de efeitos variados.

Durante o processo de nascimento dos dentes, por exemplo, os bebês têm *a mania de levar tudo à boca*. Torna-se necessário, portanto, como afirma a narradora do programa, *cuidar de tudo que fica ao alcance dos bebês*. Não desejando que os bebês engulam objetos pequenos, deve-se tomar cuidados especiais com tais objetos, não apenas em função de seu tamanho, mas também de sua higienização. Administra-se a infância. Ela é dirigida para um fim conveniente. A materialidade discursiva do programa expõe saberes

acerca de acontecimentos para os quais é necessária a prevenção. Envolve outros sujeitos em tal tarefa e antecipa, delinea as possibilidades de experiências que o infantil poderá e deverá vivenciar. Não se deve apenas tolerar e sustentar os infantis, mas gerir, regular a sua utilidade na vida social.

Através de tais objetivações normalizadoras, o programa *Diário de um bebê* define formas convenientes de ser um infantil, à medida que os especialistas vão descrevendo-o, delineando limites à sua conduta e impondo regras às suas ações. Orientada por uma psicóloga, diz a apresentadora, *este é o gesto mais comum de Bruno atualmente, tudo o que está por perto vai direto para a boca*. A atitude, o movimento infantil é moldado ortopedicamente quando se enuncia que *o bebê tenta morder tudo, principalmente porque ele está com um maior domínio das mãos*. Conduzidas, tais atitudes constituem as possibilidades da própria subjetividade infantil constituir-se.

O fato de os infantis colocarem todos os objetos, que lhe estão próximos, na boca, é normal. Os bebês fazem isso, entre outras coisas, por estarem *descobrimdo o prazer da boca*. Bruno *tenta morder tudo, valendo brinquedo, fralda, mordedor*. Os discursos odontológico e psicológico, que orientam a elaboração deste episódio, afirmam que essa é uma fase importante do desenvolvimento infantil, e alertam os adultos: *Nada de repressão!* O controle do infantil é incitado na indicação de procedimentos de prevenção e correção. Deve-se manter as crianças longe de coisas sujas e demasiadamente pequenas por vários motivos. Objetos assim, se levados à boca, podem causar irritações ou dores de barriga. Perto do bebê devem estar objetos e brinquedos limpos e não muito pequenos, para evitar que engulam ou que fiquem infectados.

O poder de verdade do discurso especializado torna possível enunciar que, neste caso, *um mordedor comprado em farmácia (...) não é fundamental, mas os bebês adoram*. A condução do infantil torna-se possível à medida que faz do infantil um sujeito dotado de tais especificidades, como as de uma articulação ortodôntica. Tal condução é possibilitada pela manutenção de técnicas de poder-saber que o mecanismo de governo da subjetividade infantil engendra. Pode-se ratificar o que os especialistas dizem, pois estes profissionais sabem o que falam, a respeito do que dizem no programa *Diário de um bebê*.

Num conjunto de fenômenos articulados, os comportamentos são definidos a partir de critérios hierárquicos, recebendo sentidos e valores diferenciados. É preciso evitar os comportamentos e atos considerados inadequados. Na hierarquia das formas de tornar-se um sujeito infantil, a higiene e o cuidado são atitudes importantes a serem cultivadas. Se os infantis não forem ao dentista, seus dentes podem *nascer fracos*, o que é significado como um problema pelos especialistas. O programa filma a ida de Bruno ao consultório dentário em três ocasiões. Do total de cinquenta e um episódios do programa, dois deles exploram uma temática que se refere a algo que o bebê ainda não têm: os dentes.

A primeira ida ao dentista é antes do nascimento dos dentes. É quando são feitas prescrições à mãe de Bruno sobre como fazer a higiene depois de cada amamentação. A segunda, aos 4 meses, é considerada *a primeira vez* que Bruno consulta tal profissional.

Isso porque, só então, fazia-se mais próximo o nascimento do primeiro dente. A terceira ida ao dentista ocorre aos 6 meses, quando está nascendo o *primeiro dentinho*. Desta vez, Bruno é levado ao dentista porque detecta-se alguns incômodos *para o bebê* como, por exemplo, a baba excessiva e a constante mão na boca. Cuidar os dentes torna-se um hábito importante a ser cultivado, entre muitos outros considerados relevantes. Os valores atribuídos ao hábito de cuidar da dentição situam, caracterizam, materializam parte da subjetividade infantil. A apresentadora alerta: se devidamente cuidado, Bruno não será um sujeito *desdentado*.

As diferenciações valorativas e classificatórias de tais hábitos não constituem apenas os atos, mas configuram a existência dos próprios sujeitos, sua natureza, virtudes, seu nível ou valor. Um sujeito não pode ser desdentado. Ele deve tomar todas as providências na infância para que isso seja impossibilitado. Sua gengiva deve ser bem cuidada para que seus dentes também o sejam, nascendo e crescendo belos, limpos e fortes. Essa é a programação adequada para este aspecto da experiência de infância. Tal programação possibilita a colocação em evidência, a notável saliência e distinção de uma criança de um ano de idade, por exemplo, ainda sem dentes. Isso motiva uma distinção valorativa das formas de experimentação da infância, sejam elas desregradadas, adaptadas, anormais, subdesenvolvidas ou superdotadas.

O campo discursivo especializado que se configura no programa garante a relação entre a verdade sancionada e a atitude do corpo, impondo a disciplina ao infantil, à medida que as características infantis são explicadas e atreladas a determinadas atitudes dos adultos. A apresentadora questiona: *Tudo bem que ele teve febre e ficou um pouco abatido com a gripe, mas nem se nota, né?* Já que não foi possível evitar que o Bruno ficasse gripado e com febre, o importante é que ele *continua tomando alguns medicamentos receitados pelo médico*. Por essa sanção do discurso científico verdadeiro, é descrito, montado, construído, também, o infantil doente, que é resultado de um ação de não precaução. Para evitar a doença, a anormalidade e a imoralidade infantil, é primordial um trabalho de condução específico.

Os saberes especializados prescrevem resultados e programam efeitos possíveis, embora não possam dominá-los. Um resultado último, como capacidade total do sujeito infantil, é programado pelo discurso ratificado pelos especialistas do programa. Quando o problema explorado refere-se à natação infantil, o professor indica que os bebês pratiquem natação a partir dos três meses de vida. Regula-se a conduta infantil quando se objetiva que *a criança começa a expectorar, (...) a ter o controle da respiração, (...) o batimento de perna, o movimento de braço*. Produz-se uma forma de docilidade e utilidade do corpo infantil ao enunciar que *tudo isso estimula a parte orgânica da criança, a parte funcional, a musculatura dela*. Esta criança torna-se muito mais resistente, principalmente ao que se refere a doenças respiratórias.

A apresentadora deste episódio reafirma tal posição de poder, do professor de natação, ao sustentar que esta prática reforça *o sistema respiratório, a coordenação motora e a musculatura, enfim, vai ajudar no desenvolvimento de todo o organismo*. A conduta infantil é moldada, à medida que o especialista em natação infantil enuncia, entre outras coisas, que *tudo isso vai ocorrer sem sacrifício para os bebês, afinal, depois de passar nove meses no meio líquido da gestação, eles se sentem em casa na água da piscina térmica*. Para evitar possíveis problemas respiratórios e motores, tal prática deve ser cultivada. Pela sujeição a uma tal verdade narrada, a apresentadora prescreve a atitude infantil a partir da observação atenta de sua conduta: *Para o Bruno, então, foi uma festa!*

As filmagens das aulas de natação de Bruno realizaram-se numa piscina. Em alguns momentos, ele aparece junto a várias outras crianças no colo de suas mães. Em outros, está apenas ele, acompanhado de sua mãe e do professor. Tal acompanhamento institui-se como um fator de grande importância, pois, conforme a apresentadora, o bebê está sempre com a mãe por perto *para dar aquele apoio afetivo*, e com o professor, *para garantir a segurança e a movimentação correta*, pois é preciso muita precaução. Tais saberes situam o infantil numa posição de submissão e dependência, dotando-o de carência. Os saberes especializados em *natação infantil* constrói não apenas a maneira ortopedicamente correta de estimular o infantil para uma determinada aprendizagem, mas a própria necessidade de uma aprendizagem, neste caso, a da natação.

O modelo ideal de observação é ininterrupto, principalmente se o infantil estiver doente. No momento da ingestão dos remédios, é preciso *toda atenção para dar a dose certa e evitar intoxicações*. O poder é exercido no jogo de uma exatidão na vigilância. Cada movimento do infantil, cada observação sobre ele é uma peça no funcionamento geral do poder normalizador. Basta um instante de distração no olhar, para que o infantil caia da cama, engula brinquedos pequenos, asfixie-se. Mas ele também não pode ser privado de experiências em função disso. Exercita-se, então, um tipo de poder bastante específico, “um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente” (Foucault, 1995d, p.153).

A especialista da subjetividade sanciona que *um dos problemas mais comuns é o uso inadequado dos remédios, quando a mãe medica a criança por sua própria conta*. A mãe faz isso *baseada nos sintomas que a criança tem, baseada numa consulta anterior, relativa a uma outra doença*. Ela também comete este grave erro, *baseada no que ela imagina que seja a doença, porque a do seu outro filho foi assim*. Uma tal atitude deve ser evitada, nas relações familiares, pela sua periculosidade, especialmente, *quando a mãe, inadvertidamente, usa uma dose que não é adequada*. Isso porque, neste caso, *estas intoxicações podem ser bastante graves, podem ser até fatais*.

O materialidade discursiva do programa demarca competências aos outros sujeitos ao incitar a observação e o controle dos atos infantis pelas etapas e fases que determina. Isso ocorre não apenas ao fazer uma prescrição direta aos outros sujeitos, mas ao narrar que os passos de Bruno ainda *são passos de bebê, como de todo bebê que começa a andar* e, ainda, que isso, *em geral, ocorre entre o nono e décimo primeiro*

mês de vida. Conformam-se regulamentações para averiguar se os acontecimentos estão dentro do limite temporal estabelecido. Fiscais prestam um controle ininterrupto: pais, familiares, professores, médicos.

O infantil é objeto de um governo que se efetiva por meio de exercícios preventivos, controladores e corretivos. Nos primeiros meses de vida, o infantil precisa de prevenção com acidentes domésticos. São necessários cuidados especiais, *atenções redobradas com intoxicações, asfixias e trânsito.* A respeito de cada um destes temas de atenção, o mecanismo de governo da subjetividade infantil indica atitudes que os outros sujeitos devem manter com o infantil, para controlar as suas relações com os objetos a serem manipulados e com as experimentações a serem feitas. Mas, *se o acidente acontecer, o que fazer?* Se já foi feito todo o possível para evitar um acidente, se o infantil foi bem controlado e vigiado em seus atos perigosos, é preciso reparar os danos, corrigir os problemas causados pelo acidente doméstico. O médico do Departamento de Segurança da Sociedade Brasileira de Pediatria responde: a criança precisa ser levada *para o seu médico ou para um serviço de urgência pediátrica imediatamente.*

Mas não se trata de uma maneira de forçar o sujeito infantil a fazer o que o sujeito adulto quer. Não se trata, apenas, de obrigar o infantil a mamar no seio da mãe, quando é ressaltada a importância da amamentação. Trata-se da configuração, da significação e dos efeitos que tal possibilidade subjetivante adquire na experiência de infância. Configura-se um tipo de exercício de poder menos do campo do confronto entre os sujeitos e mais do campo do governo. Campo que consiste em situar, prescrever, e ordenar a probabilidade dos atos infantis. Os modos de ação – de adultos e de infantis – sobre ações infantis não se resumem à obediência a mandamentos ou ordens. Caberá determinadas reações dos infantis numa relação materna sem amamentação, como enunciam os especialistas, reações de desnutrição. Cabem outras reações dos infantis numa relação de amamentação excessiva, como a dependência e apego demasiado à mãe ou a inadaptação ao mundo adulto pela tardia prática de alimentação com talheres.

O programa sanciona e ratifica um discurso que designa, através do controle minucioso, o combate severo às atrocidades da educação infantil. O mecanismo estabelece o que deve ser feito para tal propósito, acionando uma série de conhecimentos sobre a forma mais eficaz de condução da infância. A materialidade discursiva do programa constitui-se numa eficiente tática de governo, pois administra a subjetividade infantil, objetivando certas atrocidades, que obviamente são dignadas à repulsa e devem ser modeladas. Dessa forma, isso objetiva uma infância mais adequada a determinadas normas e regras, impondo objetivos a serem alcançados e normalizando a conduta infantil.

Mas as formas de subjetivação do infantil não ocorrem em detrimento dos aspectos considerados negativos de sua conduta, antes, depende deles. À cada aspecto da conduta a ser afirmado, corresponde um aspecto da conduta a ser negado. Os combates aos atos dignos de abolição, que o discurso especializado incita no programa, propiciam diversas especificações dos indivíduos infantis. A conduta de Bruno deve ser modelada e corrigida para a negação de um tipo de egocentrismo, à medida que deve buscar a afirmação de relações sociais. A diversidade de aspectos da conduta a serem reparados situam os infantis como mal-educados, depravados, miseráveis, desinformados, pobres, sujios, imorais. Tais designações objetivam e subjetivam os sujeitos infantis que negam a ordem. Estes infantis constituem equívocos, são retardados, estão em defasagem. As extravagâncias caracterizam-se como disfunção, patologia, aberração.

Os saberes especializados enunciam uma incontável família de infantis que se estende pelo território dos sindromáticos, nervosos, delinqüentes, subnormais (cf. Merlo, 1999). Estes sujeitos percorrem hospitais, creches, escolinhas, clínicas. A produtividade desta dimensão negada da infância é de fundamental importância, apesar de atentar-se pouco para ela. Isso se deve ao fato do discurso enunciar dados que, eminentemente, afirmam experimentações das relações sociais, em detrimento do que delas negam (cf. Uberti, 1998, p.93). Configura-se um mecanismo de governo que molda subjetividades, pois prolifera formas e maneiras de se construir o infantil, a partir de várias enunciações que materializam múltiplas formas de infantilidade.

Tal investimento aponta para a infância como um ponto denso nas relações entre homens e mulheres, pais e filhos, administração e população. Propõe regras de conduta infantil quando afirma o que é importante para o desenvolvimento da saúde física do bebê. Age sobre as ações dos sujeitos infantis quando justifica um ato como produto de uma ação. Remete comportamentos a estímulos e situações quando enuncia prevenções e correções. Atribui reações e procedimentos a incitações específicas, ativando a direção da conduta infantil. Isso não significa que exista uma estratégia uniforme para a condução e manifestação da infância, mas múltiplos objetivos e inúmeros meios colocados em ação.

Assim é feita a regulação pública da moralidade infantil: através do poder de verdade do discurso que sanciona. Esse governo não é repressivo ou excludente, ele produz a realidade infantil, ele inventa o infantil e o conhecimento que se pode ter dele. Tal governo também não é dotado de um poder massificante, que opera sobre todos os infantis indiscriminadamente. Sobre aqueles que lhe são sujeitos, em meio às complexas relações de liberdade e resistência, ele opera uma modelagem, conforme os princípios morais e políticos estabelecidos pelo discurso verdadeiro. O programa *Diário de um bebê* inventa um tipo específico de infantil, que não existe em si mesmo, que não constitui um todo orientado mas que antes, aponta para ideais de uma infância coerente, possivelmente nunca experimentada em sua completude.

Condução em cadeia

No programa *Diário de um bebê*, os acontecimentos da experiência infantil são decodificados, interpretados, e as formas de agir sobre eles, de produzir efeitos adequados são apresentadas pelos especialistas. Isso, de tal forma, que são atribuídas múltiplas posições de sujeito, para os mais diversos indivíduos, nas relações de poder. A cadeia relacional de poder que se configura na materialidade discursiva do programa indica, justamente, que o poder não é transferível, renunciável, nem tampouco consiste na manifestação de um consenso. Pelo contrário, é um campo de disputa pela verdade e pelo poder. Ele é disperso entre a equipe de produção da RBS, o Bruno, seu pai, sua mãe, o médico, a dentista, a avó, o discurso religioso, a vizinha, os tios, o consultor de modas, os telespectadores.

A partir das mais diversas técnicas de poder-saber sobre o infantil, as verdades sancionadas no programa impõem um ritmo coletivo para a experiência de infância, e autorizam os sujeitos adultos a controlarem os infantis a partir do que foi regulamentado. Esta capacitação é feita de modo que nada escape aos seus olhares. Essa é uma das formas do *Diário de um bebê* possibilitar a condução de condutas infantis e adultas, à medida que especifica saberes e poderes aos mais diversos sujeitos. A manutenção de tal subjetividade é imposta para os mais diversos sujeitos como uma responsabilidade primeira da mãe, depois dos pais e, posteriormente, de familiares para, então, finalmente, tornar-se responsabilidade dos outros adultos em geral.

Trata-se, neste capítulo, de pensar a possibilidade de uma cadeia relacional de poder – não caracterizado como mal-intencionado ou coercitivo – para o governo da subjetividade infantil no programa *Diário de um bebê*. Esta cadeia relacional estabelece diferentes posições de poder para os sujeitos adultos ocuparem. Procedo, assim, na subseção intitulada *Vigias familiares*, a problematização da função dos sujeitos adultos nas relações de parentesco. Em *Mestres da verdade*, realizo a análise da posição de poder ocupada pelos especialistas da subjetividade, ao narrarem a subjetividade infantil. E, finalmente, em *Economistas do bem*, descrevo a economia política de controle que o mecanismo de governo ativa, ao comprometer os mais diversos sujeitos no governo da subjetividade infantil.

Vigias familiares

O *Diário de um bebê* envolve os mais diversos sujeitos no exercício de governo da subjetividade infantil. Muitas formas de governar o infantil, através de responsabilidades designadas aos outros sujeitos, especialmente das relações familiares, são estabelecidas pelo mecanismo. O programa impõe uma vigilância ininterrupta sobre a amamentação dos infantis pelas mães, a necessidade da preocupação com um vestuário adequado e sadio, a estimulação de atividades físicas para assegurar o bom desenvolvimento do organismo. A família é objetivada como responsável pela manutenção da vida, do bem-estar, da saúde, da educação das crianças.

Ao apontar como os pais devem agir sobre as ações das crianças, a materialidade discursiva do programa constitui a necessidade de uma vigilância incansável sobre o infantil, elaborando a própria conduta adulta em tal relação. Os pais mais zelosos e as mães mais zelosas são aqueles que estão atentos a tudo que acontece com os seus filhos e que não deixam nada de errado lhes acontecer. Dentre os possíveis acidentes domésticos, um alerta é claro: *Nunca deixe o bebê sozinho em locais altos, mesmo que seja a cama dos pais, ele pode rolar, cair e se ferir*. A conduta familiar é elaborada pelo discurso especializado de forma que seja uma conduta vigilante da conduta infantil.

O discurso especializado autoriza o olhar exaustivo dos familiares voltado para as atitudes e comportamentos do infantil. Com as informações necessárias, *os pais podem ver se está tudo normal* com os seus filhos, diz uma apresentadora. O programa subordina os infantis aos efeitos de poder, às técnicas de objetivação normalizadora, ao distribuir responsabilidades aos outros sujeitos, permanentemente. O pai, a mãe, os familiares compõem um aparato de vigilância ininterrupta, que julga a multiplicidade infantil pela incorporação do olhar especializado.

A condução da conduta do pai, da mãe ou de qualquer familiar é acionada à medida que a materialidade discursiva do programa determina as suas atitudes nas relações com os infantis. Há um episódio especialmente referente às *dicas para os pais na hora de escolher brinquedos para os seus bebês*. Tal episódio não indica que os pais devam comprar brinquedos *bastante caros* para as crianças, pelo contrário, ressalta que *é importante que também a gente possa oferecer espaço para que elas possam brincar com materiais muito simples, do cotidiano*. Ao enunciar como verdade que os pais podem deixar as crianças muito mais envolvidas com *garrafas de plástico, [e] com caixas de diferentes tamanhos*, a conduta adulta é moldada nos aspectos que se referem à condução das brincadeiras das crianças.

A forma de condução das condutas configurada no programa não se estabelece pela aplicação de poder de uns sujeitos sobre outros. Os sujeitos são transmissores de poder. Nas relações entre os mais diversos sujeitos, o poder é “algo que circula (...), algo que só funciona em cadeia”. (Foucault, 1999c, p.183). Isso, de tal forma, que a força de poder das atitudes adultas determinam atitudes infantis, da mesma forma que atitudes infantis determinam atitudes adultas, ainda que situadas em gradientes diferentes de poder. Prescrições de duas condutas são feitas no momento em que se afirma no programa que *o bebê pode ir para o andador eventualmente, mas não pode aprender a andar nele*. Trata-se de um tipo de relação que, sem dúvida, se implica mutuamente.

São especificadas atitudes e sensações infantis no contato com a mãe. Conforme uma das apresentadoras, junto com a sua mãe, *o Bruno cai na dança*. É como se, autorizada a dar o veredicto, dissesse: – Vejam, que maravilha! Ele dança, é por isso que ele dança! Desta forma, ela afirma a necessidade do infantil estar acompanhado da mãe, além de ressaltar a vantagem disto com os resultados obtidos. Criam-se necessidades infantis e estabelecem-se responsabilidades. Aciona-se uma rede de saberes e poderes que, além de responsabilizar determinados sujeitos por determinadas tarefas, especifica-as no detalhe de seus proveitos.

Não apenas o fato de dançar com o infantil torna-se importante. Segurá-lo, levá-lo às aulas, alimentá-lo, cuidá-lo, limpá-lo, amá-lo, são atitudes igualmente relevantes. A subjetividade infantil é configurada como uma engrenagem que necessita de algo, que necessita de um gerenciador de suas potencialidades.

A conduta da mãe é elaborada e investida de uma considerável necessidade de atenção para com o infantil. Em função da necessidade de amamentação nos primeiros meses, tal subjetividade é conduzida a unir-se à prole de forma que nada lhe deixe faltar. Uma especialista da subjetividade afirma que *a mãe não precisa lavar o peito antes de amamentar*. Procede a um detalhamento minucioso ao afirmar que basta colocar o bebê *bem de frente para a mama, com a barriga coladinha na mãe*. Isso tudo para poder garantir e proporcionar *saúde e tranqüilidade por muitos e muitos anos* para o seu filho.

A especificação de saberes e poderes sobre o infantil constitui uma eficiente forma de governo da subjetividade materna no programa *Diário de um bebê*. *Só não faz vacina aquela mãe que não ama o seu filho*, diz a enfermeira-chefe do Posto de Saúde. Tal objetivação não poderia ser mais direta e constitui-se carregada de juízo moral. Uma forma de maternidade relapsa é objetivada. Não apenas por afirmar que as mães que não fazem vacina não gostam de seus filhos, mas por normalizar as condutas maternas, ao designá-las por um obrigatório amor àquilo que é a sua progênie.

Ao proceder inscrições objetivas no comportamento da mãe do bebê, o programa conduz a sua conduta. Isso ocorre não apenas quando a profissional afirma que a mãe deve proporcionar estímulos para a criança *adquirir um avanço*, mas pelo próprio fato de a mãe estar junto com o bebê durante os episódios do programa. Inclusive, a mãe está junto de Bruno na maioria dos episódios, e durante todo o episódio. Ela acompanha-o enquanto os especialistas em desenvolvimento infantil impõem regras de conduta para os mais diversos sujeitos.

Em vinte e nove, dos cinqüenta e um episódios do programa, a mãe de Bruno acompanha-o em tempo integral. Em outros dezessete, ela acompanha-o com mais algum familiar. Ela não está presente na gravação de apenas cinco episódios. Um deles, é o único em que o pai de Bruno acompanha-o sozinho. Os episódios em que a mãe de Bruno não participa são relativos: ao Natal, em que Bruno é filmado com um Papai Noel no *shopping center*; à interação com outras crianças numa creche; ao Dia da Criança, que também é filmado com mais crianças; e ao desenvolvimento da visão das cores, em que Bruno está rodeado de brinquedos coloridos.

O investimento na vida do infantil é diário e constante, e o pai e a mãe da criança precisam estar atentos para a tarefa de normalização. Conforme indica um especialista, *cada vez que a criança consegue fazer uma coisa nova, do ponto de vista neurológico, os pais devem melhorar a sua auto-estima*. Podem fazer isto se estiverem sempre atentos, fazendo *festa para a criança, para que ela solidifique aquele ganho novo que ela teve*. Devem, enfim, proceder a uma vigilância cuidadosa e reparadora dos atos infantis. Isso, de tal forma, que as relações entre pai, mãe e filhos são codificadas, prescritas e organizadas.

Uma narradora afirma que *o Bruno, como qualquer bebê, é muito apegado aos pais*. Motivo pelo qual um passeio sem o bebê não parece muito fácil. Esta é a temática do episódio que trata do que *os pais devem fazer quando precisam sair de casa sozinhos*. Os

pais deverão *deixar para sair quando o bebê tiver vinte anos?*, pergunta a narradora. Tal dilema parece resolvido quando os conhecimentos da área da Psicologia são enunciados. Tendo em vista que, conforme os psicólogos, aos dez meses de idade, o Bruno ainda estranha as pessoas, a alternativa é deixá-lo em casa com algum familiar.

Este raciocínio sobre os infantis possibilita um tipo de controle, de pais e filhos, ao situá-los frente ao que é considerado razoável e possível. Torna-se um problema para aqueles que sustentam o infantil sair sem tal companhia. O dilema moral exposto neste episódio faz do infantil um objeto subjetivado, apegado a algumas pessoas, estranho a outras, adaptado aos familiares. Deixar um filho, ou uma filha, sob os cuidados de um outro infantil, com uma mulher desconhecida ou sob os cuidados de um vizinho qualquer, está fora de cogitação. Determinados atos são banidos, da mesma forma que outros são investidos, tornando circunscritas as possibilidades de elaboração do infantil e da infância. Tal circunscrição constitui um limite bastante objetivo que restringe, limita e localiza a experiência de infância na atualidade.

Uma psicóloga afirma a necessidade de um *pai presente* para o adequado desenvolvimento infantil. Tal profissional afirma que *o pai presente é o pai que participa da rotina inspirada do bebê*. Ela explica que uma das formas mais importantes de estabelecer vínculos com os bebês *é através da estimulação, e através da brincadeira*. O infantil precisa ser estimulado, motivo pelo qual a presença do pai é necessária no cotidiano do bebê. É necessária a presença ativa de um pai, *um pai que acompanha o desenvolvimento e (...) um pai que brinca*.

Mas a produtividade de tal discurso não é integral e nem os efeitos são os mesmos. A afirmação de tal necessidade não provoca que todos os pais estejam presentes no cotidiano de seus filhos, exercendo a tarefa de estimular a sua linguagem ou cognição, como é indicado no programa. Tal afirmação provoca algo de particular importância: que a análise tanto do desenvolvimento infantil quanto da atitude adulta seja feita a partir de determinados critérios. Quando se afirma que um infantil foi criado apenas pela mãe ou que o bebê Bruno participa da gravação da maioria dos episódios acompanhado da mãe, realça-se uma falta, a falta de um outro sujeito, no caso, o pai. É analisando a subjetividade infantil pelas pautas de julgamento que nos são propostas, que nos tornamos, além de governados por um discurso verdadeiro, parceiros ativos no governo dos infantis.

É preciso atentar para a exposição do infantil ao sol. O bebê *ainda não fala e não consegue reclamar do calor*. Motivo pelo qual, *para ficar alegre e esperto no verão, ele precisa da ajuda dos pais*. Os especialistas da subjetividade condicionam a conduta infantil a determinados atos adultos, em relação aos cuidados que os pais devem ter nesta época do ano. O cuidado com o sol é muito importante, porque *pode causar irritações, desconforto, queimaduras e até desnutrição*. Mas, se for inevitável uma exposição ao sol, *se a mãe tiver que sair, ir ao centro da cidade ou precisar fazer algum deslocamento imperioso que tiver que*

levar o nenê, fazem-se necessárias algumas precauções. A mãe deve vestir o bebê com uma roupa bem leve, de qualquer maneira, e usar um protetor, tipo um guarda-sol, um guarda chuva, (...) uma fraldinha tapando o rosto. Desde que o bebê não seja submetido ao raio de sol diretamente sobre a pele (...) tem tudo para curtir o verão numa boa. Há uma ordem expressa para a conduta adulta pois, evidentemente, ninguém vai estar indo para a beira da praia com um nenê tão pequeno.

Dissemina-se um controle da conduta adulta na relação com os infantis, ao sancionar que *os pais têm muitas dúvidas sobre as chamadas otites*. Tais dúvidas instituem-se verdadeiras. O otorrinolaringologista afirma que *quando a mãe observa que a criança mudou o comportamento, mudou o humor*, pode ser que a criança tenha otite. Diante da preocupação com o fato dos bebês ficarem surdos o otorrino responde: *Os pais não precisam ter este receio*. Incita-se um controle coletivo para o devido cuidado do infantil, em que os mais diversos sujeitos empenham-se em efetivar. O especialista deixa *tudo bem explicadinho*, para tranquilizar os mais diversos sujeitos empenhados nesta tarefa, dizendo que, *com a otite, há a presença de um líquido dentro do tímpano e este líquido, diminuindo a vibração do tímpano, diminui a audição, e isto é temporário*.

O ambiente precisa ser arejado quando se trata de evitar reações alérgicas. Perto das crianças, *nada de cigarros ou cheiros fortes, travesseiros de pena, bichos de pelúcia*. Tais objetos devem estar longe das crianças, *tudo por causa da poeira que eles acumulam*. Neste episódio, referente aos cuidados com as alergias dos bebês, as prescrições na alimentação são: *leite do peito, sempre*. Mas, *se não der, evite alimentos como ovo, leite de vaca, peixe e soja, considerados muito alérgicos*. Para os adultos, o fato de proceder a uma correta alimentação do infantil, para a sua correta evolução, o seu correto desenvolvimento em busca de uma vida saudável, passa a constituir um objetivo muito importante da convivência social.

Prescrições como esta não significam apenas que a verdade está a cargo da especialista ou que há procedimentos específicos e obrigatórios para evitar alergias. Tais prescrições distinguem, assinalam relações, as quais são múltiplas e caracterizam inscrições também no corpo adulto, além do corpo infantil. O que dizem da subjetividade adulta é o que a faz ser o que é. O que enunciam sobre ela configura as suas sensações, percepções e atitudes. Configurações materializadas, inclusive em forma de negação por parte do adulto, do que lhe havia sido imposto. Um corpo adulto adequado, cuidadoso, responsável, digno, fiel ao trabalho que lhe foi natural e essencialmente designado, ou não. Por ordem de importância, uma mãe *atenciosa*, um pai *presente*, avós *adoráveis*.

Ao ser objetivada esta vigilância familiar sobre a vida das crianças, uma série de obrigações passam a fazer parte de um estatuto social das relações de parentesco. A família configura-se como um espaço de pedagogização e medicalização, devido à obrigação dos cuidados com as vidas infantis. Quem banhou Bruno, pela primeira vez, não foi a sua mãe. Mas também não foi um desconhecido. A apresentadora diz que se trata de uma *mãe de primeira viagem*. Este é o motivo pelo qual é melhor não arriscar. Em função da sua falta de experiência, quem banhou o bebê foi a avó, que já foi mãe de primeira viagem também. Provavelmente, ela já conhece os perigos das correntes de ar, das possíveis quedas e do problema que a água nos ouvidos do bebê pode causar.

A composição de uma família faz-se importante na discursividade de tal mecanismo de governo. Enuncia-se que *a família de Bruno é assim...*, citando cada componente da instituição familiar. Com

empolgação e alegria, a narradora enumera a família de Bruno, dizendo que a sua família tem *o pai, a mãe, a avó, o avô, outra avó, outro avô, e tem até bisavó*. Determina funções específicas para tais familiares quando enuncia que *os avós são mais que uma boa ajuda para o bebê*. Ressalta a importância de tais familiares, ao enunciar-los como aqueles que *acabam criando uma grande cumplicidade com a criança, graças a uma capacidade especial de deixar os pais no mesmo nível do bebê*.

O trabalho da família na condução do infantil é o mais recomendado. A situação familiar deve beneficiar a correta condução da experiência de infância, por meio da fidelidade à ordem das tarefas pertinentes àqueles que dela fazem parte. A narradora prescreve: *mesmo em bebês pequenos como o Bruno, os pais já podem perceber alguns sintomas de alergia*. É preciso estar atento à conduta infantil pela necessidade de reter os infantis nos limites de uma ordem. A fim de assegurá-la, o discurso verdadeiro apoia-se na família, estabelecendo um esquema que mantém os indivíduos atentos a suas exigências. Essa atenção dos familiares é possibilitada pois, mesmo que os sujeitos façam uso das premissas educativas da forma que lhes convier, se as transgredirem, serão incansavelmente chamados à ordem, o que lhes confere um descrédito, uma incompetência, o não cumprimento de suas obrigações.

A infantilidade é um problema a ser resolvido em casa e em família. Nas relações familiares ela é adestrada, regulada, pensada, elaborada, educada e, com ela, também o são aqueles que devem proceder a este governo. São difundidos muitos valores a serem cultivados pela família. A especialista afirma: *O incentivo dos pais deve ser de deixar o bebê engatinhar, permitindo que ele se apoie nos móveis preferidos*. Se a atitude infantil está atrelada aos atos adultos, não há a condução da conduta infantil sem a condução da conduta adulta. Se às ações familiares respondem determinadas atitudes infantis, o governo do infantil implica o governo dos familiares.

O programa *Diário de um bebê* ativa formas de governo e subjetivação dos sujeitos que fazem parte das relações de parentesco. *A família (...) tem que estar pronta para garantir o bem-estar e a segurança destes pimpolhos*, diz a narradora na apresentação do episódio referente à segurança do bebê num passeio. Se o passeio for de ônibus, *o bebê não deve ser deixado no corredor, (...) nada de passear pela cabine, e nunca deixe com ele qualquer objeto pontiagudo*. Faz-se necessária uma atenção permanente e coercitiva na relação entre adultos e infantis, *afinal, os solavancos são imprevisíveis, e as conseqüências também*.

E, se a viagem for de avião, os preparativos começam antes, diz a narradora. O instrutor do aeroporto prescreve que *na hora de fazer a reserva, precisa informar que tem (...) bebê e, também, que a família quer um berço*. Trata-se de um controle que, embora não massificante ou aterrador, assinala inscrições específicas nos corpos adultos e infantis, apesar destas inscrições poderem ser dispersas, múltiplas e pulverizadas. O profissional especializado garante: *a companhia fornece o berço, desde que solicitado*. Neste caso, a companhia aérea também fornece *uma comida especial para essa criança*. Mas os familiares ou responsáveis pelo infantil não podem esquecer que *tudo isso tem que ser reservado com quarenta e oito horas de antecedência, pois só assim a companhia providencia*.

Sujeitos a tais normas, os adultos garantem a segurança preventiva das crianças nas viagens de avião. Mas isso não basta. É necessária uma atenção ainda mais detalhada e minuciosa que prescreve e conduz a atitude adulta. Um controle que reincide sobre os atos da mãe novamente. Dentro do avião, durante

as decolagens e os pousos, *a mãe tem que segurar a criança no colo*. Ela não pode deixar a criança no berço, *porque não tem como acomodar, não pode acomodar, [não pode] pôr o berço no chão*. O instrutor afirma que o perigo configura-se *no caso de uma descompressurização na decolagem ou durante o voo*, porque *a máscara de oxigênio para a criança não vai atingir o berço se ele estiver no chão*.

Tais efeitos de governo são condicionados às extremidades e ramificações que o poder possibilita. Se os familiares que moram com o Bruno não seguirem as recomendações da veterinária, a qual dá instruções para o convívio do bebê com um animal doméstico, possivelmente, outros familiares o farão, senão um vizinho qualquer. *O ideal, ao menos enquanto o bebê é pequeno, é que o mascote da casa seja um animal sem pêlo* diz a especialista. A força de verdade do discurso do mecanismo *Diário de um bebê* articula uma forma de poder que penetra e manifesta-se nas ações dos sujeitos. Ao possibilitar que a veterinária sancione que, *quem tem bebê em casa deve manter os bichos de pêlo à distância*, o discurso especializado mune-se de instrumentos de intervenção para corporificar-se em inscrições objetivas nos atos adultos.

Reinteradamente, os especialistas despendem narrativas sobre o fato de Bruno *começar a caminhar*. Trata-se de uma grande *descoberta*. Mas os pais não devem *forçar [o infantil] a caminhar*, diz o ortopedista pediátrico. Apesar do ortopedista afirmar que o importante é que os pais proporcionem os calçados com as solas necessárias para o melhor desenvolvimento da postura infantil, o consultor de modas, ostentando uma dimensão estética, defende que *Bruno também deve gostar dos sapatos*. As condutas adulta e infantil são implicadas por inúmeros campos de saber que, embora não componham um consenso, moldam as relações entre infantis e adultos, adultos e especialistas, infantis e especialistas.

O produto de tal situação estratégica, de tais relações de poder e saber, comporta efeitos de conjunto. Não constituem efeitos independentes, unitários, de falas diretamente identificáveis na materialidade discursiva do programa. Não necessariamente os familiares de Bruno possibilitarão que ele use sapatos que forem de seu gosto. Eles podem não se assujeitarem a alguns discursos. Podem, inclusive, nunca dar um calçado com solas ortopédicas para o infantil. Não há uma garantia de que isso seja um critério para a escolha de sapatos. Os efeitos possíveis são muitos – como o fato de um tio distante, em outro momento, fazer com que Bruno calce um sapato com solas ortopédicas – , e esboçam-se a partir do encadeamento de diferentes modalidades de relações.

Na configuração de tais relações, são elaboradas atitudes apropriadas para acontecimentos específicos, relativas aos sujeitos infantis e aos sujeitos adultos. Um especialista da subjetividade infantil, da área médica, sanciona que *o choro, na realidade, no início da vidinha da criança é a maneira mais eficiente, mais importante que a criança tem de se comunicar*. Incumbindo responsabilidades aos outros, ele afirma que o choro *não precisa ser parado de imediato*. O médico justifica que o choro *tem a sua função*, mas é preciso atentar para os excessos, porque *tudo que na vida é extremo é exagero*. Os pai e a mãe do bebê não podem nem devem deixar o infantil chorar demais, nem coibir o choro completamente.

Tratando esta mediação como uma tarefa fácil, o pediatra informa o que os pais devem fazer para proceder corretamente em tal situação. As atitudes adultas e infantis são narradas e constituem-se reciprocamente implicadas no discurso especializado pois, inicialmente, *os pais vão começando a observar a criança*, vão notar que *o choro, (...) começa a ter timbres diferentes, começa a ter intensidades diferentes, de*

acordo com as necessidades da criança. Então, o pai e a mãe vão poder interagir e poder ficar perto, juntinho com a criança. Assim, eles já começam [a dizer]: Ah! Este choro é de tal coisa!. É procedendo de tal forma que os pais também começam a sentir muito mais competência.

Ao enunciar que *é fundamental que o bebê tenha a sua própria caminha, o seu próprio berço, se possível, o seu quarto (...) para dormir tranquilo*, a força de verdade do discurso especializado torna visíveis e enunciáveis atitudes adultas e atitudes infantis. Independentemente de isto se fazer possível, tais relações ativam conhecimentos específicos num campo de disputa pela verdade. Isso não é uma simples opinião corriqueira, é um parecer investido de poder de verdade, um parecer de uma médica especialista no ramo da neurologia infantil. Engendram-se, por uma tal posição discursiva, saber e poder, de tal forma que se inventa o que é considerado válido na atitude adulta e na atitude infantil. Essas relações enraízam-se no social e constituem aquilo que torna possível a ação dos sujeitos adultos sobre as ações dos sujeitos infantis. Determina atitudes a serem tomadas, prazeres, moralidade, decência, valores. Tornam-se, assim, relações inerentes, que constituem a própria convivência social.

Atrela-se os atos adultos aos atos infantis e vice-versa. A prescrição da atitude dos pais também pode ser observada no programa dedicado às vacinas a serem feitas nos primeiros meses. As orientações do médico indicam que *o controle das vacinas é de inteira responsabilidade dos pais do bebê*. Relações entre pai, mãe e filhos são traduzidas, organizadas. Os pais devem preservar o *cartão da criança* para que as vacinas feitas no infantil possam ser controladas. Se o procedimento adulto for esse, torna-se possível que uma determinada forma de subjetividade infantil ocupe um lugar nesta relação: uma subjetividade saudável, sem hepatite, tétano, difteria, coqueluche ou paralisia infantil. Já, se o procedimento adulto for outro, certamente outras formas de subjetividades infantis podem configurar-se, sobretudo formas de subjetividade infantil sofredoras de moléstias.

Ainda que se trate de uma imposição que o infantil fale, seja saudável e ame a mãe, ele também é mudo, doente e insensível. As reações das crianças, como respostas às ações adultas, não são, sempre, exatamente aquelas requeridas pela incitação dos familiares ou especialistas. Sobre a composição dos episódios, o produtor do programa relata que *não tinha como dirigir os atos de Bruno, a gente não tinha como fazer ele sorrir, chorar, a gente ia por ele*. As respostas infantis são múltiplas e diversificadas, o que provoca determinadas ações adultas. Neste sentido, apenas pelo fato de o infantil ser sujeito do discurso adulto, ele implica a condução de tal conduta, pois ocupa uma posição que provoca ações deste sujeito.

As relações de poder configuradas no programa possibilitam ver e dizer o infantil não como um efeito puro, consentido, ou vítima do poder dos sujeitos adultos. O infantil pode responder às implicações de maneiras muito diferenciadas. Houve muitas dificuldades para fazer a gravação no primeiro episódio em que o infantil foi levado para passear. A produção do programa relata que *o Bruno só queria dormir naquele dia*. A mãe e o pai tentaram mantê-lo acordado, mas não conseguiram. Conforme a equipe de produção do *Diário de um bebê*, tal fato provocou muitas mudanças nos objetivos e planejamentos daquele episódio, embora tenham procedido à gravação assim mesmo.

Tal mecanismo não configura um tipo de poder que estritamente reproduza, simplesmente, o controle dos infantis nas relações de parentesco. Não se trata de um poder original e abusivo dos familiares

sobre a vassalagem infortunada do infantil. No exercício de poder do programa não há nada de original, essencial, privilegiado a ser reproduzido. Não há como privilegiar uma posição do pai ou da mãe em tais relações de poder, pois elas não são sempre as mesmas. As posições de poder que a mãe e o pai de Bruno ocupam são múltiplas, disformes, mutáveis e incoerentes. Trata-se de uma cadeia relacional onde poder e saber implicam-se mutuamente, e produtivamente.

Tais relações microfísicas não são permanentes ou constantes, tampouco têm qualquer aproximação com atos de violência ou situações de dominação. O programa *Diário de um bebê* não incita que os familiares reinem e tripudiem sobre a subjugação desenfreada da experiência de infância. Ao mesmo tempo que os sujeitos infantis sofrem e são objetos de ações, eles exercem ações de poder. No momento em que a fragilidade infantil requer os cuidados da avó no primeiro banho, a mãe é destituída de uma determinada posição de poder. Neste sentido, enquanto sujeitos envolvidos em relações de poder, nunca somos “o alvo inerte ou consentido do poder, (...) sempre centros de transmissão” (Foucault, 1999c, p. 183). É atribuída à avó de Bruno a tarefa de poder saber sobre o ato de banhar o infantil num momento tão delicado. A debilidade e a fraqueza do infantil posiciona-a, temporal e contextualmente, como dotada de competência para tal ato.

Uma professora de psicologia afirma que *os avós têm essa capacidade de operar uma mágica de transformar os pais das crianças em crianças*. Eles são responsáveis por esta *química temporal*. Isso possibilita que a criança faça algumas reflexões e que possa dizer: *hoje, eu sou como meu pai era no passado*. Esta relação dos avós com os netos *é decisiva no futuro da criança*. A profissional ressalta que *não há uma preocupação tão grande a respeito do que é o papel dos pais, e o que é o papel dos avós*. Ainda que tal profissional diga que não se faz necessário *prescrever uma regra em relação a isso*, afirma que *é muito enriquecedor o convívio das crianças com os avós*. Como se não bastasse tal afirmação, e para facilitar este trabalho, a narradora conclui este episódio prescrevendo a conduta de tais sujeitos: *os avós são uma festa que o Bruno adora!*

Uma multiplicidade de conhecimentos sobre a infância ativa o exercício de governo do infantil e daqueles que o sustentam através de múltiplas e variadas posições de poder que estabelece. Tais conhecimentos organizam certas posições de sujeito, situando-as na ordem de poder-saber, quando especificam o que os avós significam para o Bruno. Essas posições constituem-se em inscrições específicas nos corpos: um especialista dotado de conhecimentos sobre os problemas respiratórios que Bruno pode sofrer; uma avó que tem mais experiência para cuidar do bebê no primeiro banho; um pai pouco participante da rotina diária do infantil. O mecanismo de governo da subjetividade infantil é composto por uma diversidade de elementos heterogêneos que o ativam, elaboram e mantêm.

O discurso validado no programa aciona a família como mantenedora de um infantil dependente. Esta dependência faz com que os infantis precisem temer, reverenciar, honrar, respeitar os *mais velhos*. É como se, pela sua necessidade de atenção e cuidados, coubesse ao infantil uma gratidão a esses sujeitos, fazendo com que, no futuro, enriqueçam esta relação com um bom convívio. Para tanto, os especialistas da subjetividade consideram que os familiares devem ter *respeito com os mais velhos, sempre, (...) principalmente diante das crianças*. Tal atitude é fundamental para a forma como as crianças vão *encarar tudo que for mais velho, o próprio conceito de velho*.

Neste sentido, o convívio com os mais velhos é um fator determinante para a aprendizagem de valores e atitudes. A professora de psicologia afirma, em determinado episódio que: *quando nós usamos o conceito de velho como pejorativo, dizendo que isso é velho, ultrapassado, jurássico, usando um tom um pouco desrespeitoso, nós estamos dizendo como é que nós lidamos com os velhos, e transmitindo esse valor para as crianças*. Quando se enuncia uma tal relação, configura-se uma necessidade não apenas de os infantis acatarem as atitudes adultas ou de serem temerosos a elas, mas de reservar a posição de poder de tais sujeitos adultos, autenticando uma dependência que configura uma determinada posição de poder infantil.

As relações entre adultos e infantis, no programa, caracterizam um conjunto de ações sobre ações possíveis. Objetivam, entre outras coisas, o sujeito adulto agindo no controle do sujeito infantil e o sujeito infantil agindo na dependência das ações adultas. Trata-se de um exercício que se articula e opera no campo da possibilidade de comportamento dos sujeitos. Consiste numa forma de governo eficaz, que opera um tipo de poder que “incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir.” (Foucault, 1995a, p.243).

As relações de poder circunscritas no *Diário de um bebê* configuram o que experimentamos como sujeitos no tempo presente, de tal forma que uma sociedade sem tais relações não pode existir, sequer em forma de abstração. Mas isso não quer dizer que determinadas relações e tipos de exercício de poder que se estabelecem numa sociedade são necessários, nem que estamos fadados a uma tal fatalidade. Não significa sequer que, necessariamente, constitua uma fatalidade. As relações que se estabelecem são, antes de outra coisa, relações positivas, produtivas. Elas produzem os sujeitos infantis e o que entendemos por infância hoje. Elas constituem o sujeito adulto nessa relação, e a sua forma de condução. Essas relações produzem as formas de os sujeitos serem governados e governarem a si próprios. As diversas relações de poder configuradas no programa delineiam a experimentação de sujeito, seja ele adulto ou infantil, pela forma como torna possível que ele seja visto e dito na atualidade.

Mestres da verdade

Uma série de especialistas valida e autentica um conjunto de verdades sobre o infantil e a infância no programa *Diário de um bebê*. Tal programa sustenta-se e ampara-se, amplamente, nos saberes e conhecimentos considerados científicos e técnicos. É a partir das verdades instituídas pelas Ciências Humanas e Sociais que se configura a categoria profissional dos especialistas da subjetividade. Posteriormente, esta categoria dispersa-se nas mais diversas áreas de saber, sejam elas médicas, religiosas, educativas. Eles caracterizam um conjunto de “profissionais, referências de verdade e procedimentos técnicos”, que habilitam a intervenção dos/nos sujeitos (Miller & Rose, 1993, p.82; cf. Rose, 1996, 1998; Corazza, 1999, 2001).

Inúmeras estratégias de poder são utilizadas nas conexões entre os mais diversos saberes especializados, à medida que *durante um ano, a equipe de imprensa da UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul] acompanhou a vida de Bruno através da indicação de professores, de profissionais que pudessem falar do seu dia a dia*. Isso faz com que os saberes sejam indispensáveis para a articulação de poderes e vice-versa. Tais conhecimentos são imprescindíveis para os efeitos de poder que provocam, pois saber e poder não funcionam em separado. Saber e poder inter-relacionam-se, apesar de suas conexões serem pouco visualizáveis (cf. Dreyfus e Rabinow, 1995b). Os efeitos de poder-saber da materialidade discursiva do programa ratificam o entendimento que se tem de infantil e de infância na atualidade.

O discurso especializado pode ser entendido como um discurso prático, um discurso tornado material, que possibilita que os infantis se tornem determinados sujeitos. Tal discurso delineia um mecanismo que sanciona e ratifica formas de poder-saber como controlar, educar, governar o infantil. Ele aciona esse mecanismo por tornar visível e enunciável o governo de tal subjetividade, pois as proposições que fornece circunscrevem técnicas que permitem um certo número de operações sobre os corpos, pensamentos e condutas infantis. O discurso especializado enuncia o infantil de um modo tal que o mecanismo de governo – através da atribuição de funções para os mais diversos sujeitos adultos – possa guiar, corrigir e moldar a condução do infantil e da infância na sociedade.

Trata-se de um discurso tornado prático, distintivo, categórico, à medida que determina, garante e limita o poder de uns e de outros. Tal discurso é configurado nas várias formas de estruturação dos conhecimentos que os especialistas sancionam e ratificam, os quais constróem as formas de os sujeitos narrarem-se. Ao explicarem-se, significarem-se, os sujeitos estão integrando um determinado regime de verdade, tornando legítimas as relações que os posicionam no discurso. Esta posição que os sujeitos ocupam no discurso é fundamental para a efetividade do governo, tendo em vista que é esta posição que os regula, ao nomear as suas capacidades subjetivas.

Os ditos do programa constróem um infantil que necessita da presença do pai, ainda que este infantil não o signifique assim – aliás, este infantil ainda não o significa de forma alguma. O discurso

especializado possibilita tal construção ao conectar pensamentos sobre as atitudes infantis a atos adultos sobre tais atitudes. Ele conecta tais pensamentos a atos quando afirma que o bebê *desde cedo vai entender quando o pai e a mãe querem chamar a sua atenção*. Funciona como uma autoridade enunciativa da verdade infantil, provocando efeitos de verdade específicos, quando enuncia que, por este motivo, a mãe e o pai devem *falar num tom afetivo* com o bebê. O discurso especializado atrela essa necessidade ao fato de os infantis conseguirem detectar se os pais estão, *realmente, num momento de carinho*.

Dentre os muitos passeios que Bruno foi levado a fazer, um deles constituiu uma visita ao zoológico. Na ida à maternidade do zoológico – um lugar que *o nosso pequeno aventureiro não poderia deixar de visitar* –, foram feitas interpretações das reações do infantil frente aos animais. É lá que ele *se encanta*, disse uma das narradoras. Ele gosta mesmo dos *pequenos e novos moradores do zôo*. Existe a possibilidade de saber o que Bruno sente em relação àquilo que chamamos de animais? Por mais “ingênua” e óbvia que seja esta pergunta, o fato importante é que os especialistas não apenas pensam que é possível respondê-la, mas respondem-na. Dizem o que o infantil sente, faz e gosta. Afirmam que o zoológico é um desses lugares que *encantam todo mundo e ficam para sempre na nossa memória*. Tal passeio *quando se é um bebê então, (...) parece uma aventura de cinema*.

É possível visualizar este conjunto de especialistas como aquele que “sabe tudo” a respeito da subjetividade infantil. Sabe como deve ser feita a higiene nas gengivas do bebê, para uma posterior escovação dos dentes; quanto suco de laranja deve beber, para uma boa atividade intestinal; como a mãe e o pai devem dirigir-se a ele, com carinho e atenção; quais brincadeiras devem ser feitas para a adequada estimulação cognitiva. Este “sabe tudo” não é devido ao fato de os especialistas darem conta de um estudo aprofundado do que há de mais essencial ou original no infantil. Eles podem ocupar o lugar de quem “sabe tudo”, pois inventam e reinventam o próprio “tudo”, sancionando e ratificando as verdades da infância, em termos gerais e específicos, no todo e na parte, no conjunto e no detalhe.

O aparato discursivo articulado no programa *Diário de um bebê* explica e narra os infantis. Indica formas para que os outros o expliquem e o narrem. Desta maneira, ele monta as formas pelas quais os adultos e os infantis entendem a si próprios. Quando a narradora do programa diz que *tem algo de novo no ar, e o Bruno já percebeu*, seu dito adquire valor de verdade. As articulações discursivas especializadas provocam efeitos subjetivantes, ao fazer com que se torne virtuoso o fato de os infantis “perceberem” essas novidades. Da mesma forma, indica preceitos para os adultos avaliarem estas percepções infantis.

Os especialistas ocupam o lugar de “fonte da verdade” para os sujeitos que compõem a família. Os pais atribuem aos médicos, professores, jornalistas, psicanalistas um saber bastante confiável. O governo do infantil é confiado a esses saberes de tal forma que a sensibilidade familiar ao cuidado com o infantil seja diminuída em comparação com a sensibilidade especializada. O papel das famílias é enfraquecido frente aos

conhecimentos considerados essenciais para o controle e a regulação dos infantis. Isso, de tal forma, que as relações familiares são significadas pela necessidade de aconselhamento e orientação profissional (cf. Corazza, 2000, p.194-195).

Como mestres da verdade, esses especialistas da subjetividade parecem exercer a tarefa de “transmitir” a verdade aos sujeitos, adultos e infantis, através do programa, embora tais profissionais possam não se reconhecer tão pretensiosos. São dotados de conhecimentos a respeito do *nascimento dos dentes*, das *dores de ouvido*, do *dormir de Bruno* e dos *cuidados com a higiene* dos bebês, entre outros. Mas as suas intenções são desconsideráveis, à medida que os efeitos dos discursos que sancionam são múltiplos e incontroláveis. A manutenção programada dos efeitos é uma vontade intrínseca aos conhecimentos chamados científicos, considerados verdadeiros. O discurso verdadeiro do *Diário de um bebê* não reconhece a vontade de verdade que o atravessa. É, justamente, a força de verdade que mascara a sua vontade (cf. Foucault, 1996a).

É sobretudo por este motivo que a verdade nos aparece como fecunda, forte, verdadeira. O programa *Diário de um bebê* insere-se no campo de um investimento na educação infantil, que se torna inquestionável, pois só objetiva favorecê-la. É por objetivar favorecê-la que se localiza no campo do Bem e, conseqüentemente, torna-se moralmente verdadeiro. Este é o seu problema: uma verdade transcendente, universal, original. Como forma de governo da subjetividade, tal verdade nos faz ignorar a sua maquinaria de produção, além de deslocar para uma dimensão reacionária, contrária ao Bem, todos aqueles e aquelas que contornam essa vontade de verdade. Isso torna ainda mais providencial a pergunta a respeito de tal vontade.

Essa vontade de verdade institui-se com uma força considerável. Os especialistas falam a respeito de uma quantidade imensa de certezas – mesmo que na tentativa de o fazerem modestamente. Ao discriminarem diversas fases do desenvolvimento infantil – do balbucio, da diferenciação das cores, do desenvolvimento motor –, mesmo que não com exatidão, mas “entre”, ou “aproximadamente” em tais idades; ao dizerem que, em média, ao completarem um ano e meio, os bebês já estão falando, constitui-se e delimita-se o que é razoável na vida de um bebê.

A fala especializada tem poder de verdade na experiência de infância, não só pelo que afirma, certifica e materializa, mas pelo que pergunta, questiona, duvida. As próprias dúvidas especializadas habilitam verdades e poderes. Quando a narradora pergunta à gastroenterologista pediátrica: *...e se refri não é o mais indicado, que líquido então é o mais recomendado?*, torna-se quase uma obviedade que o infantil é submetido àquele adulto que pergunta, da mesma forma que o é, também, àquele que responde. A própria dúvida autoriza o exercício de um poder sobre o conteúdo daquilo que é indagado.

O discurso especializado não apenas manifesta aquilo de que fala, tal como o líquido mais recomendado para a criança beber. Tal discurso é o seu próprio objeto de desejo. O discurso quer poder de verdade, motivo pelo qual produz a verdade. A tarefa de produzir a verdade completa-se naquele que a escuta. Aquele que a escuta exige a verdade, e aquele de quem é exigida decifra-a. Se não existisse a possibilidade da gastroenterologista pediátrica responder que, *preferencialmente água* é o líquido mais indicado para as crianças beberem, não ocuparia o lugar de quem poderia respondê-lo e tampouco teria sido indagada. O

discurso especializado traduz, assim, a constante busca de um poder. As enunciações configuram-se, justamente, naquilo pelo que lutam: um poder de verdade.

Ao ser indagado, o especialista tem sua palavra autorizada e requerida, ligando-a ao poder e à verdade. É neste sentido que o discurso está sempre relacionado ao poder e à verdade (cf. Foucault, 1996a). Atribui-se à fala do especialista um valor, um valor que o faz poder, que o faz poder dizer algo. Atribui-se à fala do especialista um valor de verdade, e escuta-se-lhe assim. Enquanto sujeitos imersos nestas relações de poder, acreditamos que a água é, realmente, um líquido importante para o bebê. Um líquido que deve ser ingerido numa quantidade determinada para uma nutrição equilibrada do corpo humano infantil.

Enquanto sujeitos ativos nestas relações de poder-saber, àqueles autorizados a “dizer” resta enunciarem tais verdades: *O bebê deve ingerir entre 100 e 110 ml de líquido para cada quilo de seu peso. A gastroenterologista pediátrica indica que a água filtrada deve ser oferecida à livre demanda. Quanto à água fervida, sustenta que quando se ferve na temperatura necessária, diminui a proporção de cloro e, com isto, pode predispor as bactérias que ficaram, aumentarem, e [pode] dar também um quadro de diarreia. Em relação às águas ditas minerais, algumas delas têm flúor acrescido numa quantidade maior do que a água potável, o que pode provocar manchas brancas nos dentes. A escuta de tais verdades exerce-se na manutenção de uma censura, não apenas para aquele que a escuta, mas também para aquele que a pronuncia.*

No programa *Diário de um bebê*, trata-se da manutenção de um tipo de sistema de validação de discursos que separa o verdadeiro do falso, o confiável do inseguro, o considerado bom daquilo que é considerado mau comportamento. *Quanto a outros alimentos, nesta época de fim de ano e calor, nada de especial, prescreve a narradora do episódio. A correta condução da infância é acionada por padrões de certo e errado, os quais estão definidos no discurso especializado validado no programa. A gastroenterologista afirma que a criança não deve estar ingerindo maionese, embutidos, que são alimentos com risco de contaminação. Numa última prescrição, é taxativa ao dizer: Para a criança tem o leite.*

Ao acionar a manutenção das subjetividades infantis nestes termos, o discurso especializado incita, transforma e sustenta relações de poder. Tal arranjo discursivo não é resultado de uma conspiração, entre os profissionais especializados que participam do programa *Diário de um bebê*, em prol do domínio da população infantil. As relações de governo dos infantis não resultam de uma implementação programada coerentemente ou intencional. Nas relações de poder, “as pessoas sabem aquilo que elas fazem, freqüentemente sabem porque fazem; mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem” (Foucault apud Dreyfus e Rabinow, 1995c, p.206). Não existe um complô entre os especialistas para o governo dos sujeitos, pois os especialistas são, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do seu próprio discurso.

Os especialistas são sujeitos de seu próprio discurso pelo lugar que ocupam temporariamente, o qual lhes atribui a possibilidade de distribuição interna de poderes nas relações sociais. Mas são sujeitos de governo do infantil, assim como os familiares o são, ou outros adultos quaisquer, embora isso não signifique que as suas posições nas relações de poder sejam equivalentes ou que despendam a mesma força. Os especialistas também são objetos de governo, à medida que se encontram inscritos nesta rede de relações de dependência. São objetos de governo pela própria posição de poder que lhe é designada pelo discurso

verdadeiro. Constituem-se, assim, posições de poder indissociáveis e mutantes, num elo de liames sociais, que ordena, arranja e dispõe os indivíduos em torno da posse de uma situação: o governo do infantil.

Tais posições de poder, na rede relacional onde se dinamizam, não são fixas ou coerentes. Os lugares de poder-saber que os especialistas ocupam são variáveis e diversificados. Ora é o especialista que age sobre a ação do infantil, ora é o infantil que age sobre a ação do especialista. Em determinados momentos, é o especialista quem conduz atos adultos; em outros, são os atos adultos que conduzem atitudes do especialista. Não apenas os adultos podem conduzir os atos infantis, como infantis também podem conduzir as ações dos próprios infantis. Estas posições de sujeito não se equívalem em termos de força, elas estão situadas em gradientes dessemelhantes e distintos, os quais se organizam de forma pendular e hesitante, que não se pode prever. Isso não significa que não haja a dominação de uns sujeitos sobre outros. Trata-se de mostrar que a dominação não é a forma essencial nem originária de poder. As relações de poder que configuram o governo do infantil têm múltiplas formas de se estabelecer, sendo muito produtivas em termos de efeitos.

Estamos envolvidos, sim, em relações hierárquicas, mas não as controlamos no sentido estrito, com precisão, exatidão e rigor, de forma que possamos traçá-las da perspectiva de uma via de mão única em termos de poder: de dominante sobre dominado, de especialista sobre infantil, de pais sobre filhos. Tais relações são, fundamentalmente, diversas. Isso não significa, tampouco, que não haja um cálculo, uma intencionalidade, uma atividade volitiva, pois “não há poder que se exerça sem uma série de fins e objetivos” (Dreyfus & Rabinow, 1995c, p. 205).

Os objetivos de governo da infância no programa *Diário de um bebê* são visíveis. As relações de poder que o programa ativa não é resultado da formulação coordenada da intenção subjetiva dos indivíduos. Os especialistas não resolveram, um belo dia, dominar o infantil simplesmente. Trata-se de uma situação estratégica, de uma articulação de práticas sobre a infância que emergiu historicamente. Uma situação estratégica que independe de algum estrategista. Isto porque as condições de emergência de tal situação de governo da infância, com os seus obstáculos e resistências, envolveram os mais diversos sujeitos neste empreendimento, escapando das intenções dos autores ou das intenções destes próprios sujeitos.

Tais sujeitos que ocupam o lugar de mestres da verdade não exercem a condução da conduta infantil de forma unidirecional ou coercitiva. Este exercício é disperso, pois são múltiplos os pontos de produtividade do poder. O especialista que ocupa um lugar de verdade no programa estabelece um determinado tipo de relação com o infantil. O infantil, que se assujeita a esta verdade, estabelece um outro tipo de relação com o especialista. Multiplicam-se as possibilidades de relações ao levar-se em conta a multiplicidade de formas de subjetividade possíveis. Podem estabelecer-se diferentes relações entre este mestre da verdade e a mãe do bebê. São ainda outras as relações entre mãe e filho possíveis de configurar-se. Isto porque estes sujeitos situam-se em posições diferentes de poder. Estas posições não são estáveis ou permanentes. São posições de poder extremamente diversificadas e produtivas.

Os especialistas não podem reter o poder nem tampouco os infantis padecem dele. Não há somente estes dois pólos, os que detêm poder e aqueles que o sofrem. O infantil estabelece diferentes tipos de relações de poder com muitos sujeitos. Experimenta um tipo de relação com a mãe – em que ele é o filho; com quem faz a filmagem – em que ele é o foco; com os telespectadores – em que ele é o astro; com outras crianças –

em que ele é mais uma criança ou uma criança-astro, entre muitas outras relações. Trata-se de um poder microfísico que não pode ser detido por sujeitos individuais, pelo pai ou pela mãe do bebê, ou por um especialista que participa do programa. Tal poder não é algo que se possa possuir, é algo relacional e produtivo em que, necessariamente, estamos imersos.

O fato de atribuir valor de verdade à fala de um especialista não significa que, por isto, ele detenha o poder. Isso depende, antes, da posição que ele ocupa em relação ao discurso de verdade na atualidade. A fala do médico imunologista adquire poder de verdade quando manda investir na prevenção das doenças infantis, *afinal, quem não quer manter esta tranqüilidade por toda a vida?* Isso ocorre não pelo fato de os sujeitos adultos acharem que o investimento é o mais adequado para a saúde do bebê, como num ato de concordância livre ou neutro. Mas pelo fato de o especialista estar posicionado de uma determinada forma nas relações de poder sobre aquilo de que fala. Pelo especialista ocupar um lugar de quem pode saber sobre a subjetividade infantil, situando-se numa diferente posição de poder.

Os possíveis efeitos do discurso que os especialistas ratificam no programa *Diário de um bebê* não os tornam, privilegiadamente, julgáveis ou criticáveis pelo que dizem nos mais diversos espaços. Não se trata de afirmar que a positivação de um infantil como objeto e sujeito de cuidados especiais surge a partir do momento em que se coloca no ar o programa ou que resulta de uma obediência incondicional às falas especializadas. As verdades sancionadas no programa são resultados de rupturas e continuidades intrínsecas a uma vontade de verdade que atravessa os séculos da história da infância.

O programa *Diário de um bebê*, montado no discurso especializado, não compõe uma entidade destinada, unicamente, a produzir efeitos de governo sobre os sujeitos. É, também, o seu próprio efeito. É efeito de uma vontade de verdade da infância que quer poder-saber do infantil. Quer poder-saber da infância quando dirige-se ao Bruno dizendo que *esse velho e conhecido mundo, nós fomos descobrindo e redescobrimos com outro olhar, com o teu olhar curioso, e a gente ia aprendendo na frente da TV e por trás das câmeras*. Trata-se de extorquir a verdade do infantil de qualquer jeito. A garantia é o vínculo entre aquele que é falado e aquilo que dele é dito. É fundamentando a sua autoridade na própria atitude do infantil que as relações de poder-saber do infantil constituem o controle do comportamento de tais sujeitos. Assim, a verdade adquire seu efeito sobre aquele que é extorquido.

A vontade de verdade do discurso especializado manifesta a verdade infantil a partir do que extorque de tal subjetividade. Ela prega a busca e a manifestação da verdade infantil, elaborando a extração da verdade de tais sujeitos, por meio de técnicas que, ao mesmo tempo, administram e regulam essa conduta. É através dos especialistas que esta vontade de verdade operacionaliza o governo, embora também o faça através dos adultos, da família, dos sujeitos em geral. Tal operação envolve os mais diversos sujeitos, pois eles têm uma obrigação à verdade, a instituir um discurso como verdadeiro, num trabalho sem fim. Isso se deve ao fato das técnicas de constituição das subjetividades modernas serem orientadas para a descoberta da verdade sobre o sujeito (cf. Foucault, 1991a, 1991b, 1993).

Tal vontade de verdade da infância faz com que a administração da subjetividade infantil articule-se positivamente ao discurso especializado, passando a quase depender deste. Isso leva a multiplicidade de especialistas a tornar-se parte fundamental de um mecanismo que pode assegurar a administração das subjetividades infantis modernas. No programa *Diário de um bebê*, a vontade de verdade é reconduzida e reforçada pela articulação configurada na mídia televisiva, e pela forma como esses conhecimentos são valorizados no programa, distribuídos e atribuídos aos sujeitos e às áreas de saber específicas.

As posições de poder ocupadas pelos especialistas que participam do programa *Diário de um bebê* são múltiplas e diversificadas. O programa, ora sanciona saberes que posicionam o discurso astrológico numa rede de poder, ora ratifica as verdades cristãs, ora valoriza o conhecimento familiar. A cadeia relacional de poder-saber do infantil é bastante heterogênea. O fato de fazer o mapa astral de Bruno, ou de levá-lo à Igreja, pode provocar os mais diversos efeitos de poder, os quais são dependentes da sujeição dos indivíduos a esses discursos. A produtividade da materialidade discursiva do programa é dependente de diferentes campos de conhecimento, os quais ocupam diversificadas posições de poder e de verdade na gama de saberes que subjetiva o infantil.

A vontade de governo da infância torna os saberes especializados governamentais por eles possibilitarem o controle das subjetividades – tendo em vista que esse controle é a medida das relações de poder. É através destes saberes que essas relações são elaboradas, se modificam e se mantêm. Mas o poder de governo não está centrado nos especialistas, como um mecanismo geral de produção de efeitos. Nem em suas formas legítimas e regulamentadas de ratificação das verdades, como o programa. Apesar da narradora dizer que *muitas das dúvidas* que tinha acabou *sugerindo para o pessoal da produção do 'Diário de um bebê', para que pudessem esclarecer para todo mundo*, as falas dos especialistas não se espalham como leis de dominação em massa. As prescrições especializadas, que respondem às dúvidas da narradora, não exercem um tipo de poder totalizante, unânime, coercitivo e generalizado sobre o infantil. Antes, exercem um tipo de poder positivo e disperso.

Apesar de serem partes fundamentais do mecanismo de governo da subjetividade infantil, os especialistas não podem ser diretamente responsabilizados pela produtividade de seu discurso. Trata-se, antes, de realizar um questionamento à própria idéia de sujeito fundador do discurso. Estes indivíduos não são originários do discurso, pois não são os únicos responsáveis pelas relações que atribuem valor de verdade aos seus ditos. Os especialistas não são os únicos falantes ou escritores de seu próprio saber. Eles ocupam lugares nos quais o agrupamento do discurso se fez e se faz possível. Como mestres da verdade da infância, eles exercem uma função de sujeito, como a função de autores do discurso, ocupando um lugar transdiscursivo. Isso implica em que os sujeitos não sejam a origem do discurso, embora lhe atribuam as suas unidades, coerência e significações (cf. Foucault, 1992b; 1996a).

Vários outros sujeitos, em diferentes momentos históricos, inventaram como problema premissas para o tratamento da infância e da infantilidade, normas de conduta para a sexualidade ou mesmo regras para os combates entre gladiadores nos circos de Roma. É impossível ficar-se aquém de alguma verdade. Os especialistas habitam posições de sujeito que vários outros já habitaram e que muitos outros, possivelmente,

ainda habitarão, nas mais diversas culturas e sociedades. O lugar de sujeito que eles ocupam é vazio, motivo pelo qual muitos podem ocupá-lo (id., 1992b; 1995c).

A vontade de poder-saber que elabora a verdade infantil faz com que, na atualidade, estejamos envolvidos, enquanto sujeitos, numa imensa curiosidade sobre a infância, obstinados em ouvi-la e falá-la, insaciáveis em explicá-la. A infância torna-se um campo de significado e um objeto de estudos (cf. Narodowsky, 1994). Tornamo-nos obrigados, enquanto sujeitos, a elaborar o programa *Diário de um bebê*, a entender o infantil que carece ser alimentado e que precisa alimentar-se de vegetais, que necessita tomar vacinas, evitar doenças, precaver-se dos animais domésticos. O infantil torna-se um objeto subjetivado a ser amparado, mantido, sustentado de determinadas formas e não de outras, não por estrito capricho dos especialistas, mas por uma demanda histórica de verdade infantil.

Economistas do bem

A vontade de verdade da infância, que incita o investimento em tais subjetividades, faz do programa *Diário de um bebê* o resultado de um investimento histórico na infância. Determinadas forças de poder e suas possibilidades de articulação com as formas de saber configuram inúmeras estratégias para elaborar a infância. Tais articulações, no programa, delineiam uma particularidade na forma de poder. Esta particularidade diz respeito ao fato dos mais diversos sujeitos constituírem-se como aliados no propósito e no exercício de governo do infantil.

O discurso deste mecanismo de governo aciona a defesa de regras e normas através do posicionamento dos mais diversos sujeitos adultos no controle de atitudes e hábitos de vida infantil. Enunciados como tal, os infantis são dependentes dos atos adultos, pois são eles que experimentam, neste momento histórico, a tarefa de modelagem da subjetividade infantil como possuidora de critérios, valores, características. Configuram-se, assim, relações de poder em que o adulto é quem aciona, quem está em exercício, quem funciona como o meio, através do qual, esse infantil se tornará regrado, normalizado. O controle do infantil funciona, neste sentido, a partir da difusão de um poder que envolve o mundo adulto. Os adultos são chamados a provocar atitudes, a vigiar os infantis, induzir-lhes, impor-lhes correções, culpar-lhes, felicitar-lhes, amedrontar-lhes, investir-lhes.

No episódio referente aos cuidados no verão, a apresentadora alerta: *Sol, calor, suor. O verão não tem dado tréguas, e se nós que somos adultos temos que nos cuidar, imagine os bebês como o Bruno*. O episódio prescreve a necessidade do adulto proporcionar que o infantil tome *mais banhos*, fique em um *ambiente bem ventilado*, permaneça *refrescado*, *só com uma camisetinha ou simplesmente só de fralda*. Há uma ordem expressa para *nós que somos adultos*. Obrigações como estas ganham em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos sujeitos, à medida que estabelecem um tipo de aliança entre os especialistas e os mais diversos indivíduos. Os sujeitos adultos são capacitados para poder-saber agir sobre o infantil.

A atenção ininterrupta ao infantil nos primeiros meses propicia a sua vigilância hierarquizada e contínua. Os saberes sancionados pelos especialistas têm poder de verdade na família, na sociedade. Se as estratégias de prevenção de acidentes domésticos com os infantis não forem suficientes, o programa indica o que deve ser feito, envolvendo os mais diversos sujeitos nesta tarefa. Ao autenticar, entre outras coisas, que os pais devem levar o infantil ao médico, tal mecanismo de governo da subjetividade não apenas submete o infantil a uma dinâmica de prevenção, controle e correção, mas produz uma economia dos fins, comprometendo os sujeitos com a tarefa de cuidar do infantil.

A apresentadora anuncia um episódio dizendo que o Bruno *tem nos ajudado a informar sobre os cuidados com o bebê*. Tal afirmação envolve os mais diversos sujeitos neste empreendimento de cuidado do

infantil. Se Bruno está nos ajudando, é porque carecemos disto, destes conhecimentos, que nos faltam. Agora, com o programa, poderemos saber mais sobre o desenvolvimento infantil, ou seja, poderemos conduzi-lo para o fim considerado mais adequado. Tais discursos organizam a articulação das relações por meio da atribuição de tarefas e ações adequadas para sujeitos específicos: adultos, pais, mães, avós, crianças, especialistas.

O mecanismo de governo da subjetividade infantil aciona uma rede de relações ativadas por uma forma de poder bastante insidiosa e pormenorizada. A materialidade discursiva do diário infantil não impõe determinadas regras de conduta aos infantis e adultos de forma violenta ou opressora. Uma das jornalistas, apresentadora do programa, diz ter acompanhado vários momentos de Bruno, *a primeira gripe [...], quando ele começou a engatinhar, sempre*. Declara que esperava a própria filha *dar aquele passo*. Observou com tranquilidade que *algumas coisas ela fazia antes, outras depois*, e afirma: *acho que as dicas, realmente, são mais importantes*. O programa não provoca uma obediência cega e subserviente dos que lhe são sujeitos. Ele governa através de uma aliança entre os indivíduos assujeitados ao seu discurso, para uma correta condução do sujeito infantil.

As relações de poder do *Diário de um bebê* provocam efeitos específicos, pois o sistema de controle parece não ser mais tão fechado, como o de confinamento mas, ao contrário, supõe ainda uma maior liberdade. Não é mais preciso que todos os bebês fiquem numa casa de acolhimento para serem cuidados, alimentados, moralizados. O *Diário de um bebê* possibilita que os sujeitos, as mães, os pais, os familiares, aprendam o que deve ser feito para melhor guiarem o crescimento dos infantis e, estes, deles mesmos. Uma jornalista da equipe de produção do programa afirma que *foi muito legal ter acompanhado o Diário de um bebê*, porque a sua própria filha *tem só doze dias de diferença de Bruno*. Tal especialista afirma que *sempre ficava atendida (...) nas dicas* do programa.

A materialidade discursiva do mecanismo de governo da subjetividade infantil configura um tipo de poder relacional, de estratégias minuciosas, pela forma detalhista como objetiva as posições de sujeito. Tais relações de poder situam os mais diversos sujeitos como envolvidos numa rede e estabelecendo parcerias, alianças. Faz ter valor de verdade o fato de que *a gente vá aprendendo aos poucos* com o programa. Constitui a própria necessidade dos mais diversos sujeitos – adultos, familiares, crianças, profissionais – “aprenderem”, governarem a subjetividade infantil. Configura-se um tipo de poder que não é ditatorial, pois a tirania não é assumida em detalhes, e os suplicios não constituem métodos fundamentais de controle.

Configura-se uma economia na forma de controle dos infantis, à medida que o poder é menos centrado e mais disperso entre os sujeitos, menos ditatorial e mais consensual, menos massificante e generalizado e mais detalhista e minucioso. Esta economia possibilita a divisão da responsabilidade pela saúde do infantil na esfera social. O bebê Bruno é levado à praia, Feira do Livro, hospital, zoológico, estúdio da RBS, entre outros. Nesses ambientes de visitação, observa-se uma parceria ativa no investimento na produção da infância. As companhias aéreas possibilitam um atendimento especializado para o infantil. Nas lojas dos *shoppings centers*, os vendedores atendem numa seção só para infantis. Histórias especiais para crianças são vendidas na Feira do Livro. No Zoológico, Bruno é levado a visitar a maternidade.

Tais discursos reforçam a responsabilidade social para com o infantil, apesar de estabelecerem relações inconstantes e não uniformes. A sua produtividade está, ao contrário, na sua inconstância e

desuniformidade, justamente pelas múltiplas possibilidades de relações que ativa. Despende-se poder de uma forma econômica – pois cada um despende exatamente aquilo que lhe cabe, conforme a posição que ocupa na relação –, ao mesmo tempo que todos despendem, – pois todos estão envolvidos, embora não da mesma forma, nem ocupando as mesmas posições de poder. Trata-se de um investimento na produção da infância, que é parte integrante de uma polícia da infância caracterizada por regulá-la por meio de discursos públicos.

O discurso validado no programa trata de estender preceitos educativos, higiênicos, morais para adultos e infantis, de modo que todos partilhem de tais pretensões, provocando um tipo de economia social. Não é por acaso, por inspiração divina, ou instinto natural que discordamos ou lutamos contra o abandono de crianças, a corrupção de menores, a exploração da mão de obra ou o abuso sexual infantil. Compartilhamos o desejo de entrar essas liberdades assumidas, arrancar essas possibilidades da experiência de infância e impedir suas linhas de fuga. Assujeitados por esse discurso, cabe a todos os sujeitos adultos assegurar uma vigilância discreta sobre o corpo e a população infantil por meio de proteções diretas e ininterruptas.

Trata-se de um tipo de poder que envolve vários sujeitos no controle do infantil, fazendo com que todos estejam empenhados em tal tarefa. O produtor do programa diz que imaginou esta série para que trouxesse *de volta a emoção para a televisão*. O especialista não estabelece a necessidade de um controle ditatorial sobre o infantil. Incita, antes, uma necessidade de *passar essas informações* para uma adequada condução da experiência de infância, pelos mais diversos sujeitos. Trata-se de um procedimento por si mesmo justificado: a condução do infantil para o bem dele mesmo. Assim, firma-se um consenso entre os mais diversos sujeitos para a busca do que se considera este bem, sejam produtores ou telespectadores.

Ocupando o lugar de economistas do bem, os sujeitos adultos tornam-se parceiros para o controle, não apenas dos infantis, mas de si próprios. Tornam-se vigias de suas atitudes nas relações com os infantis. Quando a nutricionista afirma que o leite materno é *fundamental e indispensável para o bebê, e pode ser o único alimento até o sexto mês*, múltiplas formas de relações fazem-se possíveis. Mesmo que a mãe do bebê possa não se assujeitar a tal verdade – dando o leite materno ao seu filho até os três anos de idade, por exemplo –, a atitude adequada, o rompimento da amamentação, certamente, ser-lhe-á cobrada nos mais diversos espaços. Talvez na própria casa, pelos familiares, ou na creche que Bruno visitou. Talvez na primeira consulta à pediatra ou, futuramente, na escola, quando a pedagoga, na elaboração dos problemas infantis, perguntar à mãe, durante uma anamnese: – Até quantos meses ele mamou?

O discurso ratificado no programa aciona um comprometimento ativo dos sujeitos no governo do infantil. *Eu acompanhei todo o desenvolvimento dele*, disse uma das apresentadoras do programa. Ao afirmar que *muitas vezes a gente realmente não sabe como reagir com esses pimpolhos*, ela torna isso uma necessidade, e estabelece uma reciprocidade na cobrança de cuidados com as crianças. Os adultos devem constituir-se nesta relação, capacitados para o julgamento e a explicação de suas próprias ações. É assim que o olhar sobre si mesmo torna-se a forma de auto-conduta do governado. Uma força de verdade faz com que os sujeitos tornem-se “face a si próprio, simultaneamente, o juiz e o acusado” (Foucault, 1993, p.209).

Ao sancionar e ratificar formas de condução da conduta infantil, na parceria e na condução da conduta adulta, o programa configura o exercício de um poder, entre outros, bastante potente, embora disperso. Uma tal sutileza desconsidera a possibilidade mesma “do” poder e o dispersa em relações. O poder

não está localizado definitivamente em algum lugar, em alguma posição de sujeito, na mãe, no pai, na médica ou na televisão. Todos estão comprometidos com o governo do infantil, pela forma como configuram-se as relações de poder. Relações estas que negam a demonstração de força pela exposição de uma violência unidirecional sobre as crianças. Em nenhum episódio, algum especialista faz menção a qualquer tipo de ato violento ou repressivo. Trata-se de uma forma de poder que não precisa ser constantemente demonstrada para agir sobre os corpos infantis. O mecanismo aciona um poder relacional que se firma mais sutil, porque disperso entre os sujeitos. Esta é uma importante tática de poder, porque o seu sucesso pode estar, justamente, “na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (id. , 1988, p.83).

Tal mecanismo discursivo, por meio das relações de poder-saber-verdade que aciona, institui o que o sujeito adulto deve experienciar com o sujeito infantil. No momento em que o sujeito adulto precisa aprender a cuidar do infantil, regulá-lo, governá-lo, também necessita controlar a si próprio nesta relação. Afinal, os adultos devem *estar de olho aberto* enquanto os bebês dormem. Assujeitados à verdade infantil, devem operar o governo social, de modo que também possam exigir tais compromissos dos outros sujeitos. O neurologista infantil diz que *a gente* precisa prestar atenção no sono do bebê, tornando pública a regulação da subjetividade infantil através do poder de verdade do seu discurso, o qual envolve os sujeitos adultos neste empreendimento.

A vontade de conservação e de utilização proveitosa dos indivíduos é a superfície de absorção dos sujeitos para o repúdio ao indesejável da infância (cf. Donzelot, 1980). O discurso ratificado no programa governa o adulto pelo estabelecimento de uma forma de convivência estratégica, de aliança tática para o governo do infantil. Configura-se uma espécie de harmonia entre a ordem do discurso sobre a infância e os aliados de plantão: especialistas, familiares, adultos em geral. Afinal, *quem tem bebê em casa sabe*, existem muitas dúvidas a respeito do que fazer, de como proceder mesmo em relação aos *problemas mais comuns* da saúde infantil.

Antes de um informativo sobre a infância, trata-se de um investimento na proliferação dos discursos que funcionam por meio de uma economia própria. Trata-se de um arranjo econômico de controle que alia os mais diversos sujeitos adultos nas objetivações especializadas, pois o adulto vê e fala o infantil a partir de tais objetivações, sejam elas de ordem motora, lingüística, emocional, cognitiva ou social. Isso configura-se no próprio fato de enunciar-se uma subjetividade “infantil”, dizer-se que tal mecanismo é um programa sobre “bebês”. Trata-se de um investimento em que o olhar do outro enquadra um tipo de subjetividade; um olhar que governa tal subjetividade ao determinar especificidades, elaborando particularidades e relações entre essas particularidades.

Este procedimento que o mecanismo de governo efetiva faz com que o poder torne-se menos visível, enquanto os objetos sobre os quais age, mais visíveis. O programa precisa submeter o infantil a uma visibilidade constante, a uma vigilância adulta de seu comportamento objetivado, para incitar, assim, poderes intrincados, conflituosos, que beneficiam-se graças às alianças táticas entre esses sujeitos. Uma inegável economia política de controle da subjetividade infantil faz-se possível através de tais alianças. Uma forma de poder insidioso, disperso, exercido nos seus pormenores, e nem por isso pouco potente, é articulado no *Diário de um bebê*, configurando uma tática perspicaz e habilidosa.

O infantil do *Diário de um bebê* é vigiado, sob os olhos de muitos, atentamente assistindo o seu primeiro banho, o batizado, os seus primeiros passos. Mas torna-se um objeto de visibilidade não apenas pela transmissão do programa para milhões de telespectadores, mas pela vigilância ininterrupta a que submete tal subjetividade. A materialidade discursiva do programa submete o infantil a essa visibilidade, por incitar olhares atentos e minuciosos dos adultos, os quais são igualmente governados, porque implicados no governo do infantil. A visibilidade do infantil age sobre cada sujeito em particular, adulto e infantil, e sobre todos eles. Isso, de tal forma, que enunciamos, tornamos visível um infantil que *necessita, precisa, depende*, seja do que for. Tal enunciação produz a sua visibilidade, compondo a experiência de infância. Isso diminui a importância do fato de o infantil do programa, efetivamente, ser visto pelos telespectadores para que procedam o seu governo, o que importa é o fato de ser visível; os efeitos de subjetivação que essa visibilidade provoca.

No programa *Diário de um bebê*, relações de poder são incitadas de tal forma, que o poder possa ser visto e dito por todos os lugares. Ele está espalhado pelos telespectadores, familiares, escola de música, clínica, amiguinhos de Bruno. Eles são aliados no governo do infantil, pois assistem-no na televisão, cuidam-no em casa, ensinam-no, curam-no, estabelecem relações de amizade. Mas o poder não é dividido entre tais posições, pois não existe como um todo, como uma massa a ser distribuída. Ele é inerente às relações entre adultos e infantis. As relações de poder, que se implicam e respondem-se umas às outras, não estão em posição de exterioridade em relação às outras relações. Antes, lhe são imanentes. São sua própria condição interna de diferenciação.

O mecanismo de governo da subjetividade infantil, através de seus procedimentos, assegura, desenvolve e constitui a articulação de vários tipos de relações. Falar em poder do programa *Diário de um bebê* significa falar em relações, e relações de parceria. Isto significa que um conjunto de ações que se induzem, se respondem umas às outras. Tais relações de poder constituem importantes empreendimentos nas formas de objetivação e subjetivação do infantil e também do adulto na atualidade. Isso faz com que inúmeras e variadas estratégias sejam responsáveis pelas formas de os sujeitos infantis e adultos reconhecerem-se como sujeitos de uma determinada infantilidade no tempo presente.

A força de poder do discurso especializado sancionado no programa está na sua capacidade de disseminar posições de poder sobre o infantil. Isso ocorre à medida que o seu discurso incita muitos sujeitos a agir sobre tal conduta, e a agir momentaneamente, provisoriamente. O pai, a mãe, os familiares, a dentista, as jornalistas são igualmente governados pela possibilidade de agir sobre a conduta infantil. A narradora diz que Bruno *está cada vez mais lindo*. A prima dele tira fotos *para ter as recordações desde quando ele nasceu*. O oftalmologista enuncia que o bebê *não tem grau para óculos, a retina tá jóia, e ele tá fixando bem*. A imensa quantidade de saberes que enunciam a subjetividade infantil no programa aponta para um tipo de poder que, além de volátil, é disputado por muitos sujeitos.

O médico requer poder de verdade para o discurso que profere, ao falar sobre as febres nas crianças, quando afirma que *isto de dar banhos frios, botar compressas na testa ou no rosto, isso era uma coisa que se usava antes de aparecer os remédios anti-térmicos*. Em sua relação simbiótica com a verdade da infância, as estratégias de poder compõe uma relação de disputa entre os sujeitos envolvidos no governo do infantil. O especialista afirma que esta é uma prática ultrapassada, pois *era assim que se combatiam as febres*

altas no começo, antigamente, antes dos medicamentos. Tais práticas, superadas pela ciência moderna, já tiveram poder de verdade, provocando efeitos de poder específicos no governo dos infantis. Mas tal posição de poder-saber sobre a infância, ocupada pelo médico imunologista, institui como verdadeiras estas práticas mais antigas e caseiras, apesar de menos eficientes, ao enunciar que *é válido sim, se tu não tem medicamento, é válido sim.*

Essa multiplicidade de instâncias, que dinamizam as relações de poder, distanciam o programa *Diário de um bebê* de um sistema de poder centrado, de força arrebatadora, ocupando um lugar privilegiado no controle dos sujeitos. Nem mesmo os saberes ali ratificados têm um tal poder totalizante. Uma das apresentadoras do programa enuncia que *a medicina, a psicologia, a pedagogia infantil estão evoluindo tanto que a gente tem que estar ligada a essas novidades que são muito úteis.* Mas, reforça a importância de outras formas de saber sobre o infantil, apesar de considerá-las secundárias, ao dizer que, além de precisarmos estar atentos para esses novos conhecimentos, *claro, aqueles ensinamentos, aquelas dicas da vovó, são super úteis.*

O mecanismo configura formas de governo em que os sujeitos estão reciprocamente implicados na condução de suas condutas. As atitudes adultas, seja de especialistas ou familiares, estão implicadas na condução do infantil – pela posição temporária de poder que ocupam –, e na condução dos próprios adultos – por meio da parceria que incita uma cobrança coletiva no propósito de governo –; e os infantis estão implicados na condução dos adultos – pelo que exigem da atitude adulta na relação recíproca que estabelecem –, e do próprio infantil – pois a sua evolução constitui um estado futuro de autogoverno.

A sutileza desta forma de poder está em tratar-se de posições de poder espalhadas, disseminadas entre os sujeitos, a serem ocupadas temporariamente. Ora é a apresentadora do programa que enuncia verdades acerca do sono de Bruno, afirmando que ele está com vontade de dormir, ora é a neurologista infantil que defende que, para isso, ele precisa ter sido amamentado. Estas posições provisórias de poder exercem-se numa rede de olhares cuidadosos e direcionados, de forma constante, aos atos infantis. Trata-se de um poder microfísico – exercido no detalhe das relações –, que previne, controla e corrige pela exatidão na vigilância de um olhar atento dos adultos.

Por este motivo, o poder está disperso em múltiplos pontos, entre os sujeitos que o acionam reciprocamente. Configuram-se relações, desiguais e móveis, em que “o poder está em toda parte”. Mas isso “não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1988, p.89). O tipo de poder que determina as relações acerca da infância no tempo presente não é algo que se possa adquirir, compartilhar ou guardar. A equipe de produção do programa, a família, os telespectadores, a mídia em geral, o próprio Bruno, as outras crianças, as câmeras, as especialistas, as jornalistas, os mais diversos profissionais são sujeitos que produzem e ativam a produtividade de tais relações. Embora em diferentes gradientes de poder, estes sujeitos são situados e situam-se nestas relações, constituindo-as e sendo constituídos por elas.

Isso faz com que os adultos e infantis, sujeitos ao discurso sancionado no *Diário de um bebê*, não sejam governados indiscriminadamente por um programa da mídia televisiva – até porque este programa não é apenas dela –, mas pelas relações de poder-saber-verdade que o discurso deste programa – que também não é só dele – incita. O problema de governo da subjetividade infantil configura-se na instauração das relações de poder, no mecanismo, e não do mecanismo em si. O problema está nas relações que incita. Sua materialidade

enuncia que o pai de Bruno é *desfavorecido em relação ao cuidado com o bebê, enquanto a mãe, desde pequenininha brinca com a boneca e se prepara para a maternidade*. Tal discurso, validado no mecanismo, instaura relações de poder que situam os sujeitos nessas relações ao enunciar que *ele [o pai] não está habituado ao cuidado com o bebê pequeno, e nós [mulheres] precisamos ajudá-lo nisso*.

A produtividade do governo acionado em tal mecanismo é configurada no trabalho de sujeitos concretos, imersos nas relações de poder e nos jogos de verdade da atualidade. Tem valor de verdade o fato do pai precisar da ajuda de uma mulher no cuidado com o infantil, pois *ele nunca trocou uma fralda, ele nunca deu uma mamadeira*. As relações de poder carecem dessas relações pormenores, primorosas, aparentemente miúdas para constituírem-se. Além do mais, *aprender a lidar com um bebê não é nenhum sacrifício*. Nenhum mecanismo de governo poderia provocar efeitos em grande escala sobre o corpo e a população infantil, sem ser sustentado em relações primorosas, detalhadas como esta, designada entre mãe, filho e pai. As estratégias de poder não alcançariam maiores efeitos sem “relações precisas e tênues que lhe servissem, não de aplicação ou conseqüência, mas de suporte e ponto de fixação” (Foucault, 1988, p.95).

As posições de sujeito que o conteúdo da fala da Doutora em Educação detalham, o uso de um determinado tom de voz da enfermeira, o olhar da mãe preocupada com uma doença do bebê, as roupas usadas no batismo, a forma de a mãe banhar o filho, a tradução das sensações do infantil, são potentes procedimentos de poder. Procedimentos infinitesimais como estes inscrevem-se na subjetividade infantil e repercutem em mecanismos como o programa. Tais procedimentos enunciam um infantil que necessita de cuidados, o que constitui a elaboração de um investimento discursivo e incita a articulação de um mecanismo de governo. Eles investem na materialidade do infantil, compondo o mecanismo de governo da subjetividade infantil. Mecanismo tático minucioso, em que “não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo” (id., 1999c, p.184), mas as técnicas e táticas dos infinitos mecanismos que possibilitam o governo da subjetividade.

No programa *Diário de um bebê*, o infantil não é um privilegiado objeto de castigo explícito, punição severa, palmatória e adestramentos físicos. O governo do infantil configura-se de uma forma específica, discreta, calculada. A potência sutil do mecanismo de governo provoca uma economia de poder sobre os infantis. Mais sujeitos governam e menos poder despendem. Não aplicam força sobre o corpo infantil, apenas olham-no e dizem-no. Tornam o corpo infantil visível e enunciável. Certamente, esta sutileza efetiva um trabalho muito produtivo. Não porque ela domine a totalidade de sujeitos infantis ou a população infantil em peso – isso suporia um efeito uniforme e o conhecimento qualitativo de suas especificidades –, mas porque age precisa e minuciosamente sobre tal subjetividade, embora a exatidão de seus efeitos seja incalculável, e a sua forma de governo eficaz.

Certamente, o programa *Diário de um bebê* configura um tipo de poder que difere de uma repressão de alguns sujeitos sobre outros, de especialistas sobre familiares, de mídia televisiva sobre telespectadores, de pai e mãe sobre crianças. Trata-se de uma parceria, através da qual, se constituem relações precisas entre os sujeitos – oftalmologista e pai, filho e mãe, pediatra e criança – para que um encadeamento das relações de poder faça-se possível. Neste encadeamento, cada sujeito ocupa um lugar, configurando vários lugares de poder. Isso descaracteriza a possibilidade de um poder centrado, pois ele se faz dissipado.

Entretanto, isso não significa que, por ele ser disperso entre os sujeitos – mãe, irmãos, vizinha, profissionais, tios –, não se articule em estruturas permanentes, como a família, a escola, o Estado. Mas não reside em problematizar o tipo de poder da perspectiva de tais estruturas o interesse deste trabalho.

Uma economia política de controle da subjetividade infantil configura-se, à medida que um tal poder sobre os infantis é incitado na materialidade discursiva do programa. Economiza-se, politicamente, na forma de experimentá-lo, exercê-lo. Não há apenas um especialista da subjetividade, um campo de saber, uma especificidade deste campo, um familiar para exercer todo o poder, apenas seu e imenso, sobre o infantil do *Diário de um bebê*. Não se trata do exercício de um poder soberano. Existem vários profissionais, vários campos de saber, muitas especificidades deste campo, muitos familiares nestas relações. Todos situam-se em lugares de poder, o qual é disperso entre muitos, experimentado no detalhe e na minúcia e exercido no corpo e na população infantil. Trata-se de um poder, fundamentalmente, relacional, um confronto de gradientes pendulares, incertos, imprevisíveis.

A política de subjetividade da infância, resultante deste mecanismo de governo, firma-se numa economia de controle, pois o poder é, de certa forma, tênue, porque disperso, dissolvido. Se não se trata, simplesmente, de obedecer às ordens dos especialistas da subjetividade, não se trata de obrigar os sujeitos a fazerem determinadas coisas, gostarem de algumas e repudiarem outras. Não se vai *usar uma toalha bem macia* para secar o bebê porque a professora de pediatria mandou, mas porque *a pele do bebê é muito delicada*. Isto constitui-se verdadeiro, isto é uma verdade. Isto é verdade. Acreditamos nisso. O poder sobre os infantis constitui-se, e constitui-os pela manifestação da sua verdade. Uma verdade que lhe é imposta, mas não de forma violenta, e, sobretudo, com o consentimento dos sujeitos.

O aniversário de Bruno foi transmitido no último dia do programa. A equipe de produção foi apresentada aos telespectadores para falar sobre as aprendizagens e os sentimentos em relação ao ano de trabalho. As narradoras e apresentadoras fizeram vários comentários neste último episódio. Entre esses comentários, afirmaram que o ano que passou, *refletiu conquistas, alegrias e descobertas*. Alguns especialistas que participaram dos episódios anteriores também fizeram suas considerações. A astróloga disse que Bruno *é um guerreiro e um vencedor*. Isso caracteriza e instaura parâmetros para avaliar a normalidade infantil e, também, adulta no programa. A mãe de Bruno disse ter aprendido *bastante com o programa Diário de um bebê*. Nesta oportunidade, o pai de Bruno deixa registrado que, por não ter sido pai anteriormente, sabia pouco. Acredita que ele e a mãe de Bruno aprenderam bastante com o novo bebê e, obviamente, com o programa.

Mas a materialidade discursiva do programa não provoca efeitos apenas nos sujeitos de que fala, e nem efeitos integrais naqueles que atinge. Ao especificar particularidades, moldando uma subjetividade infantil, e ao prescrever atitudes adultas na relação com os infantis, não produz apenas um tipo específico de sujeição, da qual todos os indivíduos do presente serão sujeitos, mas assujeita os próprios especialistas e a nós mesmos de diferentes formas. Em tal episódio, de modo geral, os familiares e especialistas concluem que foram beneficiados com as aprendizagens que o programa possibilitou. Enfim, agora sabem o que deve ser feito para melhor conduzirem os infantis, e conduzirem a si próprios, como adultos, nas relações com os infantis.

Isso aponta que o programa *Diário de um bebê* não é pouco aprimorado em suas estratégias de governo. Ele enuncia as condutas parceiras no governo ao falar dos acontecimentos diários que experimentam. A narradora apresenta o último episódio, emocionada, concluindo: *Primeiro de janeiro do ano 2000, é teu aniversário Bruno. Mas ah..., meu amiguinho... A festa é de muita gente!* Os sujeitos partilham desta alegria, desta comemoração em conjunto. A política de subjetividade é bastante produtiva ao fazer os sujeitos ativos na causa infantil. Tais sujeitos almejam uma infância feliz, saudável, educada. Partilham objetivos aproximáveis. O exercício de poder aí despendido e a política de subjetividade daí resultante configuram muito menos uma ditadura dos especialistas, da mídia ou dos familiares, e muito mais um consenso entre sujeitos.

Implosão das subjetividades

Ao enunciar determinadas formas de subjetividade, o mecanismo *Diário de um bebê* exige que os indivíduos sujeitem-se a uma certa arte de viver, a qual define os critérios estéticos e éticos da sua existência. A produtividade do discurso especializado define o modo como os indivíduos devem constituir-se por meio das formas de subjetividade infantil e adulta. Um campo de possibilidades para a subjetividade infantil tornar-se moralmente reconhecida, educada, disciplinada para bem viver, é delineado pelo programa. Tais possibilidades são articuladas a determinadas atitudes prescritas para o comportamento adulto, que devem ser adequadas ao exercício de governo da infância.

Esse exercício de governo configura-se em práticas específicas, em meio a relações de instabilidade e desequilíbrio. Em tais relações instáveis são elaboradas e governadas as atitudes infantis. Os atos dos sujeitos, adultos e infantis, são orientados por cálculos pequenos, interesses minuciosos, um emaranhado de detalhes. A potência da condução das condutas infantis está na minúcia do gesto, das palavras, dos olhares adultos. Estas relações microfísicas, antes de serem dotadas de uma estabilidade inerente, são, demasiadamente, desorientadas, apesar de partilharem objetivos comuns. Os sujeitos conhecem e delimitam os objetivos de suas práticas, mas desconhecem as múltiplas possibilidades de seus efeitos.

Os resultados de governo da subjetividade infantil, provocados por tal discursividade, são múltiplos e dispersos. Muitas formas de sujeição são ativadas a partir das possibilidades descritas. Os indivíduos são sempre “sujeitos a”, e é dentro de determinados limites que “elegem” – não de uma forma pura e simplesmente livre, mas numa forma de luta – os discursos aos quais vão assujeitar-se. As escolhas que podem fazer, apesar de delimitadas, são diversas e variadas. As formas de subjetividade infantil ou adulta não são indefectivelmente determinadas pelo discurso especializado. Elas estão em construção de forma incoerente. Podem tanto ser determinadas quanto indeterminadas, como podem ter qualquer outra definição. Nestas múltiplas possibilidades, o infantil constitui-se como produto de uma junção multissegmentar de saberes e poderes.

As técnicas de governo acionadas pelo programa aplicam-se indiscriminadamente sem que possamos precisar os seus efeitos de verdade. Há uma indiferença, nesta análise, no que se refere aos momentos de sua difusão e a produção de efeitos de governo que possibilita. Isso porque as técnicas de governo da infância não aparecem das mesmas formas, nem utilizam os mesmos instrumentos. O programa *Diário de um bebê* não configura uma política unitária de infantilidade. Não podemos determinar as exatas possibilidades de configuração da subjetividade infantil, apenas as suas condições de existência. Tais condições delineiam-se a partir de uma intensificação do corpo infantil, de sua colocação em discurso, da determinação de suas condições de funcionamento. Uma intensificação que enuncia um corpo a ser cultivado, preservado, investido de valor e usado como meio para uma proliferação da infância.

Esta intensificação do corpo infantil não faz com que os sujeitos infantis apenas eliminem atitudes e formas de ser e restituam outras. A materialidade discursiva do programa intensifica e prolifera a infância

porque ativa múltiplas ações infantis. Não se trata, simplesmente, de dizer que os infantis não podem cair, não podem passar fome, não devem ficar sujos. Tampouco se trata, somente, de dizer que os infantis precisam andar, devem crescer, ou necessitam de amor. O discurso especializado governa a subjetividade infantil pela maneira como essas prescrições tornam possível eliminar e, ao mesmo tempo, ativar possibilidades para as formas de sujeito constituírem-se.

O programa *Diário de um bebê* procede a tais eliminações e ativações quando enuncia que o infantil é digno – ou, pelo menos, deveria ser – de muitas coisas: *shopping centers*, computadores, amor, carinho, roupas, passeios, psicóloga, pai e mãe, brinquedos. Na atualidade, o infantil é enunciado como digno de uma casa, família, amamentação, comida, escola. As crianças são investidas destas vontades, desejos, propriedades, e os adultos também o são. Os sujeitos passam a ambicionar os produtos deste investimento, de tal forma, que sofrem quando não os conquistam. Fazem desses investimentos algo verdadeiro, natural e essencial, tornando-os parâmetro para avaliar e julgar as diferentes formas de subjetividade. O mecanismo de governo manifesta-se, assim, positivo, no sentido de produtor de saber, procriador de discurso, fabricante de poder.

Os sujeitos envolvidos no governo do infantil não conseguem controlar os efeitos de poder, justamente, pelo fato desses efeitos estarem longe de constituírem-se na obediência severa a mandamentos. Os produtos do investimento na infância são todos resultados de um jogo de verdades e forças entrelaçados numa rede complexa de um mecanismo incitador e multiplicador de múltiplas formas, não apenas de controle, mas de invenção de infantis. Aciona-se diferentes formas de subjetividade infantil à medida que tal investimento na infância elabora atitudes apropriadas para o favorecimento do que se considera bom, adequado, correto, situando especificidades do que deve ser combatido, do que deve ser banido.

A construção discursiva do infantil desajustado e mal-educado é fundamental como referência para constituir-se, em sua relação, o infantil adaptado às normas. Os investimentos discursivos em determinadas atitudes infantis, que objetivam o seu favorecimento, tem como base outras atitudes que podem e devem ser desfavorecidas. Trata-se de uma forma de poder que não exclui as formas banidas de infantis, mas inclui-as na incitação discursiva. Seus procedimentos de poder funcionam como contatos indutores, os quais configuram múltiplos pontos de articulação, de maneira que as mais variadas formas de experimentação da subjetividade são atraídas para os espirais de saber e de poder.

Organizam-se sobre a subjetividade infantil formas de condução diversas, ativadas por linhas de penetração infinitas e de múltiplos efeitos sobre a sua conduta. Coloca-se em funcionamento, ativa-se uma rede de discursos, saberes e poderes sobre a infância para controlá-la. Não se trata de excluir formas indesejadas de infantilidade, ou de distanciá-las, ao contrário, trata-se de excitá-las, manifestá-las, implantá-las no corpo e ordenar-lhes a verdade. Ordena-se-lhes a verdade quando impõe-se ao infantil a contenção de determinadas tendências ao longo de sua experiência como sujeito. As formas inadequadas de infantilidade são possibilidades de subjetivação a serem estrategicamente valorizadas, antes de serem condenadas à obscuridade.

A disseminação de diferentes formas de subjetividade infantil não significa que haja uma explosão da perversidade a contragosto. Tampouco atribui ao programa *Diário de um bebê* um tipo de poder mais

tolerante em comparação a algum outro. As diversas possibilidades de experimentação da subjetividade infantil também não caracterizam uma vingança a um poder repressor, nem são formas novas de infantilidade, a experimentar, que investem contra o poder. O infantil não é o outro do poder, antes, é seu resultado. As diferentes formas de infantilidade evitadas no programa – infantil adoentado, desnutrido, mal-educado, subdesenvolvido – são o correlato de procedimentos específicos de poder. Esses comportamentos são consolidados e extraídos dos sujeitos infantis.

A possibilidade do surgimento das infantilidades inadequadas, para além de significar uma perda do rigor da regra ou a necessidade de um controle mais direto, articula-se a outros fatores relevantes. Apesar da intervenção dos adultos, do Estado, da mídia na educação dos infantis, parece que o propósito comum não é alcançado. Talvez porque esse controle dos infantis não possa regular por completo. Apesar dessa impotência, as famílias e as sociedades marcham como se existisse um andamento regular de ampliação da infância benéfica. Acreditam na naturalidade do investimento de verdade que despendem aos infantis, que é fruto de sua própria invenção. Frustram-se com esta verdade, que não condiciona as condutas infantis por inteiro, ao não proporcionarem a obtenção dos resultados prescritos. Mas as famílias e as sociedades são forçadas a concessões, devem dar lugar às infâncias perdidas, rebeldes, ilegítimas.

Neste sentido, a verdade infantil constitui tal subjetividade em meio a relações de poder e resistência, numa forma de luta. Diferentes formas de infantilidade – hiperativas, doentes, retardadas, saudáveis, inteligentes – intensificam e consolidam as relações de poder entre o infantil e o adulto, medindo e determinando as suas condutas. O *Diário de um bebê* aciona um tipo de poder que toma a seu cargo a infantilidade, possibilitando um efeito duplo: objetiva dizer não às formas infantis errantes, mas incita-as, ao remetê-las ao poder da resistência. As relações de poder não ocorrem sem insubmissão, resistência, estratégias de luta. As formas de subjetividade infantis estão sempre em luta consigo mesmas e com as demais. Uma luta na qual existe uma recíproca atração entre as atitudes da conduta vigilante do adulto, e as atitudes de docilidade, dependência, submissão da conduta infantil. Funciona como um mecanismo de dupla incitação, onde há vontade de exercitar um poder que fiscaliza e espreita, e onde há vontade de escapar a este poder, licenciar-se, desprender-se. Isso, de tal forma, que entre as mais diversas posições de poder há uma inversão constante, uma instabilidade perpétua.

A instabilidade nas relações de poder não significa que a liberdade infantil opõe-se ao poder de algum adulto, provocando, como consequência, um bloqueio recíproco de suas ações. A liberdade infantil e a posição de poder do adulto provocam-se reciprocamente. Tais formas de subjetividade lutam de forma permanente nas relações de poder. As condutas adultas e infantis apoiam-se umas nas outras, configurando um recíproco encadeamento. É devido a esse apoio, a esse suporte, que se possibilita a ramificação e conseqüente força do poder nas relações entre esses sujeitos. Sua força está no encadeamento das relações de poder e resistência, pois tal encadeamento constitui um limite recíproco entre os envolvidos. O exercício de resistência é inerente ao poder, à medida que poder e liberdade não se confrontam, pois o poder só exerce-se sobre a liberdade. A resistência dos sujeitos infantis é tão necessária quanto limitada, pois é a medida de seu controle e governo. Ela é a condição do poder que ele exerce e sofre. A liberdade dos sujeitos em tais relações constitui-se numa possibilidade sempre inesperada de pensamento e ação, neste caso, dos infantis, a qual

justifica a necessidade do seu controle. É, justamente, tal liberdade que torna necessária a articulação de um mecanismo de governo como o programa *Diário de um bebê*.

Tais relações não constituem um antagonismo no exercício de governo do infantil, ou uma contradição nas ações dos sujeitos infantis e adultos. Trata-se de uma relação agonística em que se inventa modos de existência, em que se produz os sujeitos. Uma relação em que se dá a subjetivação do infantil, à medida que o faz ser sujeito nas relações de poder-saber. Por serem produzidas nessa relação de luta, as formas de subjetividade infantil são muito variáveis, segundo regras, valores, critérios, posições de poder muito inconstantes e conforme épocas históricas diferentes.

Há sempre novas possibilidades de criação das formas de subjetividade. Mas essas possibilidades não configuram um estado de libertação do infantil. Essa liberdade consiste em práticas cotidianas, em pequenas revoltas diárias que podem constituir-se tanto nas possibilidades de deslocamento das imposições adultas, quanto nas diversificações da experimentação da infância. A liberdade infantil configura-se nas próprias ações imprevisíveis deste sujeito, e não numa determinada conquista que ele pode obter. Trata-se de uma liberdade praticada nas inesperadas possibilidades de deslocamento criativo das formas de subjetividade. Uma prática de liberdade delineada na imprevisibilidade das formas de pensamento e ação dos infantis, que não consiste no fim de algum tipo de dominação adulta, mas articula-se nos dispersos arranjos de ações possíveis dos sujeitos, distantes da direção ou do controle de alguém.

São nestas relações de liberdade e resistência que se determinam outros espaços infantis na ordem social e familiar. Muitas formas de estimulação e intensificação de diferentes experimentações do que chamamos “infância” podem ser visualizadas na atualidade. O infantil faz compras, navega na internet, faz planos de viagens, escolhe o que vai vestir e comer. Ele trabalha na roça, pede esmolas na sinaleira, rouba e sofre violências físicas. O infantil ocupa novas, múltiplas e diferentes posições de sujeito. A subjetividade infantil não é apenas assujeitada aos cuidados familiares, tampouco sua sujeição restringiu-se a um procedimento histórico de governo que lhe foi posterior, a escolarização. A modelagem de tais sujeitos articula-se em meio a relações de liberdade e resistência, de maneira que diversas formas de subjetividade infantil disseminem-se por diferentes investimentos de poder.

Se pensarmos a subjetividade infantil enquanto possibilidades de deslocamentos das formas de ser sujeito, podem-se estar abrindo perspectivas de imprevisões e recriações. Não estamos fadados às formas de subjetividade infantil até então enunciadas pelo discurso de verdade da infância. É no aparecimento anônimo e disperso de possibilidades discursivas que se situa a liberdade das formas de invenção da subjetividade, sejam elas infantis ou adultas. Mas a experimentação da liberdade só se faz possível em relação àquilo que nos é outro, e os desdobramentos só se fazem possíveis a partir do que nos é situado como diferente, pois é neste exercício com o outro que reconhecemos a alteridade. Neste exercício, nos arriscamos no território de pensar o impensado, fazendo emergir outras condições de visibilidade e de enunciação.

Talvez seja interessante prosseguir exercitando o pensamento sobre as diferentes formas de objetivação dos sujeitos infantis. Para além deste empreendimento analítico, faz-se importante atentar para as objetivações nas práticas discursivas, como a divisão dos infantis entre educados e não-educados, loucos e sãos, sadios e enfermos, bons e maus, pois isso significa estudar o modo pelo qual um ser humano torna-se

um sujeito, neste caso, um sujeito infantil. Importa pensar sobre essas diferentes formas de objetivação, especialmente, sobre como elas constituem as condutas como certas e erradas, situando-as no território do igual e do diferente, fazendo-nos reconhecer o eu e o outro. Para investir de incertezas estas enunciações teríamos que atentar para as formas de resistência, as quais, justamente, se constituem como as condutas outras.

Esse exercício de pensamento ficaria localizado num campo de luta de tal forma produtivo que, ao reconhecer a alteridade no estudo das resistências, poderíamos dispor da visualização de possibilidades de invenção das formas de subjetividade. No estudo das relações de poder-saber-verdade do campo pedagógico da constituição do sujeito infantil moral, explorar-se-ia, então, o território do que lhe faz algo abjeto. Precisamos pensar nas resistências, não para investi-las ou dissipá-las, mas como uma forma de luta, para incitar a problematização das formas como somos subjetivados. Em tal exercício de pensamento, importaria perguntar sobre como somos obrigados a enunciar, ao nosso próprio respeito e para nos constituirmos infantis, o que nos está proibido na infância.

Seria interessante, ao desconstruir a naturalidade das formas pelas quais os sujeitos infantis são constituídos hoje, experimentar novas maneiras de transgredir a prática subjetivante moderna. Afinal, não há como prever se o poder-saber-verdade desta época renderá muitas saudades. Talvez nos reste inventar outras formas de objetivação que transformem os humanos em sujeitos – isso, se porventura nos restar algo de humano neste tempo cibernético que se anuncia. Torna-se curioso saber por quais formas de subjetivação aqueles que, hoje, chamados de infantis, seriam instados a constituir-se. Quem sabe, tornar-se-ia visível e enunciável uma nova economia das relações de poder?

Talvez, algum dia, cause surpresa o fato de nossa cultura dar tanta atenção ao que, a nós, cabe de infantilidade. Perguntariam sobre o que nos levou a buscar uma verdade acreditada como tão preciosa e natural. Diriam que tais indivíduos não se viam envoltos numa rede ampla e complexa de produção da verdade do sujeito moderno. Numa outra economia de poder-saber já não se entenderá como nos submetemos a uma espécie de imperialismo da verdade da infância, a ponto de forjar desejos e dissipar proibições acerca da conduta adulta e da conduta infantil nas relações sociais. O mais irônico é o fato de termos que acreditar que determinadas relações entre esses desejos e essas proibições caracterizam a nossa liberdade. Possivelmente, tenha chegado o tempo em que devemos objetivar a recusa das formas de subjetividade, sejam adultas ou infantis, que nos constituem como sujeitos. Poderíamos, assim, pensar em promover novas formas de subjetividade por meio do distanciamento do tipo de sujeição que nos é designado há tanto tempo.

Ao estudioso da educação, comprometido e ligado aos dispositivos pedagógicos de verdade, resta sentir-se convidado a buscar novas formas do dizer verdadeiro, para experimentar uma relação com a verdade de prática da liberdade. Como uma tentativa de experimentação da liberdade, pulsou esta escritura, ainda que aquilo que marcou pela especificidade da diferença possa parecer mais inconseqüente e menos comprometido do que aquilo que permanece intocavelmente verdadeiro. Uma leitura possível para os que lhe são sujeitos. Quem sabe, buscando novas formas do dizer verdadeiro, poderemos deixar de moldar a vontade política dos demais, interrogar sempre mais uma vez as evidências, para dissipar e retomar nossas próprias problematizações, distanciando-nos da posição de pregadores da verdade e da justiça. Talvez possamos inovar

o dizer verdadeiro como forma de resistência às formas de sujeição da subjetividade e, desta forma, destituir a posição dos profetas universais que reivindicam, sempre mais uma vez, o seu privilégio.

Possivelmente, enquanto pesquisadores da educação, o que nos reste é questionar a infância para além dos limites morais de bem e mal. Assim, poderíamos contextualizá-los em espaços de tempo específicos, para tornar visível e enunciável a possibilidade de ativação de diferentes formas de invenção do dizer verdadeiro. Mas esta é uma linha não traçada, uma ficção a ser ativada no interior da verdade. Longe de uma prescrição, ou de uma apologia niilista, trata-se de possibilidades, sempre novas, de criações inesperadas. Criações que, talvez, nos possibilitem a redução da pretensão de verdade na educação e o aumento da incerteza e, com isso, a ruína dos insucessos na experiência de sujeito e o êxito da invenção.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ-URIA, Fernando e VARELA, Julia. *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1991.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- BURCHELL, Graham. Liberal government and techniques of the self. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas & ROSE, Nikolas (ed.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p.19-36.
- CARDOSO, Angela Maria Borba. *Mo(n)strando a avaliação do escolar*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001, 98p. Dissertação de Mestrado em Educação.
- CORAZZA, Sandra Mara. *História da Infância: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998a, 619p. Tese de Doutorado em Educação.
- _____. *A roda do infantil*. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, v.23, n.1, p.87-141, jan./jun. 1998b.
- _____. *Currículo como modo de subjetivação do infantil*. Reunião Anual da Anped (22: 1999: Caxambu). *Programa e Resumos*. São Paulo: Anped, 1999.
- _____. História da infância sem fim. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.
- _____. *Governamentalidade moral do currículo nacional*. In: _____. *O que quer um currículo?* Pesquisas pós-críticas em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- DIÁRIO DE UM BEBÊ. Porto Alegre: RBS – TV / Rede Brasil Sul de Telecomunicações, jan./dez. 1999. 51 programas.
- DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Edições Graal, 1980.
- DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. Da hipótese repressiva ao bio-poder. In: _____. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p.140-157.

- _____. A analítica interpretativa. In: _____. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p.116-139.
- _____. Poder e verdade. In: _____. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995c. p.202-224.
- _____. Em direção a uma teoria da prática discursiva. In: _____. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995d. p.49-88.
- EWALD, François. Anatomia e corpos políticos. In: _____. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja, 1993. p. 19-57.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, v.20, n.2, p.18-37, jul./dez. 1995.
- _____. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996, 297p. Tese de Doutorado em Educação.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *História da sexualidade III - O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós/ ICE/UAB, 1991a.
- _____. El interes por la verdad. In: _____. *Saber y Verdad*. Madrid: La Piqueta, 1991b. p. 229-242.
- _____. Del poder de soberania al poder sobre la vida. In: _____. *Genealogia del Racismo*. Buenos Aires: Altamira/Nordan, 1992a. p.171-187.
- _____. O que é um autor? In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Veja/passagens, 1992b. p.29-87.
- _____. Verdade e Subjetividade (Howison Lectures). *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa, dez. 1993. p. 203-233.
- _____. *História da sexualidade II - O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1994a.
- _____. La ética del cuidado de uno mismo como práctica de la libertad. In: _____. *Hermeneutica del sujeto*. Madrid: La piqueta, 1994b.

- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994c.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p.231-249.
- _____. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p.253-278.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1995c.
- _____. *Vigiar e punir*. História das violências nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1995d.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996a.
- _____. *El yo minimalista y otras conversaciones*. Argentina: La marca, 1996b.
- _____. Segurança, território e população. In: _____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997a. p.79-86.
- _____. Nascimento da biopolítica. 1978-1979. In: _____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997b. p.87-97.
- _____. 1979-1980. Do governo dos vivos. In: _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997c. p. 99-106.
- _____. 1980-1981. Subjetividade e verdade. In: _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997d. p. 108-115.
- _____. 1981-1982. A hermenêutica do sujeito. In: _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997e. p. 118-134.
- _____. A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999a. p.277-293.
- _____. A política de saúde no século XVIII. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999b. p.193-207.
- _____. Soberania e Disciplina. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999c. p.179-192.
- _____. Os intelectuais e o poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999d. p.69-78.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999e.

- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-130.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.
- _____. A construção pedagógica do domínio moral e do sujeito moral. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Liberdades reguladas. A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 46-75
- MERLO, Andréia Todeschini. *Psicopedagogia: dispositivo de governo da subnormalidade*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do rio Grande do Sul, 1999, 150p. Dissertação de Mestrado em Educação.
- MILLER, Peter & ROSE, Nikolas. Governing economic life. In: GANE, M. & JOHNSON, T. *Foucault's new domains*. Londres: Routledge, 1993. p.75-105.
- NARODOWSKY, Mariano. *Infancia y poder*. La conformación de la pedagogía moderna. Buenos Aires: Aique, 1994.
- POPKEWITZ, Thomas. *Lutando em defesa da alma: A política do ensino e a construção do professor*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- ROSE, Nikolas. Governing “advanced” liberal democracies. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas & ROSE, Nikolas (ed.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p.37-64.
- _____. Assembling the modern self. In: ROY, Porter (Org.). *Rewriting the self. Histories from the renaissance to the present*. Londres: Routledge, 1997. p.224-248.
- _____. Governando a alma: a modelação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Liberdades Reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.30-45.
- _____. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Monstros, ciborgues e clones: os fantasmas da Pedagogia Crítica. In: _____. (Org.). *Pedagogia dos monstros. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 11-21.
- TUCHERMAN, Ieda. *Breve história do corpo e de seus monstros*. Lisboa: Veja, 1999.

UBERTI, Luciane. O processo de negação na construção do pensamento da criança. *Coletâneas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS*. Porto Alegre: Vol.6, n.17, p. 89-94, Março/Abril, 1998.

_____. A sujeição moral do alfabetizando-cidadão no currículo nacional. Reunião Anual da Anped (23: 2000: Caxambu). *Programa e Resumos*. Rio de Janeiro: Anped, 2000.